



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

**LINHA DE PESQUISA I: CONFLITOS, CRIME, VIOLÊNCIA E
DIREITOS HUMANOS**

**ASPECTOS DA CRIMINALIDADE E DELINQUÊNCIA JUVENIL NO
ESTADO DE RORAIMA: (2018 A 2021)**

KETIANE DA COSTA GUERREIRO

Dissertação/Produto

Boa Vista/RR
2023

KETIANE DA COSTA GUERREIRO

**ASPECTOS DA CRIMINALIDADE E DELINQUÊNCIA JUVENIL NO
ESTADO DE RORAIMA: (2018 A 2021)**

BOA VISTA/RR
2023

TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC, TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NO SITE DA UERR

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Roraima — UERR a disponibilizar gratuitamente através do site institucional <https://www.uerr.edu.br/multiteca/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, segundo a Lei n.º 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:

() Trabalho de Conclusão de Curso (x) Dissertação () Tese

2. Identificação do TCC, Dissertação ou Tese.

Autor: KETIANE DA COSTA GUERREIRO E-mail: ketiguerreirorr@gmail.com

Agência de Fomento: não

Título: Criminalidade no estado de Roraima: políticas públicas de segurança pública (2018 A 2022)

Palavras-Chave: Criminalidade. Roraima. Segurança Pública. Violência.

Palavras-Chave em outra língua: Delito. Roraima. Seguridad Pública. Violencia.

Área de Concentração: Segurança Pública Direitos Humanos e Cidadania

Grau: Mestrado

Curso de Graduação: Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania — MPSPDHC

Orientador(a): Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette

E-mail:

Co-orientador(a):

E-mail:

Membro da Banca: Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato

Membro da Banca: Prof. Dr. Pedro Henrique Ciucci da Silva

Membro da Banca: Prof. Dr. Érick Cavalcanti Linhares Lima

Data de Defesa: 19/06/2023 **Instituição de Defesa:** Universidade Estadual de Roraima

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor: 1. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade; 2. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Informações de acesso ao documento: -

Liberação para disponibilização: (x) Total () Parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões: () Capítulos. Especifique. ()

Outras restrições. Especifique. _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF e DOC ou DOCX da dissertação, TCC ou tese.

Assinatura do(a) autor(a): Ketiane da Costa Guerreiro Data: 26/11/2023

KETIANE DA COSTA GUERREIRO

**CRIMINALIDADE NO ESTADO DE RORAIMA: POLÍTICAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA (2018 A 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima.

BOA VISTA/RR
2023

Copyright © 2023 by Ketiane da Costa Guerreiro

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0946
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G934a	<p>Guerreiro, Ketiane da Costa. Aspectos da criminalidade e delinquência juvenil no estado de Roraima : (2018 a 2021) / Ketiane da Costa Guerreiro. – Boa Vista (RR) : UERR, 2023. 145 f. : il. Color ; PDF</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSP).</p> <p>1. Criminalidade. 2. Segurança Pública. 3. Violência. 4. Roraima. I. Zanette, Edgard Vinícius Cacho (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR. III. Título.</p> <p>UERR.Dis.Mes.Seg.Pub.2023 CDD – 364.0981</p>
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135

KETIANE DA COSTA GUERREIRO

**CRIMINALIDADE NO ESTADO DE RORAIMA: POLÍTICAS DE
SEGURANÇA PÚBLICA (2018 A 2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima — UERR.

Aprovado (a) em: 19/06/2023.

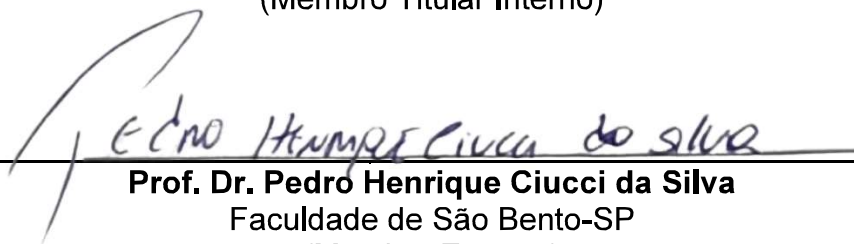
Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br EDGARD VINÍCIUS CACHO ZANETTE
Data: 04/12/2023 14:13:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette
Universidade Estadual de Roraima — UERR
(Presidente da Banca)

CLAUDIO TRAVASSOS Assinado de forma digital por CLAUDIO
DELICATO:08194428874 TRAVASSOS DELICATO:08194428874
Dados: 2023.12.05 08:20:06 -04'00'

Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato
Universidade Estadual de Roraima — UERR
(Membro Titular Interno)



Prof. Dr. Pedro Henrique Ciucci da Silva
Faculdade de São Bento-SP
(Membro Externo)

Documento assinado digitalmente
gov.br ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA
Data: 05/12/2023 10:57:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Érick Cavalcanti Linhares Lima
Universidade Estadual de Roraima — UERR
(Membro Titular Interno)

Boa Vista — RR
2023

*Dedico este trabalho para
minhas filhas que me motivam às
conquistas diárias, na tentativa de me
tornar um exemplo em suas vidas, e, para
poderem alcançar seus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me abençoa diariamente, à minha família por me estar presente em todos os momentos da minha vida, me motivando a superar meus desafios; ao colegiado do Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, por todo aporte teórico na condução das pesquisas científicas no qual me dediquei, e principalmente ao meu orientador Dr. Edgar Zanette por todo profissionalismo utilizado no direcionamento metodológico deste trabalho.

Nesta pesquisa, rechaço a importância da participação da doutora Tamara Suju com sua contribuição no debate referente a violência institucionalizada na Venezuela, e ao professor Dr. Cláudio Delicato por sua contribuição e participação no II Congresso de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, bem como suas excelentes aulas, levando o estímulo à pesquisa.

Enfatizo meu apreço pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Roraima (SESP/RR), em especial ao Departamento de Inteligência, que serviu como parceira para disponibilidade dos dados estatísticos acerca da criminalidade local.

Às minhas filhas, Taira Guerreiro e Elis Guerreiro, que me estimulam a ser espelho de motivação para suas vidas, valorizando a ciência através dos estudos, como forma de profissionalização e estilo de vida, rompendo com paradigmas no contexto social no qual estamos inseridas.

Ao meu esposo Euquisson Muniz, que esteve ao meu lado, com estímulos incessantes para que eu pudesse seguir nas etapas deste processo, com todo carinho, dedicação e amor, foi o suporte para que eu dispusesse de tempo, enquanto cuidava de nossa filha, e demais auxílios motivacionais.

À minha amiga Gilmara Pinheiro ao me motivar na participação dos eventos, no qual muitas vezes na submissão dos artigos não acreditei ser capaz, motivava com palavras positivas e em alguns momentos produzimos juntas, o que tornou a pesquisa proveitosa e satisfatória, mostrou-se verdadeira pesquisadora.

A criminalidade toma conta da cidade.
A sociedade põe a culpa nas autoridades.
O cacique oficial viajou para o Pantanal.
Porque aqui a violência 'tá demais.
E lá encontrou um velho índio que usava um fio dental.
E fumava um cachimbo da paz.
O presidente deu um tapa no cachimbo e na hora.
De voltar pra capital ficou com preguiça.
Trocou seu paletó pelo fio dental e nomeou.
O velho índio pra ministro da justiça.
E o novo ministro chegando na cidade.
Achou aquela tribo violenta demais.
Viu que todo cara pálido vivia atrás das grades.
E chamou a TV e os jornais.
E disse "índio chegou trazendo novidade.
Índio trouxe o cachimbo da paz"

(Refrão)

Maresia, sente a maresia.
Maresia, uuhu
Apaga a fumaça do revólver, da pistola.
Manda a fumaça do cachimbo pra cachola.
Acende, puxa, prende, passa.
Índio quer cachimbo, índio quer fazer fumaça.

Todo mundo experimenta o cachimbo da floresta.
Dizem que é do bom.
Dizem que não presta.
Querem proibir, querem liberar.
E a polêmica chegou até o congresso.
Tudo isso deve ser pra evitar a concorrência.
Porque não é Hollywood, mas é o sucesso.
O cachimbo da paz deixou o povo mais tranquilo.
Mas o fumo acabou porque só tinha oitenta quilos.
E o povo aplaudiu quando o índio partiu pra selva.
E prometeu voltar com uma tonelada.
Só que quando ele voltou "sujou!"
A polícia federal preparou uma cilada.
"O cachimbo da paz foi proibido, entra na caçamba vagabundo.
Vamo' pra DP, é éé, índio 'tá fodido.
Porque lá o pau vai comer!"

(Refrão)

Na delegacia só tinha viciado e delinquente.
Cada um com um vício e um caso diferente.
Um cachaceiro esfaqueou o dono do bar.
Porque ele não vendia pinga fiado.
E um senhor bebeu uísque demais.
Acordou com um travesti e assassinou o coitado.
Um viciado no jogo apostou a mulher.
Perdeu a aposta e ela foi sequestrada.
Era tanta ocorrência, tanta violência
Que o índio não 'tava entendendo nada.
Ele viu que o delegado fumava um charuto fedorento.
E acendeu um "da paz" pra relaxar.
Mas quando foi dar um tapinha.
Levou um tapão violento e um chute naquele lugar.
Foi mandado pro presídio e no caminho assistiu.
Um acidente provocado por excesso de cerveja.

*Uma jovem que bebeu demais.
Atropelou um padre e os noivos.
Na porta da igreja.
E pro índio nada mais faz sentido.
Com tantas drogas
Por que só o seu cachimbo é proibido?
(Refrão)*

*Na penitenciária um “índio fora da lei”
Conheceu os criminosos de verdade.
Entrando, saindo e voltando.
Cada vez mais perigosos pra sociedade
Aí, cumpádi, 'tá rolando um sorteio na prisão.
Pra reduzir a superlotação.
Todo mês alguns presos tem que ser executados.
E o índio dessa vez foi um dos sorteados.
E tentou acalmar os outros presos.
“Paraí, vamô fumar um cachimbinho da paz”
Eles começaram a rir
E espancaram o velho índio até não poder mais.
E antes de morrer ele pensou.
“Essa tribo é atrasada demais.
Eles querem acabar com a violência.
Mas a paz é contra a lei e a lei é contra a paz”
E o cachimbo do índio continuava proibido.
Mas se você quer comprar é mais fácil que pão.
Hoje em dia ele é vendido.
Pelos mesmos bandidos que mataram o velho índio na prisão.
(Refrão) 4x
Apaga a fumaça do revólver, da pistola.
Manda a fumaça do cachimbo pra cachola.*

Gabriel Pensador (1998)

RESUMO

A presente pesquisa aborda por meio de uma compilação de nove pesquisas publicadas a temática da segurança pública e violência, refletindo sobre os aspectos da criminalidade e delinquência juvenil em Roraima. A violência urbana é um fenômeno social que cresce enquanto ocorre a expansão urbana, logo a presente pesquisa aborda a temática no eixo da segurança pública e retratam a realidade local acerca dos dados da criminalidade roraimense que permeiam a violência em suas diversas classificações. Nesse sentido, a pesquisa levanta a problemática de como o Estado de Roraima lida com os índices de criminalidade e violência urbana, tendo como objetivo geral apresentar os resultados das pesquisas científicas construídas e publicadas de 2020 a 2021 durante as atividades no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania na Universidade Estadual de Roraima. A metodologia utilizada para a produção deste resumo das apresentações é a descritiva, na qual relato como foi realizado todo o processo de produção, submissão, aceite, apresentação e posterior publicação de cada pesquisa, ao longo de todo o trabalho. Dessa forma, para cada publicação a metodologia utilizada em cada pesquisa descrita, ambas dispostas na íntegra do texto, foi escolhida conforme as possibilidades de acesso aos dados. Sendo, em sua grande maioria, de cunho bibliográfico e documental, baseado na análise estatística e discursiva de autores que abordam as temáticas sobre violência apresentada em cada produção. Como foi possível observar a elevação dos índices de criminalidade no Estado de Roraima, onde o estado perpassa por diversas modificações no cenário territorial e referente aos aspectos da criminalidade. A pesquisa mostra ainda que indicadores da violência tendem a crescer quando as condições mínimas não estão sendo ofertadas de maneira igualitária. Sendo assim, observa-se que o estado de Roraima enfrenta a violência urbano seguindo os parâmetros nacionais, pois o processo de democratização de direitos no Brasil terão resultados quando houver mais investimento em planejamento como Plano Estadual de Segurança Pública, com inserção de políticas públicas sociais voltadas para integração dos jovens, e dos demais vulneráveis, e principalmente, no fortalecimento da rede de atendimento mediante ações sociais que cooptem tanto para o profissionalismo educacional, como de forma lúdica e recreativa.

Palavras-chave: Criminalidade. Roraima. Segurança Pública. Violência.

RESUMEN

Esta investigación aborda, a través de una recopilación de nueve estudios publicados, el tema de la seguridad pública y la violencia, reflexionando sobre aspectos de la delincuencia y la delincuencia juvenil en Roraima. La violencia urbana es un fenómeno social que crece a medida que ocurre la expansión urbana, por lo que esta investigación aborda el tema en el área de la seguridad pública y retrata la realidad local en cuanto a los datos de criminalidad en Roraima que permean la violencia en sus diversas clasificaciones. En este sentido, la investigación plantea la cuestión de cómo el Estado de Roraima aborda los índices de criminalidad y violencia urbana, con el objetivo general de presentar los resultados de investigaciones científicas construidas y publicadas entre 2020 y 2021 durante las actividades de la Maestría Profesional en Seguridad Pública, Derechos Humanos y Ciudadanía en la Universidad Estatal de Roraima. La metodología utilizada para elaborar este resumen de presentaciones es descriptiva, en la que reporto cómo se llevó a cabo todo el proceso de producción, envío, aceptación, presentación y posterior publicación de cada investigación, a lo largo de todo el trabajo. Así, para cada publicación, se eligió la metodología utilizada en cada investigación descrita, ambas presentadas en texto completo, de acuerdo con las posibilidades de acceso a los datos. La gran mayoría de ellos son de carácter bibliográfico y documental, basados en análisis estadísticos y discursivos de autores que abordan las temáticas de violencia presentadas en cada producción. ¿Cómo fue posible observar el aumento de los índices de criminalidad en el Estado de Roraima, donde el estado atraviesa varios cambios en el escenario territorial y en aspectos de la delincuencia? La investigación también muestra que los indicadores de violencia tienden a aumentar cuando las condiciones mínimas no se ofrecen por igual. Por lo tanto, se observa que el estado de Roraima enfrenta la violencia urbana siguiendo parámetros nacionales, ya que el proceso de democratización de derechos en Brasil tendrá resultados cuando haya más inversión en planificación como el Plan Estatal de Seguridad Pública, con la inserción de servicios sociales públicos. políticas encaminadas a la integración de jóvenes y otras personas vulnerables, y principalmente, fortalecer la red de servicios a través de acciones sociales que coopten tanto el profesionalismo educativo como el de forma lúdica y recreativa.

Palabras clave: Delito. Roraima. Seguridad Pública. Violencia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
CSE	Centro Socioeducativo de Roraima.
CV	Comando Vermelho.
CPCRIM	Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais.
CBM	Corpo de Bombeiros Militar.
DPERR	Defensoria Pública do Estado de Roraima.
SESP/RR	Departamento de Cidadania da Secretaria de Segurança Pública de Roraima.
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional.
CASLA	<i>Direitos Humanos do Instituto Centro de Estudios para América Latina.</i>
UEPA	Elaboração Grupo de Pesquisa Terra.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
FN	Família do Norte.
FTIP	Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária.
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.
GGI	Gestão Integrada da Segurança Pública.
IBCCRIM	Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICS	Instituto Clima e Sociedade.
ISMA-BR	<i>International Stress Management Association.</i>
MPSDHC	Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.
MVI	Mortes Violentas Intencionais.
NEV-USP	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.
OMS	Organização Mundial da Saúde.
PAMC	Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.
IPEA	Pesquisa Econômica Aplicada.
PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública.
PC	Polícia Civil.
PM	Polícia Militar.
PCC	Primeiro Comando da Capital em Roraima.

PCC	Primeiro Comando da Maioria.
PCP	Primeiro Comando Panda.
PROACC	Programa Adolescente Cidadão Consciente.
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos.
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.
SEJUC	Secretaria de Justiça e Cidadania.
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública.
SESP/RR	Secretaria de Segurança Pública do estado de Roraima.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
SUSP	Sistema único de Segurança Pública.
UERR	Universidade Estadual de Roraima.
UFRR	Universidade Federal de Roraima.
UFF	Universidade Federal Fluminense.
ENABED	XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos e Defesa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa Político do estado de Roraima.....	26
Figura 2	- Crescimento demográfico de Roraima.....	28
Figura 3	- Tipologia da violência.....	35
Figura 4	- Modelo ecológico para compreender a violência.....	37
Figura 5	- Triângulo da violência.....	40
Figura 6	- Índice de homicídios no Brasil (2007 - 2022).....	44
Figura 7	- Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes, nestes grupos populacionais – Brasil (2008 - 2018).....	45
Figura 8	- Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018).....	46
Figura 9	- Mortes violentas intencionais: 10 a 19 anos (2016 - 2020).....	47
Figura 10	- Atlas da violência (2020): variação percentual da taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018).....	50
Figura 11	- Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018).....	51
Figura 12	- Atlas da violência (2020): variação percentual da taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018-2017)...	52
Figura 13	- Homicídios em Roraima de 2000 – 2021.....	52
Figura 14	- Mapeamento do território do PCC na cidade de Boa Vista-RR.....	55
Figura 15	- Atlas da Violência (2019): Jovens vítimas de homicídio em Roraima (2007 - 2017).....	76
Figura 16	- Infratores e vítimas de violência (2018 - 2022).....	77
Figura 17	- CENSE (2022) - Adolescentes infratores (2017 - 2021).....	79
Figura 18	- CENSE (2022) - Adolescentes infratores: Roubo/Furto/Tentativa de roubo (2017 - 2021) e Homicídio/Tentativa de homicídio.....	80
Figura 19	- Guerra de facções em Boa Vista (março de 2018).....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Censo demográfico Roraima/Boa Vista-RR.....	27
Tabela 2	- Jovens Vítimas de homicídios (2007 - 2017).....	76
Tabela 3	- Total de adolescentes institucionalizados no CENSE (2017–2021).....	78
Tabela 4	- Jovens Vítimas de Homicídio/2018 – Roraima.....	81
Tabela 5	- Total dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes Institucionalizados no CENSE (2017 – 2021).....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Tipologia da violência.....	34
Quadro 2	- Galeras na cidade de Boa Vista-RR.....	64
Quadro 3	- Atos infracionais na cidade de Boa Vista/RR (2015).....	74
Quadro 4	- Atos infracionais na cidade de Boa Vista/RR (2016).....	75

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	VIOLÊNCIA URBANA: CRIMINALIDADE NO ESTADO DE RORAIMA	26
1.1	DEBATE TEÓRICO SOBRE OS TIPOS DE VIOLÊNCIA.....	29
2	TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DO CRIME	41
2.1	TERRITORIALIDADE DO CRIME NO BRASIL: MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS.....	43
2.2	VIOLÊNCIA URBANA NO ESTADO DE RORAIMA.....	48
3	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA CIDADE DE BOA VISTA	57
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA CIDADE DE BOA VISTA.....	59
3.2	DEBATE TEÓRICO SOBRE A DELINQUÊNCIA JUVENIL E DADOS SOBRE PRÁTICAS DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR.....	66
4	POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	84
4.1	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	86
4.2	POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA...	93
5	PRODUTO DA PESQUISA	98
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO - PROJETO DE EXTENSÃO	114
	APÊNDICES	122

INTRODUÇÃO

A proposta inicial para o projeto de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: “Análise do aumento da violência urbana e criminalidade: estudo de caso dos homicídios de jovens de 2009 a 2019 no Estado de Roraima”. Todavia, no início do ano de 2020, iniciou-se período pandêmico devido ao vírus SARS-CoV-2, perdurando até maio de 2023 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) ao retirar a classificação da COVID-19 como emergência de saúde pública de interesse internacional.

Surpreendidos pela propagação do vírus da COVID-19, foi adotada medida do isolamento e do distanciamento social para a prevenção ao contágio tornou o cotidiano do ambiente acadêmico, bem como as metodologias empregadas através da Resolução da Universidade Estadual de Roraima n.º 01/2020, que regulamentou o regime acadêmico especial e a realização de atividades acadêmicas não presenciais, de modo que iniciamos as atividades a partir do segundo semestre do ano de 2020.

Visando dar continuidade na pesquisa científica, a modalidade do ensino remoto, então, se tornou uma realidade obrigatória para a continuidade dos estudos e abriu um universo de possibilidades para a participação em diversos eventos *online*, com a utilização das mais diversas plataformas em ambientes cibernéticos, por haver quarentena e necessidade de reclusão social.

Acontece que a temática foi suprimida por produção de artigos defendidos em eventos de outras instituições de ensino superior, na modalidade remota. Após apresentação de relatório técnico à banca de qualificação, foi definido a construção de novo trabalho, o dissertativo, no qual deveria elencar apenas uma das temáticas abordadas, o que nos fez indagar sobre o porquê do aumento da criminalidade e como o Estado de Roraima lida com tais índices da criminalidade e violência urbana?

O interesse pela referida pesquisa surgiu durante as produções de artigos científicos referente a violência urbana no Estado de Roraima, perpassando por análises das estatísticas dos últimos anos, o que mais se destacou foi referente aos crimes envolvendo homicídio.

Diante dos motivos justificados anteriormente quanto a nova pesquisa para produto deste programa deste mestrado.

Em meados do ano de 2000, participei do Programa Adolescente Cidadão Consciente (PROACC), com 10 palestras sobre os tipos de violência e a importância

do protagonismo com propostas saudáveis para o ambiente de equilíbrio e paz, na sua execução, o instrutor deveria ocupar um período de aula, acompanhado do professor da disciplina, para posterior confecção de relatório à coordenação do programa, subordinado ao extinto Departamento de Cidadania da Secretaria de Segurança Pública de Roraima (SESP/RR). Desta forma ocorreu o primeiro debate teórico sobre violência, por esta pesquisadora.

A referida pesquisa justifica-se no tripé (social, científico e pessoal). No âmbito social, a pesquisa ganha relevância por revisitar a discussão sobre uma temática de grande importância social, a violência e a criminalidade. No âmbito científico, a pesquisa torna-se relevante por apresentar um acervo riquíssimo de publicações que abordam a segurança pública de Roraima. No âmbito pessoal e profissional, a pesquisa leva a pesquisadora a sair de sua zona de conforto, produzindo diversas publicações que contribuem diretamente com sua formação.

Esta dissertação está escrita em quatro capítulos descritivos, fundamentados nas teorias sociológicas referente a violência, território, criminalidade, acrescido da análise e descrição sobre políticas de segurança pública Nacional e a importância do planejamento local para gestão governamental.

O primeiro capítulo descreve sobre a violência e suas tipologias, com debate de autores clássicos que explicam a dinâmica da violência na prática cotidiana dos indivíduos e dos ambientes no qual são se manifestam.

Consta ainda, a identificação espacial da pesquisa, bem como a elevação demográfica presente, e, os principais conceitos utilizados para compreensão dos capítulos argumentativos utilizados como análise dos capítulos posteriores.

O debate sobre território e territorialidade do crime está no segundo capítulo, com análise sobre o prisma do aspecto geral ao particular, consistindo em conceito e o recorte geográfico da pesquisa, seguido dos últimos dados de homicídios ocorridos no Brasil, como um dos indicadores da violência para debate acerca da criminalidade violenta e sua correlação com o aumento da criminalidade nestes espaço, vistos por gráficos.

Em seguida, versa sobre a violência urbana no estado Roraima, perpassando pelo cenário da criminalidade no Estado de Roraima, seguido dos dados referente aos grupos envolvidos na delinquência juvenil na década de 1990, enriquecido com debates de pesquisa etnográfica junto aos adolescentes que justifica a relação da violência urbana e o envolvimento dos jovens e adolescentes.

No último capítulo, a abordagem dissertativa refere-se à necessidade do planejamento na área de segurança pública a título governamental a partir da Política de Segurança Pública nacional e localmente.

Nestes, é feito breve histórico do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), elencando suas metas, diretrizes e princípios norteadores destinados à elaboração de políticas públicas de segurança. Posteriormente é discutido como funciona a gestão executiva em Roraima, através do planejamento da segurança pública e os órgãos que a compõem.

Neste, a metodologia utilizada trata-se de uma revisão literária de caráter descritiva, na qual consta o relato de como se deu todo o processo de produção, submissão, aceite, apresentação e posterior publicação de cada pesquisa.

Dessa forma, o estudo encontra-se no apêndice deste trabalho, apresentando uma compilação de 9 (nove) pesquisas publicadas em eventos técnico-científicos nacionais; e um projeto de extensão desenvolvido no segundo semestre de 2020 como componente de atividades inerentes ao curso de mestrado.

Trazem em seu teor problematizações, críticas e apresentam possíveis soluções a serem incorporadas pelo Estado para o enfrentamento dos casos descritos, e para a manutenção da ordem pública.

Nesse sentido foi realizado uma revisão literária, resultado de um trabalho composto por coleção de textos confeccionados por pesquisas realizadas durante os dois anos de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, na Universidade Estadual de Roraima, instituição em que tenho a satisfação de compor o corpo docente há dez anos, estando vinculada ao curso de Bacharelado em Segurança Pública.

A participação no Seminário de Políticas Públicas em Roraima, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) deu origem a publicação de dois resumos expandidos, no livro “Políticas Públicas — Agendas em tempos de crise” no ano de 2020, com os títulos “Análise das mortes violentas no estado de Roraima e políticas de segurança pública”, e o segundo “Violência doméstica e as políticas públicas para mulheres rurais no estado de Roraima”.

Dentro desse acervo literário destacam-se trabalhos de temas relacionados a violência desde a minha especialização em Segurança Pública pela UFRR em 2011, na qual pesquisei sobre a “Violência sexual contra meninas indígenas em Boa Vista”.

A temática foi observada como problemática em ambiente laboral,

especificamente na delegacia da mulher, em episódio no qual a menina indígena fora tratada distintamente das demais vítimas não indígenas presentes durante o plantão de 24 horas, como operadora da segurança pública.

Surgiu a partir deste momento questionamentos referentes aos dados da criminalidade, e observando inicialmente a lógica das tratativas das vítimas indígenas dos crimes sexuais, vez que é necessário que os profissionais estejam preparados para o atendimento adequado e se possível com equipe multidisciplinar, sem distinção de qualquer característica, fenótipo ou estereótipo.

Por fim, apresento as participações em eventos científicos, de pesquisas publicadas de 2020 a 2021, na forma de artigos científicos, capítulo de livro, resumos simples e expandidos, comunicação oral, e projeto extensionista; somam-se e complementam-se, em seu teor versarem sobre diversos processos de violência que se interligam em alguns aspectos, como exemplo, o aumento nas mortes violentas no estado de Roraima, a violência urbana e feminicídios, o envolvimento de jovens com a criminalidade, e as consequências da imigração venezuelana para o aumento da demanda no serviço básico, e de atendimento à população roraimense; são esses eixos de pesquisa que discuto ao longo deste trabalho.

A presente pesquisa aborda a temática no eixo da segurança pública e retratam a realidade local acerca dos dados da criminalidade roraimense que permeiam a violência em suas diversas classificações.

Dessa forma, buscou-se levantar a seguinte problemática: de que forma as publicações científicas podem colaborar para o enfrentamento da criminalidade e manutenção da ordem pública.

Tem como objetivo apresentar os resultados das pesquisas científicas construídas e publicadas de 2020 a 2021 durante as atividades no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania na Universidade Estadual de Roraima.

Tendo como objetivos específicos demonstrar a relevância das produções intelectuais dos discentes/docentes para a valorização do Programa; apresentar a importância da publicação científica para a expansão do conhecimento sobre as problemáticas locais de Roraima.

De modo que, concluo as referidas considerações sobre a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), afirmando a relevância de Pesquisa, em que consta a produção intelectual, que dê certo,

contribui, como foi citado, para a manutenção do fluxo de produção científica do Programa, necessário para uma boa avaliação deste, principalmente por estas publicações versarem tanto de caráter nacional, como internacional, em prestigiadas Universidades como: *University of Public Service, Hungarye* Universidade de Salamanca na Espanha.

Assim, um dos objetivos deste, é apresentar os resultados das pesquisas científicas construídas e publicadas ao longo dos dois anos de atividades no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSDHC) da Universidade Estadual de Roraima (UERR). A fim de demonstrar a relevância das produções intelectuais dos discentes/docentes para a valorização do Programa, e para a expansão do conhecimento sobre as problemáticas locais de Roraima, assim como dos modelos de intervenção na segurança pública que vêm sendo realizados no estado.

Os resumos descritivos dos trabalhos apresentados (Apêndices) diante da possibilidade de chamadas para participação em eventos na modalidade virtual, perpassando por etapas de submissão, aceites e adequações aos editais, os trabalhos foram aceitos para apresentação, participação e publicação.

Após a apresentação da dissertação, qual o porquê da apresentação em eventos científicos?

Portanto, conforme a NBR-10719, que trata do padrão para a produção de trabalhos acadêmicos em formato de Relatório técnico e/ou científico, no que tange a sua apresentação, é que fundamentou a escolha do referido modelo de trabalho como produto do curso, tendo em vista se tratar de um mestrado profissional.

Essas avaliações são realizadas a fim de que ela possa assegurar a qualidade desses programas. Para a coleta das informações do programa de pós-graduação *stricto sensu*, a CAPES utiliza a Plataforma Sucupira, criada também para auxiliar os pesquisadores na busca por informações relevantes dos cursos.

A plataforma realiza a coleta e a classificação de produções científicas, e nela você consegue encontrar: os cursos avaliados (e o processo de avaliação), a coleta da CAPES (informações a serem prestadas pelo professor sobre o que foi produzido em um certo período) e a avaliação quadrienal.

A metodologia utilizada para a produção deste resumo das apresentações, é a descritiva, na qual relato como foi realizado todo o processo de produção, submissão, aceite, apresentação e posterior publicação de cada pesquisa, ao longo

de todo o trabalho.

Para cada publicação a metodologia utilizada em cada pesquisa descrita, ambas dispostas na íntegra do texto, foram escolhidas segundo as possibilidades de acesso aos dados. Sendo, em sua grande maioria, de cunho bibliográfico e documental, baseado na análise estatística e discursiva de autores que abordam as temáticas sobre violência apresentadas em cada produção.

Como exposto anteriormente, os textos foram construídos entre os anos de 2020 - 2021, período em que devido à pandemia da COVID-19 estávamos em isolamento social, com dificuldades de aplicar metodologias de campo, o que permitiu, assim, que as pesquisas de natureza bibliográfica, documental (quando fosse possível o acesso aos documentos), e descritiva, fossem uma alternativa para o desenvolvimento do trabalho de conclusão no mestrado.

A participação em eventos científicos consistiu no formado por um projeto de extensão, três artigos, um capítulo de livro, dois resumos expandidos, dois resumos simples, e uma comunicação oral. Que formam nove capítulos/tópicos deste trabalho. Todas as pesquisas encontram-se publicadas e o *link* para acesso a ambas, está disposto no relato descritivo realizado sobre cada uma destas.

A participação em eventos iniciou-se com a descrição do Projeto de Extensão: I Seminário de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, elaborado inicialmente para ser o II Congresso de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, ocorrido pela primeira vez em 2019.

Todavia, a nomenclatura do evento para sua execução foi alterada, pois se optou pela realização em apenas um dia, em uma noite de debates sobre os temas propostos no planejamento do projeto.

Neste evento, tive a incumbência de coordenar a mesa redonda com a diretora do observatório dos Direitos Humanos do Instituto Centro de Estudios para América Latina (CASLA), a advogada Tamara Suju, exilada da venezuelana, recepcionada inicialmente na República Checa, atualmente vive na Espanha. É palestrante internacional, atua na defesa dos Direitos Humanos na Venezuela, e explanou acerca da violência e criminalidade neste país, institucionalizadamente.

Em âmbito internacional, houve participação na Conferência Internacional América do Sul, Sul da Europa, organizado pela *University of Public Service, Hungary* — Hungria, sendo publicado em inglês pela Editora Ludovika, com o título *Criminality and armed groups in the international land legal amazon* (Criminalidade e grupos

armados na Amazônia Internacional e Legal), fala da presença de grupos armados na Amazônia Legal.

Ainda no formato de artigo científico completo, a participação inicial ocorreu no evento do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), o Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais (CPCRIM) 2020, com o título O Lúdico é matar: homicídio de jovens no estado de Roraima em 2018, considerado o evento mais importante da América Latina no que tange criminologia mediante debates e publicações entre a academia poder público e sociedade civil, contribui com o desenvolvimento e disseminação das ciências criminais, é reconhecido nacional e internacionalmente.

No mesmo sentido, em contexto nacional, o artigo, aspectos da criminalidade no estado de Roraima e políticas de segurança pública, foi apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos e Defesa (ENABED), organizado pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado em setembro de 2021.

Podemos observar que ambos os artigos possuem em comum a tratativas sobre o aumento de mortes violentas em Roraima, com análise dos dados estatísticos inicialmente dos homicídios entre jovens, e outros indicativos como furto, roubo e mortes violentas intencionais, que estão atreladas a fatores multifacetados apresentados esclarecedoramente em cada artigo, com destaque para dados relevantes divulgados no teor destas produções.

Em seguida, foi apresentado no XIII Seminário Brasil-Canadá de Estudos Comparados, promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana no estado da Bahia em parceria com a Université de Lomé (Togo), foi um dos primeiros eventos de participação a distância no ano de 2020.

Este capítulo está no formato de e-book intitulado: Aplicabilidade da Lei 11.340/2006 “Maria da Penha” aos casos de *Stalking* análogos à violência psicológica contra as mulheres, foi produzido em coautoria com a professora MSc. Gilmara Pinheiro de Andrade, egressa deste mestrado, e com o professor Dr. Cláudio Travassos Delicato, docente do Programa.

E assim como em outras pesquisas aqui apresentadas durante o curso, trata sobre a violência e feminicídios que tem atingindo as mulheres no Brasil, repercutindo sobre os novos dispositivos legais que vem sendo tipificados no ordenamento jurídico penal, para o enfrentamento da elevação destes casos, como o tratado nesse texto,

a prática do *stalking*, conduta presente no código penal, art.147-A, desde 31 de março de 2021, pela Lei n.º 14.132, criminalização esta que é posterior a essa discussão que realizamos na presente pesquisa.

A participação no 9º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito “Não-humanos e desumanos” da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o título “Aspectos relevantes da Defensoria Pública do estado de Roraima no combate e prevenção a violência doméstica contra a mulher venezuelana em Boa Vista”.

Ainda oriundo deste evento, consta a sequência dos debates realizados por meio das produções apresentadas com participação desta mestrandia, outros dois resumos, estes agora no formato simples compõem o trabalho, publicado no Caderno de Resumos do evento ocorrido entre os dias 03 a 05 de novembro de 2020, e também analisa como outras pesquisas citadas anteriormente, os casos de violência doméstica contra mulheres em nosso estado, propõe a discussão sobre o amparo a essas vítimas, e de forma mais específica aponta dados sobre a procura pelos serviços da Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPERR), por mulheres de nacionalidade venezuelana, que residem ou estão em deslocamento na cidade.

Na sequência compõe este, o primeiro evento de participação online foi pela Universidad de Salamanca, na Espanha, através do III Congresso Internacional — Políticas públicas em defesa da inclusão, diversidade e gênero, com o tema “Graciosenses e Derechos Humanos”, na modalidade resumo simples, intitulado “Análisis de labienvenida humanitaria de los niños in migrantes venezolanos en el estado de Roraima: una acción conjunta entre elejercito de Brasil y Unicef (2020)”.

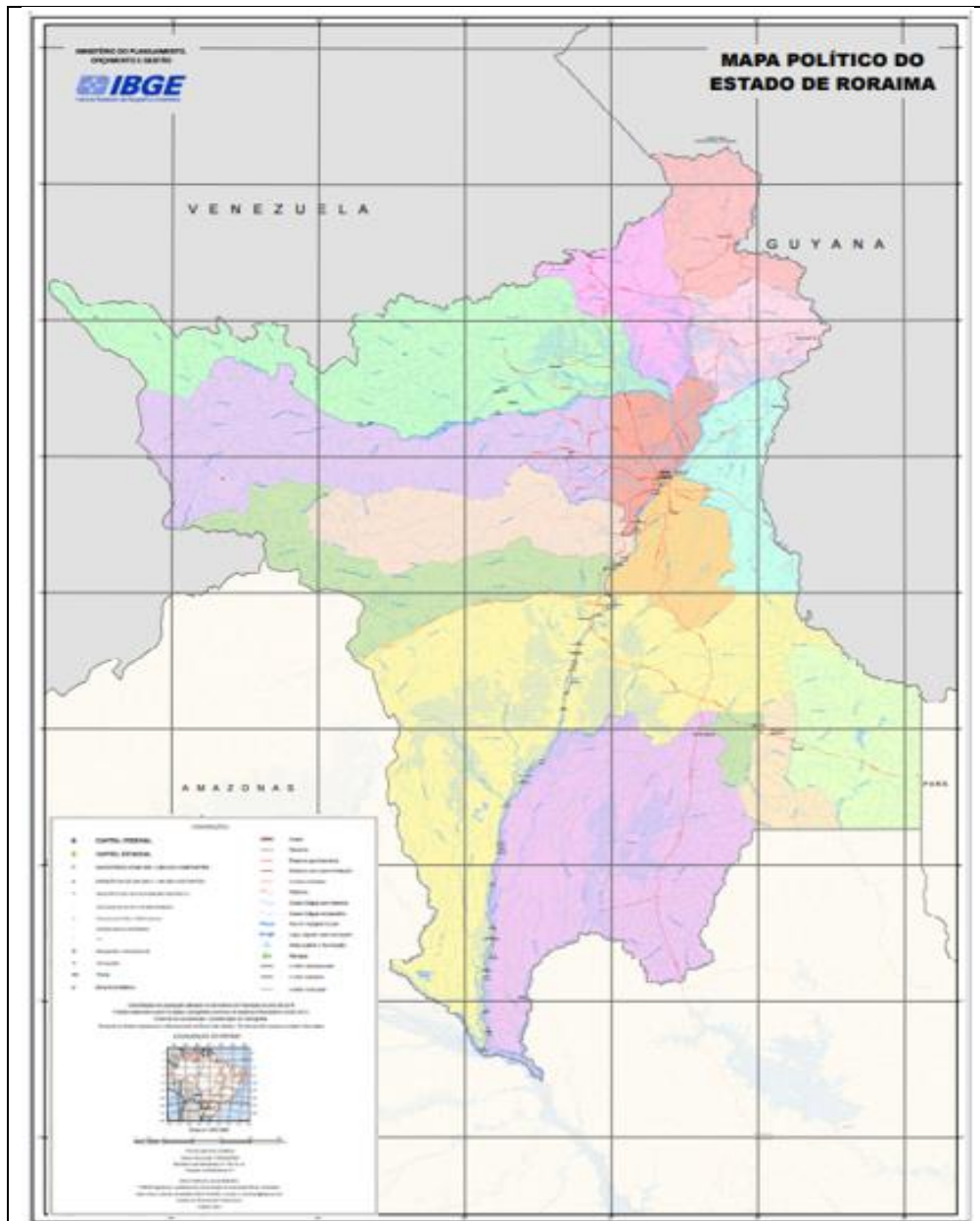
Desta maneira construiu-se estas pesquisas desenvolvidas durante o curso de mestrado. E que por meio desta organização elaborada como o produto de minha autoria, possibilita o acesso aos leitores, a uma sequência de produções que tratam de temas diversos, e que possuem eixos temáticos que discutem os problemas inerentes a segurança pública de Roraima sobre perspectivas teóricas e práticas distintas e complementares entre si.

Almeja-se, ainda, que esta compilação seja publicada em formato de um livro, para socialização dos debates realizados aqui, expandindo cada vez mais o conhecimento científico produzido por nós mestrandos neste programa de pós-graduação que tenho a satisfação de poder está concluindo.

1 VIOLÊNCIA URBANA: CRIMINALIDADE NO ESTADO DE RORAIMA

O Estado de Roraima é localizado no extremo norte do Brasil, composto por 15 (quinze municípios) e faz fronteira com 02 países vizinhos, a Venezuela e a Guiana, além dos Estados do Amazonas e Pará. Possui mais de 224,3 mil quilômetros quadrados (km²), destas 61,8% são protegidas, sendo 46,21% são Terras Indígenas homologadas, 14,27% de unidades de conservação e 1,22% são áreas militares (IBGE, 2002) (Figura 1):

Figura 1 – Mapa Político do estado de Roraima



Fonte: IBGE (2002).

Analisando as últimas décadas desde 1970, afirmam que três fatores foram considerados relevantes para o crescimento demográfico no Estado de Roraima, consistindo inicialmente na corrida por minérios, colonizações agrícolas e incentivo às migrações mediante investimentos do Governo Federal com construções de conjuntos habitacionais. Este intenso movimento de urbanização promoveu, entre outras coisas, a multiplicação dos bairros periféricos e a ocupação irregular de áreas de proteção ou de risco ambiental. Naturalmente que o crescimento populacional ampliou a demanda por serviços públicos diversos, como nas áreas de educação, saúde e transporte, tendo ainda afetado diretamente os índices de emprego, desemprego e trabalho informal (Oliveira; Costa, 2018).

Na década de 1980, o aumento do índice populacional em Roraima, foi decorrente da busca por melhores condições econômicas, e na grande maioria, oriundas do Nordeste, viviam em situação de vulnerabilidade social e desprovidas de qualificação educacional.

O presente trabalho tem como recorte espacial a cidade de Boa Vista-RR, com 69.627 habitantes, era considerada muito tranquila no que tange questões de segurança pública até o final da década de 1980, com grandes movimentos atrelados à garimpagem ilegal, o qual circularam diversos imigrantes, em sua grande maioria, oriundos do nordeste do Brasil. Estes vinham em busca de ascensão financeira, porém, na grande maioria, sem qualificação escolar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualmente possui 652.713 habitantes segundo o censo de 2022 (Tabela 1):

Tabela 1 - Crescimento demográfico Roraima - Boa Vista-RR

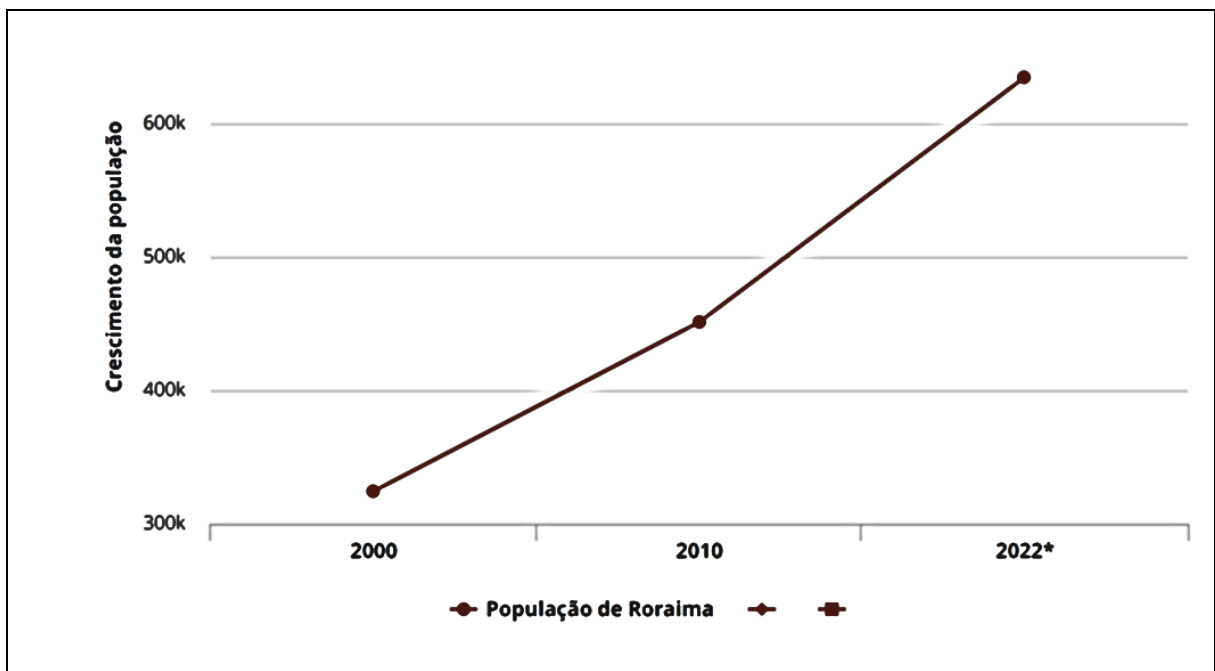
Ano	Roraima	Roraima
	População	
	Roraima	Roraima
1980	79.159	67.017
1991	217.583	144.249
2000	324.397	200.568
2010	450.479	284.313
2021	Est. 652713	Est. 436.591

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1991; Censo Demográfico 2000; Censo Demográfico 2010).

As estatísticas referentes a homicídios, violência doméstica e violência policial ganharam destaques no processo histórico de Roraima nas décadas de 1980 e 1990, acirrando também os contatos interétnicos nos espaços rurais, porém a referida pesquisa se atentará às problemáticas urbanas da criminalidade.

O crescimento do Estado de Roraima foi considerado significativo, nos últimos anos, e mais ainda a porcentagem do crescimento urbano na cidade de Boa Vista foi considerado mais exponencial, onde se concentra maior parte da população com 436.591 habitantes, segundo o mesmo censo de 2021. Considerando as pesquisas do IBGE, no ano de 1980, totalizou 67.017 pessoas, no seguinte, em 1991, quase o dobro o censo anterior, com 144.249 habitantes, no ano 2000, constavam 200.568 pessoas, em 2010 a capital possui 284.313 pessoas (Figura 2):

Figura 2 – Crescimento demográfico de Roraima



Fonte: IBGE (2021).

Considerando o paralelo do crescimento populacional em Roraima vem modificando seu perfil após o crescimento desenfreado, novos aspectos da criminalidade são visualizados através dos dados estatísticos, e, quanto a execução, praticadas com crueldade, evidenciando a periculosidade dos autores e o medo na sociedade local, característico da violência urbana.

1.1 DEBATE TEÓRICO SOBRE OS TIPOS DE VIOLÊNCIA

Violência e poder andam paralelas desde a época da colonização no Brasil, que vai desde a mais simples relação de contato interétnico¹. Esta sociedade possui processo histórico-cultural de violência desde o período da colonização, especificamente na Amazônia, observadas as relações de entre indígenas e não indígenas, fazendeiros e seus empregados (chamavam de caboclos), acentuando no boom da garimpagem (perpassou por experiências de pistolagem), considerando as relações interpessoais violentas, sendo outra característica a ausência de instituições que regulassem as ações violentas dos indivíduos nos garimpos (Marques, 1998).

Uma série de formas de violência que se expressa de formas diferentes, especialmente a simbólica ocorrida nas relações sociais e completamente aceitável, dependendo, portanto, do padrão de aceitação do que venha ser violência. Outra forma foi da própria deste autoritarismo, refere-se a forma no qual a sociedade se reconheceu como estratificada e hierarquizada, e, como exemplo, “assimetria da identidade masculina e feminina” (Adorno, 1995).

Para confecção desta pesquisa, além dos conceitos mencionados, é indispensável o debate sobre o direito primordial à vida, previsto inicialmente na Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, em seu artigo 4º, onde prevê — o direito à vida.

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.
2. Nos países que não houverem abolido a pena de morte, está só poderá ser imposta pelos delitos mais graves, em cumprimento de sentença final de tribunal competente e conforme a lei que estabeleça tal pena, promulgada antes de haver o delito sido cometido. Tampouco se estenderá sua aplicação a delitos aos quais não se aplique atualmente.
3. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
4. Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada a delitos políticos, nem a delitos comuns conexos com delitos políticos.

¹ “autoritarismo socialmente implantado”. In: ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Revista Sociedade e Estado**, v. 10, n. 2, p. 299-342, 1995.

Apesar do Pacto de San José da Costa Rica ser datado em 1969, sendo o Brasil signatário Roraima sofreu processo histórico-cultural de violência desde o período da colonização, porém foi ratificado em 1992², no qual norte ou nossa Carta Magna, a Constituição Federativa do Brasil de 1988, acrescenta a igualdade de direitos perante a lei, em seu artigo 5º “[...] sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida”, fundamentado no artigo 24 da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, portanto, qualquer ameaça poderá ser considerada uma espécie de violência.

Por outro lado, a referida pesquisa se atentará às problemáticas da violência urbana com análise de índices de homicídios, violência contra a criança e adolescentes, violências contra mulher, coletivos e as explorações desumanas, faz surgir conscientemente, exigências na aplicação de normas dignas para todos³, sendo a vida o direito primordial, é interessante o aporte originário destas conquistas como os acordos no qual o Brasil é signatário. Dividida em três categorias: violência autodirigida; violência interpessoal e violência coletiva⁴.

No contexto político, acerca do debate sobre poder e violência, a existência do papel daquele que acredita deter o poder é uma representação do grupo e inerente apenas a este, devendo sua existência aos interesses do grupo, portanto, é mero representante, sendo que “a autoridade é sua insígnia e o reconhecimento insustentável para aqueles quem se pede que obedeçam”. Nesse sentido, o agressor utiliza-se da autoridade que acredita possuir para prática da violência, pois “violência é tão somente a mais flagrante manifestação de poder”, porém distinta do terror, que não pode ser considerado uma forma de violência, mas é uma forma de governo que advém da violência (Arendt, 2010, p. 51).

Para Arendt (2010), o indivíduo autoritário tem como apogeu a posição de autoridade inquestionável, daqueles que acredita que obedeçam, “nem a coerção, nem a persuasão são necessárias”, portanto para conservar a autoridade requer respeito e uma forma singela e direta de deixá-lo impotente diante do poder que este acredita exercer sobre os demais é portar-se com desdém e ignorar suas ordens ou

² Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Brasília: Planalto, 1992. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 10 mar. 2023.

³ COMPARATO (2011, p. 50).

⁴ Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1413-81232006000500007>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

determinações, no qual afirma que “o maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-lo é a risada” (Arendt, 2010, p. 62).

A maioria das dificuldades para conceituar a violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Por isso, para entender sua dinâmica na realidade brasileira vale a pena fazer uma pausa para compreender a visão que a sociedade projeta sobre o tema, seja por meio da filosofia popular, seja do ponto de vista erudito. Os eventos violentos sempre passaram e passam pelo julgamento moral da sociedade (Minayo, 2006, p.14).

No contexto das diversas práticas da violência no âmbito social, contempla diversos fatores que podem desencadear ações compreendidas como violentas, podendo ser até mesmo uma forma de autodefesa, que estão ligadas às peculiaridades do espaço urbano como formas espaciais, modos de vida e estratégias de sobrevivência, podendo ser desde conflitos de trânsito, manifestações em protestos e brigas rivais como grupos de traficante ou de bairros diferentes, afirma ainda.

Diante disso, pode-se dizer que, ao mesmo tempo que as causas da violência são múltiplas (variando, evidentemente, com o tipo específico de violência ou crime violento, existem numerosíssimos tipos), com a ver com fatores que podem dizer respeito a fenômenos em várias escalas, da internacional à doméstica, existem, sim, certas manifestações de violência ou crime violento tipicamente urbanas, inclusive algumas bastante específicas das grandes cidades (Souza, 2010, p. 82).

Esta temática de crescimento demográfico nos reporta às considerações de Durkheim (1977), quando designa a degradação dos valores e a ausência de referências, construindo paralelo com a divisão do trabalho social. O autor afirma que esta divisão do trabalho é uma das bases fundamentais para a ordem social no mundo econômico, numa relação direta entre o indivíduo e sociedade, correspondente a comparação entre a personalidade individual e a solidariedade social, na estrita relação da densidade moral desta divisão do trabalho com outras funções e, dessa forma, chegou conclusão do progresso da indústria com os aumentos dos crimes e dos suicídios é direta.

Seguindo este paralelo entre a ideia desenvolvimento da cidade, Costa (2010), observa que a sociedade brasileira sofre com duas características da herança contrária aos ideais de cidadania: o autoritarismo e o clientelismo. Estes por sua vez

causam insegurança e medo nas cidades, no processo de interação entre o Estado, sociedade e a conjuntura da violência e criminalidade, acabam elaborando estratégias próprias de sobrevivência a violência cotidiana, porém destaca que é pensamento da coletividade a morte daqueles que estamos inseridos na criminalidade, como a resolução do conflito de forma plausível, no qual consideram totalmente normalmente os índices estatísticos de criminalidade.

A cultura da violência estabelece códigos extremamente cruéis. Se a própria vítima, seus familiares e amigos, sofrem com a violência que os atinge diretamente, a vizinhança e mesmo a opinião pública mais geral vão se sentir mais aliviados e tratam de justificar a dura sentença de que marginal tem que morrer mesmo (Costa, 2010, p. 98).

Apesar da escolha da resolução por meio da perspectiva de conflitos de forma agressiva e violenta é comumente aceita na sociedade brasileira, pois esta é regulada por normas e regras, para garantir o mínimo do convívio harmônico em sociedade, devendo os indivíduos se adequarem ao cumprimento destas individualmente em enquanto sociedade. Como herança do positivismo, estas regras nos levam ao debate do paradigma do século passado, que ainda impactam a sociedade moderna nos temas “desumanização, alienação, robotização, absenteísmo, dentre outras consequências negativas para os elevados ganhos de produtividade das organizações capitalistas” (Costa, 2010, p. 49).

Estas normas, seriam um mecanismo de controle social, envolvidos neste contexto, é perceptível que a lei do mais forte prevalece, o que para Durkheim é uma forma de justificar o estado de não regulamentação, e a necessidade de o indivíduo assegurar sua independência econômica. Após inúmeras inconsistências surgirem quanto às teorias de Foucault/Marx, os sociólogos brasileiros, direcionaram suas pesquisas para o processo civilizatório, democrático e causas da violência urbana na construção da Nação e a cidadania. No paradoxo do contexto urbano, o pobre figurava como principal protagonistas nos crimes violentos, e até hoje violência é associada a desigualdade social, porém capaz de ser explicada pela violência estrutural, resultando também na necessidade de poder e violência (Costa, 2010, p.15)

Quanto a violência praticada contra criança e adolescente, a lei de proteção Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁵. Trata-se da doutrina da proteção

⁵ Lei 8.069/1990, dispõe sobre direitos da criança e adolescente. Após a Declaração dos Direitos da

integral, rompendo com a visão de menoridade e conduzindo à concepção da criança como cidadã, com direitos e deveres, sendo priorizada pelas políticas públicas, possibilitando-lhes, pela primeira vez, que seus direitos fossem assegurados.

No ambiente intrafamiliar, é o espaço no qual os direitos fundamentais da criança e adolescente devem ser assegurados, não podendo ser submetido a qualquer tratamento degradante e humilhante⁶, porém é exatamente neste território que a maioria dos casos de violência contra crianças, vulneráveis e mulheres, são praticadas, trata-se da violência doméstica, compreendida como:

[...] todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra criança e/ou adolescente que, conseguindo causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (Azevedo; Guerra, 2001, p. 45).

Para as autoras, os tipos de agressões ocorridas no lar causam sofrimento e nem sempre são compreendidas como violência, e sim como ações educativas. Como uma relação de poder exercida por pais ou responsáveis, os mais vulneráveis nessa relação de poder são vítimas da violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência, a violência doméstica contra crianças e adolescentes “é um fenômeno polifacetado e complexo, cuja compreensão radical exige a adesão às pressupostas epistemológicas de natureza multicausal, sócio-psico-interacionista e histórico crítica” (Azevedo; Guerra, 2001, p. 39).

Através da análise do fenômeno da violência por meio do geoprocessamento de dados, observou-se que as práticas da violência possuem dinâmicas próprias e intensidades diferentes dependendo do lugar no qual está estabelecida, podendo causar a sensação de insegurança nas populações no qual está inserida, podendo modificar espaços e o comportamento das pessoas, assim podemos dizer que a violência poderá formar “um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ter do

Criança, de 1959, o Brasil iniciou aproximação com a temática celebração em meados dos anos 80, através da celebração do Ano Internacional da Criança (1979) e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

⁶ O ECA, prevê em seu artigo Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano” (Francisco Filho, 2004, p. 27).

A explicação das tipologias de modos de violência, surgem da violência autodirigida, violência interpessoal, e violência coletiva, no qual possuem divisões espaciais dos ambientes no qual são praticadas, e, nas relações indireta ou indireta com quem pratica a violência (Quadro 1):

Quadro 1 - Tipologia da violência

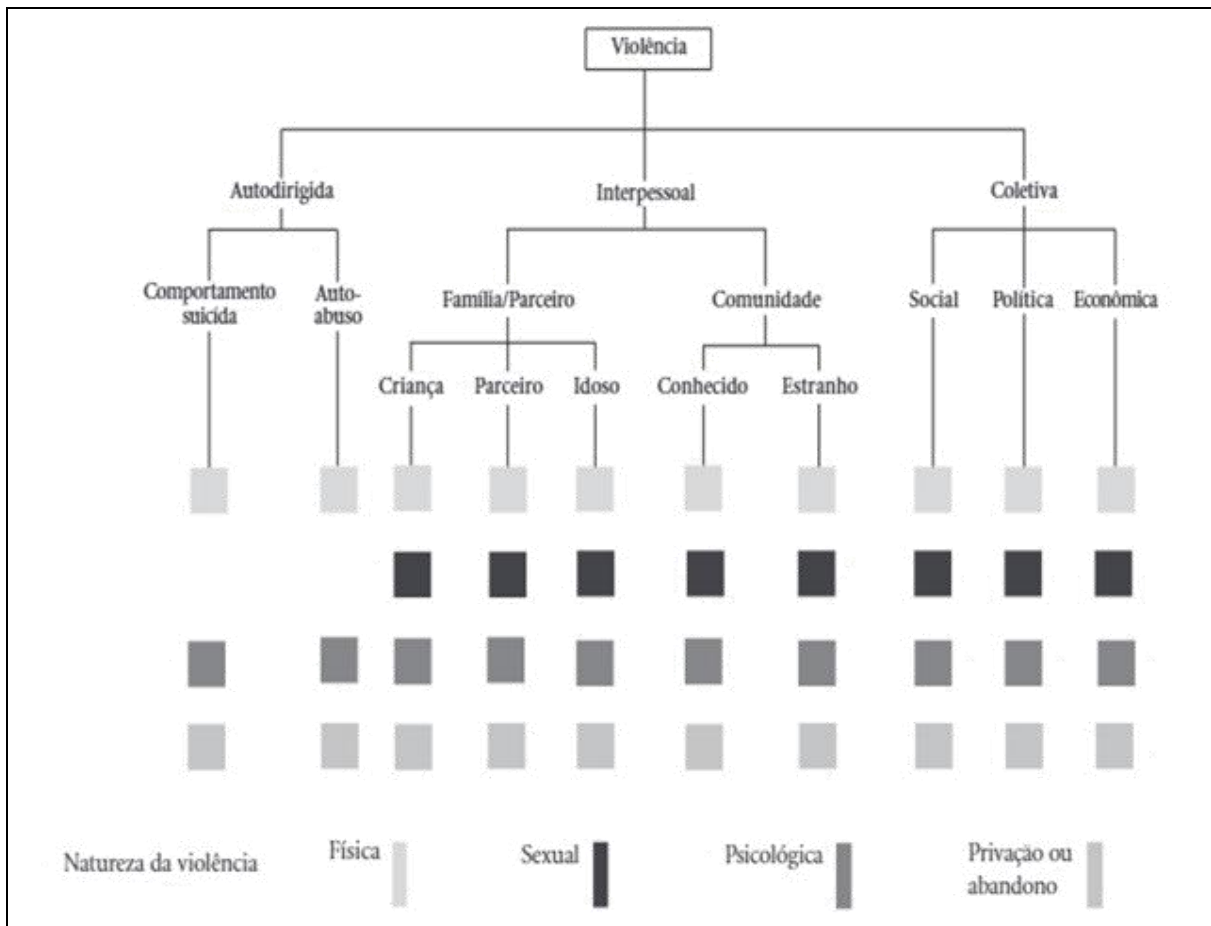
TIPOLOGIA		CARACTERÍSTICAS
Violência autodirigida	Comportamento suicida	➤ uma diferença entre a violência que uma pessoa inflige a si mesma. inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio — também chamadas em alguns países de “paras suicídios” ou “auto injúrias deliberadas” — e suicídios propriamente ditos. A autoagressão inclui atos como a automutilação.
	Agressão autoinfligida	➤ violência infligida por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de indivíduos e a violência infligida por grupos maiores, como estados, grupos políticos organizados, grupos de milícia e organizações terroristas
Violência interpessoal	Violência de família e de parceiros íntimos	➤ violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares, como exemplo o abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos.
	Violência na comunidade	➤ violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Geralmente ocorre fora dos lares. Inclui, geralmente, violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.
Violência coletiva	Violência social	➤ O plano específico de ação social inclui, por exemplo, crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas.
	Política	➤ Inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos.
	Econômica	➤ inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços

		essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica. É certo que os atos praticados por grandes grupos podem ter motivação múltipla.
--	--	--

Fonte: Produção autoral (2023).

Para exemplificar os tipos de violências e suas conexões desde a autodirigida, à interpessoal e no âmbito coletivo, conforme o seguinte organograma (Figura 3):

Figura 3 – Tipologia da violência



Fonte: Dahlberg e Krug (2007).

O modelo ecológico (descrito na Figura 3) decorre da correlação das relações simbólicas e culturais com a congregação espacial dos indivíduos (individual). Organização espacial das cidades, mobilidade social, controle social. O primeiro (indivíduo), os autores procuram identificar tanto os fatores biológicos e, história individuais que refletem no comportamento pessoal, compreendendo estes como fatores biológicos e demográficos. Nestes, são considerados os fatores da impulsividade e baixo nível educacional, a relação com excessos de uso com

substâncias químicas e, o histórico do contato com ações agressivas ou abusivas. A relação com estes fatores, aumentam a probabilidade desses indivíduos tornarem-se vítimas ou agressoras (Dahlberg; Krug, 2007)⁷.

O segundo nível, reflete como as relações próximas com parceiros íntimos e membros da família, aumentam o risco de vitimização ou agressão violenta. A territorialidade neste caso é o próprio domicílio, onde práticas violentas e maus tratos às crianças podem aumentar a oportunidade de ataques violentos por serem contínuos e repentinos, podendo estes episódios moldarem o comportamento das vítimas.

No terceiro nível do modelo ecológico, são observados o contexto social (comunidade) no qual está inserido, como escolas, locais de trabalho e bairros, e as características destes cenários associados ao fato de serem vítimas ou agressores. Como características dos fatores associados à violência, podemos destacar alto nível de mobilidade residencial, heterogeneidade e alta densidade populacional. As experiências violentas podem estar com maior probabilidade onde há alto nível de tráfico de drogas, desemprego ou isolamento social generalizado. O quarto nível examina os fatores mais significativos da sociedade que influenciam as taxas de violência.

Por fim, será neste espaço da sociedade local, onde se criam parâmetros para aceitação a violência, criam e diminuem às inibições contra a violência e sustentam divisões entre grupos, sendo subdividida em: 1) normas culturais que sustentam a violência como forma aceitável para resolver conflitos; 2) atitudes que consideram o suicídio como uma questão de escolha individual em vez de um ato de violência evitável; 3) normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança; 4) normas que fixam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças; 5) normas que apoiam o uso excessivo da força pela polícia contra os cidadãos; 6) normas que apoiam o conflito político.

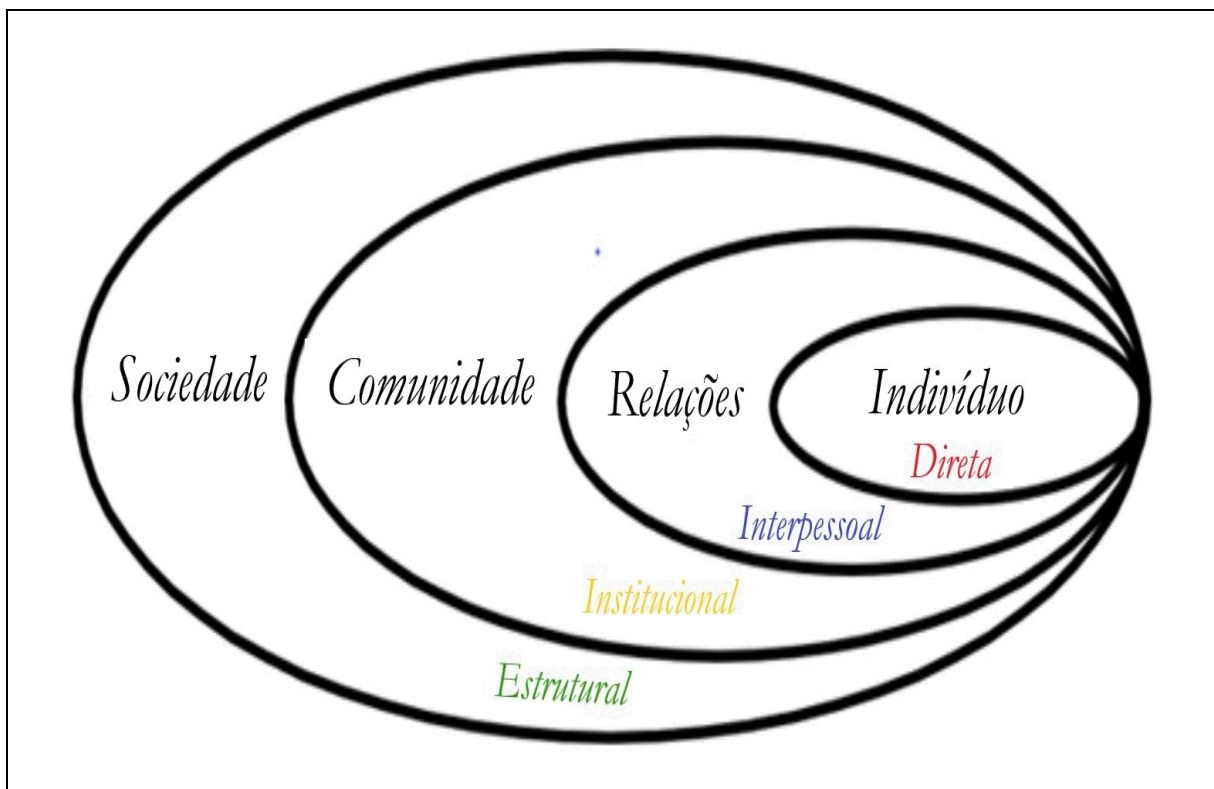
Para compreensão da natureza multifacetada da violência, podemos citar o modelo ecológico, que servirá como teoria explicativa para a criminalidade. Sua aplicabilidade inicial, na década de 1970, foi inicialmente aplicado aos casos de abuso infantil e subsequentemente à violência juvenil, e, atualmente, a violência do parceiro

⁷ Violência: um problema global de saúde pública. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs1413-81232006000500007>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

íntimo e abuso de idosos.

Dentre os fatores importantes, estão as políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais que mantêm altos níveis de desigualdade econômica ou social entre grupos. Este modelo ecológico demonstra os diferentes fatores em etapas diversas da vida e a interação dos fatores de risco que operam no interior da família e dos contextos mais amplos da comunidade, como o contexto social, cultural e econômico, como múltiplas causas da violência (Figura 4):

Figura 4 - Modelo ecológico para compreender a violência



Fonte: Cerqueira e Lobão (2002). Base de dados IPEA (2002).

Dentro deste contexto, as explicações para a violência e a criminalidade perpassam questões históricas individuais, do ator social envolvido e suas experiências, por problemáticas do nicho no qual a pessoa está envolvida e os conflitos existentes naquele ambiente, geralmente intrafamiliar, e, estruturais, compreendendo a localização espacial no qual este frequenta e as características do contexto social, como as problemáticas institucionalizadas existentes no ambiente urbano do Estado e suas demandas relacionadas à violência urbana, provocadas geralmente pelo aumento das cidades, e, por último às questões dos conflitos existentes e os motivos pelos quais desencadearam as estatísticas referente à

violência e a criminalidade.

Conforme justificado, o modelo ecológico está pautado em demandas de cunho social, no qual os sociólogos e antropólogos conseguem analisar, diferente da análise de quais as demandas da violência e criminalidade são justificáveis pela ótica da Segurança Pública.

Para Galtung (1969), violência “é aquela que aumenta a distância entre o potencial e o real, e impede a diminuição dessa distância”, já o termo paz infere-se a redução ou ausência de violência, definindo como “uma vasta região de ordem social onde a violência é ausente”. Mas o debate acerca do triângulo da violência gera em torno deste debate na prática a obra e quem pratica e quem comete a violência. Nos deparamos, portanto, na questão da violência estrutural, como exemplo, aquele praticado por meio da corrupção do Estado, dinâmica das desigualdades e injustiça social.

A violência direta é aquela praticada por meio do contato físico entre o agressor e a vítima, porém não necessariamente a agressão será por meio físico, podendo ser verbal (ameaças ou ofensas). Seus maiores índices ocorrem nos ambientes domésticos ou intrafamiliares.

Assim, quando um marido golpeia sua mulher, temos diante de nós um caso claro de violência pessoal; porém, se um milhão de maridos mantêm um milhão de mulheres na ignorância, estamos lidando com uma violência estrutural. Igualmente, em uma sociedade no qual a esperança de vida das classes superiores é o dobro das inferiores, a violência está sendo exercida, ainda que não haja atores concretos aos que se possam assinalar como atuantes de outras pessoas, como sucede quando uma pessoa mata outra (Galtung, 1969; 1985, p. 39).

A forma mais comum de legitimar a violência em contexto social, é na forma indiretas, por meio do discurso de ódio e atribuição de adjetivos pejorativos à determinado grupo, gênero, geralmente externalizado por meio de condutas preconceituosas, com espírito de inferiorização ou ironia, na prática, se vê este modelo nas anedotas (piadas) arraigadas destas características que sobressaem um grupo ao outro, uma cultura à outra e despreza as minorias privilegiadas no âmbito social, evidenciando características físicas ou culturais do outro.

Violência cultural é definida aqui como qualquer aspecto de uma cultura que pode ser usado para legitimar a violência em sua forma direta ou estrutural. A violência simbólica embutida em uma cultura não mata ou mutila como a

violência direta ou a violência embutida na estrutura. No entanto, é usado para legitimar um ou ambos, como, por exemplo, na teoria de Herrenvolk ou uma raça superior (Galtung, 1990, p. 291).

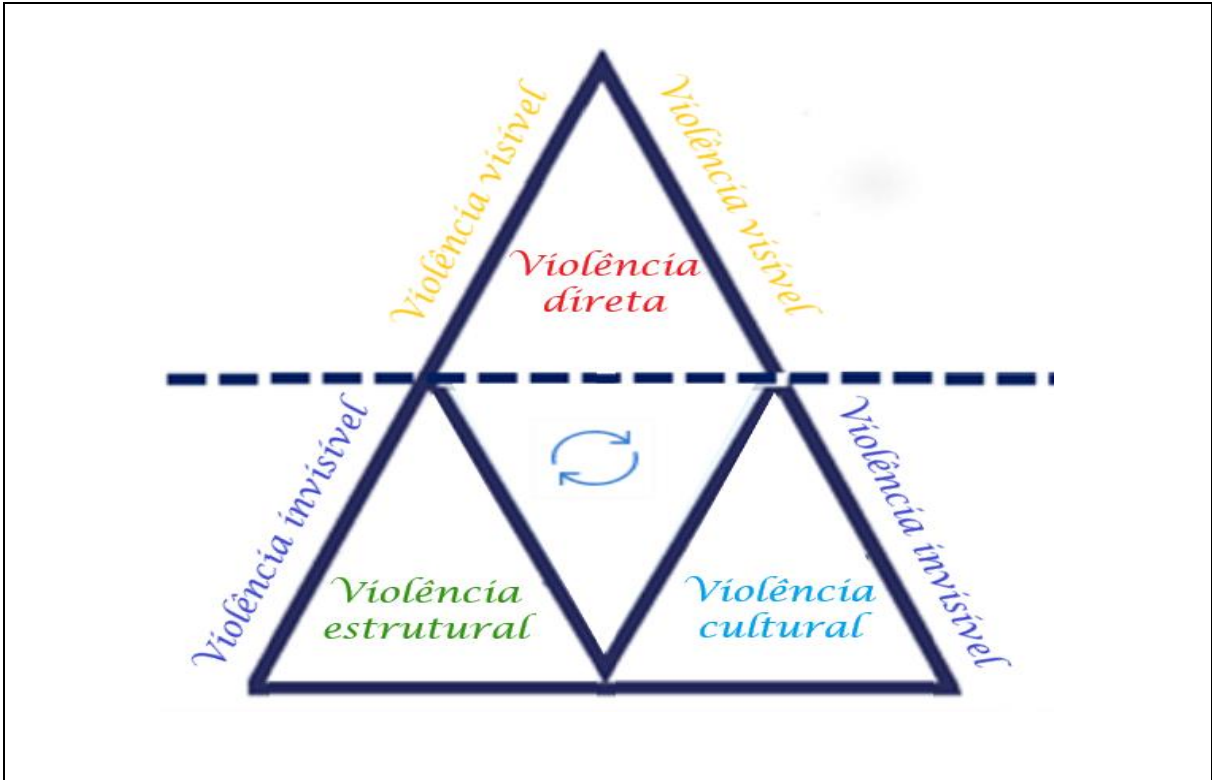
Ainda na forma indireta, poderá ocorrer por ausência das garantias preconizadas na constituição, em seu artigo 6º, que prevê os direitos sociais, no qual estabelece inicialmente que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”, portanto, de acordo com esta normatização, o padrão de vida dos indivíduos deveria ser, de fato semelhante, mas de fato as desigualdades e ausência de garantias, como a pobreza e pessoas em situação de rua, se tornam invisíveis socialmente, porém existem.

Estabelecida como uma forma indireta de violência, cujas raízes estão na distribuição desigual de poder e de recursos nas sociedades ou entre as sociedades, a violência estrutural chama a atenção para um tipo de violência quase sempre latente, invisível ou disfarçada, resultante das desigualdades sociais, das injustiças, da pobreza, da exploração e da opressão. Desse modo, se o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta (física), o conceito de paz positiva passa a ser definido como a ausência de violência estrutural e a ser articulado por Galtung através da noção de justiça social (Oliveira, 2017, p. 156-157).

Para Galtung (1990) somente haverá paz positiva quando houver ausência desta violência estrutural, concentrada na disparidade de diferenças econômicas e sociais existentes na modernidade, e por mais que a violência direta deixe de existir é necessário haver justiça social, correspondente a ausência destas desigualdades, e em seu lugar a promoção da qualidade de vida dos indivíduos.

Neste, o neoliberalismo é uma normalização de compreensão das relações sociais conscientes e inconscientes, como, por exemplo, o racismo e machismo são construções sociais, e fazem parte da violência estrutural no funcionamento normal da vida cotidiana, o primeiro é grande exemplo histórico de exploração econômica e o segundo poderá perpassar de forma (Figura 5):

Figura 5 - Triângulo da violência



Fonte: Elaboração própria. Base de dados de Galtung (1999).

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DO CRIME

Nesse sentido, percebe-se que cada espaço possui características próprias de funcionamento, no qual deve-se considerar as características dos seres humanos que ocupam determinado lugar, bem como as relações sociais que integram o comportamento destes indivíduos que resultarão na práxis coletiva, assim a sociedade não é estática, pois a dinâmica do contexto local caracteriza suas modificações.

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis a coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171).

Para Capez (2020), quanto ao conceito de território nacional, por meio da análise jurídica sob o prisma material, o território nacional compreende “o espaço delimitado por fronteiras geográficas”. Sob o aspecto jurídico, território abrange todo o espaço onde o Estado exerce a sua soberania” este conceito é utilizado pelo direito como locais onde se aplicam as leis penais brasileira, para este, no qual fundamenta o princípio da territorialidade para aplicação da lei penal brasileira, conforme a legislação vigente compreende território a previsão no Código Penal Brasileiro, em seu artigo.

CP — Art. 5º, § 1º e § 2º
 A) EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PROPRIAMENTE DITO (ESPAÇO FÍSICO/GEOGRÁFICO), A SABER:
 I) solo nacional (solo ocupado pela corporação política);
 II) rios, lagos, mares interiores, golfos, baías e portos;
 III) mar territorial (até 12 milhas da costa);
 IV) espaço aéreo que fica sobre os itens anteriores.

Na perspectiva da geografia, o território vai além do espaço físico, vem antes até mesmo do que o próprio conceito de espaço, é uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, devido a todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”⁸. As ações sociais desempenhadas com diversas práticas em determinado espaço, no qual é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as

⁸RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São. Paulo: Editora Ática, 1993.

relações sociais, no qual se projeta e constitui relações de poder.

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço [...] O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja, energia e informação e que por consequência revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993, p. 143-144).

Assim, o conceito de território está relacionado a determinado espaço territorial, porém devemos considerar os fatores políticos, econômicos e sociais que fragmentam, delimitam e organizam os respectivos espaços territoriais, e, para esta construção geopolítica do espaço podemos chamar de territorialidade. No contexto desta pesquisa devemos considerar o aspecto da violência e as relações de poder exercidas por aqueles que atuam diretamente, na prática da criminalidade.

O termo territorialidade, criado inicialmente para tratar de demarcação de animais, teve seu conceito ampliado para tratativas ao homem enquanto conjunto das relações sociais, com exterioridade e alteridade mediante mediadores ou instrumentos, extrapolando questões de território, envolve questões abstratas como construídas, línguas, religiões, tecnologias, refletindo as próprias ações do homem, tanto na mobilidade como nas suas relações de poder (Raffestin, 1993).

Considerando espaço para Milton Santos, e por território as ações humanas no espaço.

O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171).

A relação do homem enquanto coletividade, por meio das suas ações cotidianas, atividades e funções diversas, observada através da ordem cronológica do passado e do presente, é a própria caracterização do espaço, sendo "A utilização do território pelo povo cria o próprio espaço", o autor enfatiza ainda a configuração territorial definida historicamente.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. A configuração

territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (Santos, 1996, p. 51).

Assim, o território compreendido por ressignificações e heterogeneidades com regulamentações próprias, materializado, normatizado e racionalizado por técnicas sociais dos estímulos que os motivam, e, com o aumento da criminalidade violenta, a expansão do narcotráfico, do crime organizado e dos grupos paramilitares (milícias), sociedade civil organizada tem se mobilizado e pressionado estado.

2.1 TERRITORIALIDADE DO CRIME NO BRASIL: MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

De acordo com Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com levantamentos de 2007 a 2021, no último ano contabilizou a menor queda de números de maior redução das Mortes Violentas Intencionais (MVI) no Brasil, correspondente a 41.069 homicídios⁹, o equivalente a 130 mortes por dia, o menor registrado nos últimos anos.

A região norte e nordeste do Brasil, obtiveram crescimento de 68% dos homicídios, entre os anos de 2007 a 2017, totalizando 65.602 pessoas mortas. Neste período, as mortes violentas intencionais das vítimas de faixa etária de 15 a 25 anos, correspondem a 38%, porém no ano de 2017, este grupo representou 51,4% dos óbitos de jovens (homens e mulheres).

Os dados da evolução dos homicídios no Brasil em 2017, estão consolidados no Atlas da violência 2019, confeccionado pelo Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁹ G1/Globo. **Monitor da violência**. Portal Eletrônico do G1 [21 fev. 2022]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/02/21/numero-de-assassinatos-cai-7percent-no-brasil-em-2021-e-e-o-menor-da-serie-historica.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

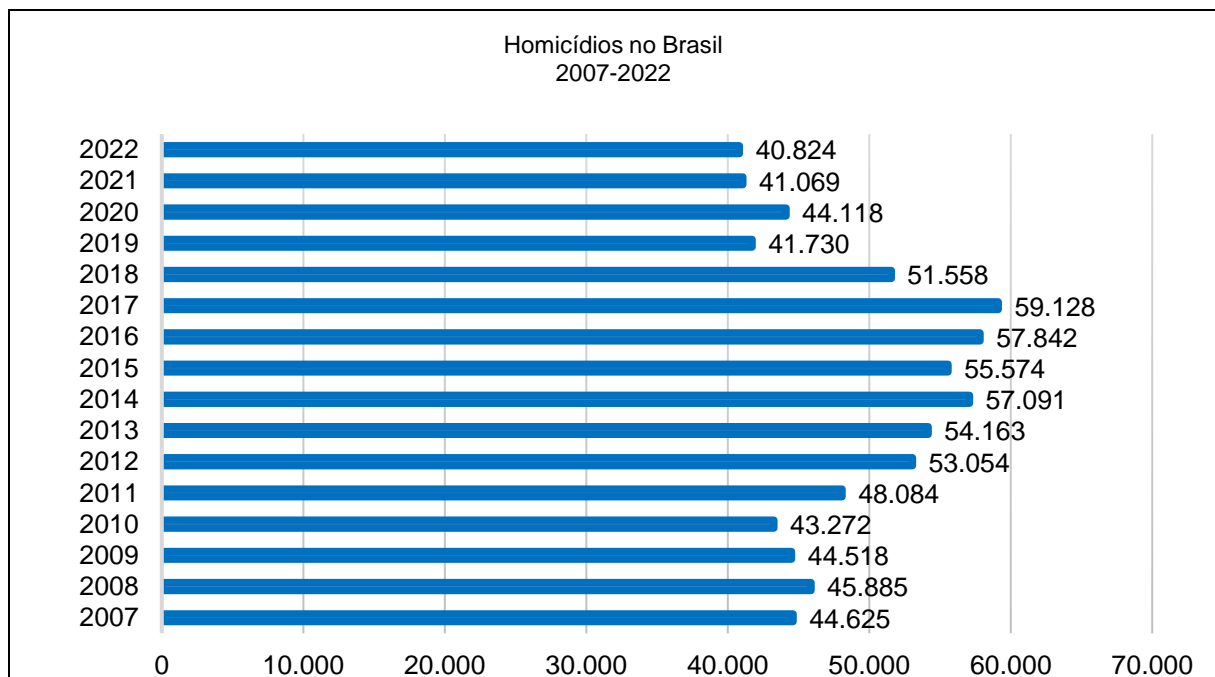
Quanto à tabela denominada Brasil: variação da taxa de homicídios de jovens homens, por grupo de 100 mil, pela UF (2017 - 2016). O instituto efetua a seguinte análise.

Estes índices de homicídios são, dentre outros, indicadores para mensurar a criminalidade. No Brasil, verificou-se o crescimento da taxa geral de homicídios, assim, o expressivo dos homicídios de jovens em diversas unidades da federação, em 2017, causa preocupação no grupo etário de 15 a 29 anos, representou 54,5% do total de vítimas de homicídio naquele ano, embora represente apenas 24,6% da população total do país. É necessário a existência de políticas públicas focadas na redução das mortes violentas intencionais, junto aos jovens (IPEA/FBSP, 2019, p. 29).

Os índices de homicídios no Brasil, foram crescentes principalmente de 2012 a 2017, período que atingiu maior nível com 59.128 casos, período de disputas entre facções criminosas, e diversas rebeliões em todo país. Em 2018 houve decréscimo para 51.558 casos e em 2022 a maior redução dos últimos anos com 40.824 homicídios.

A última queda havia ocorrido no ano com a redução, o número de mortes volta ao patamar de quatorze anos antes, o de 2019, quando foram registradas 41,7 mil mortes, sendo 19% a queda da série naquele ano (Figura 6):

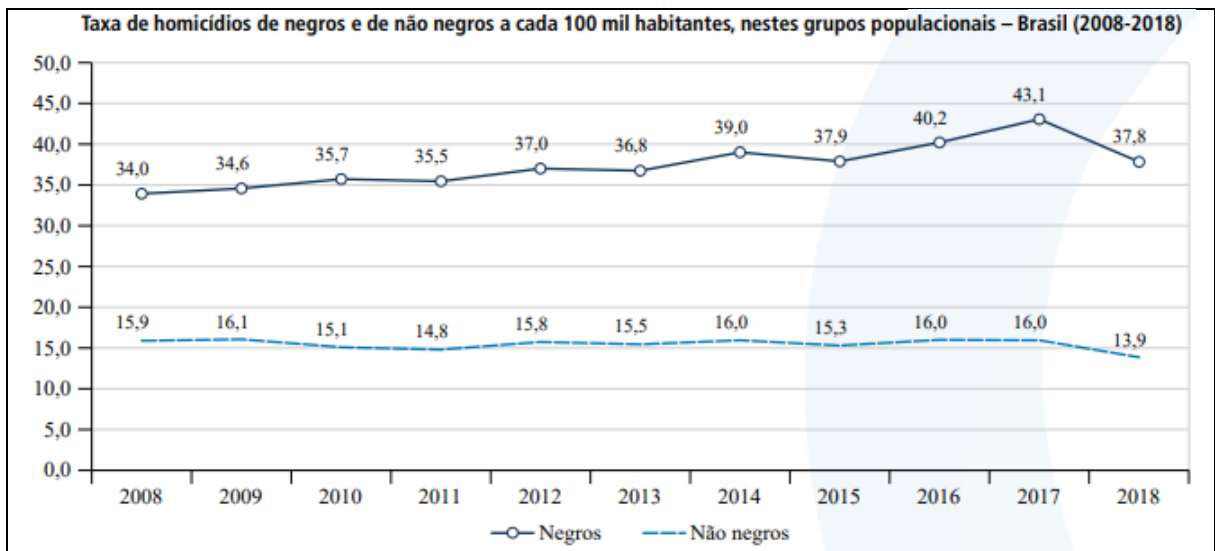
Figura 6 - Índice de homicídios no Brasil (2007 - 2022)



Fonte: Produção autoral (2023). Base de dados do IPEA/FBSP (2007 - 2022).

O gráfico a seguir, revela às regiões norte e nordeste, com maior concentração das taxas da criminalidade de jovens, masculinos e negros. Roraima foi a UF com a maior taxa de homicídios de negros em 2018 (87,5), vindo em seguida Rio Grande do Norte (71,6), que ocupava a primeira posição no Atlas da Violência 2019, Ceará (69,5), Sergipe (59,4) e Amapá (58,3). Também no período compreendido entre 2017 e 2018, Roraima registrou 59,4% de crescimento das taxas de mortes de negros, que saltaram de 54,9 para 87,5 por 100 mil habitantes negros (Figura 7):

Figura 7 - Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes, nestes grupos populacionais - Brasil (2008 - 2018)



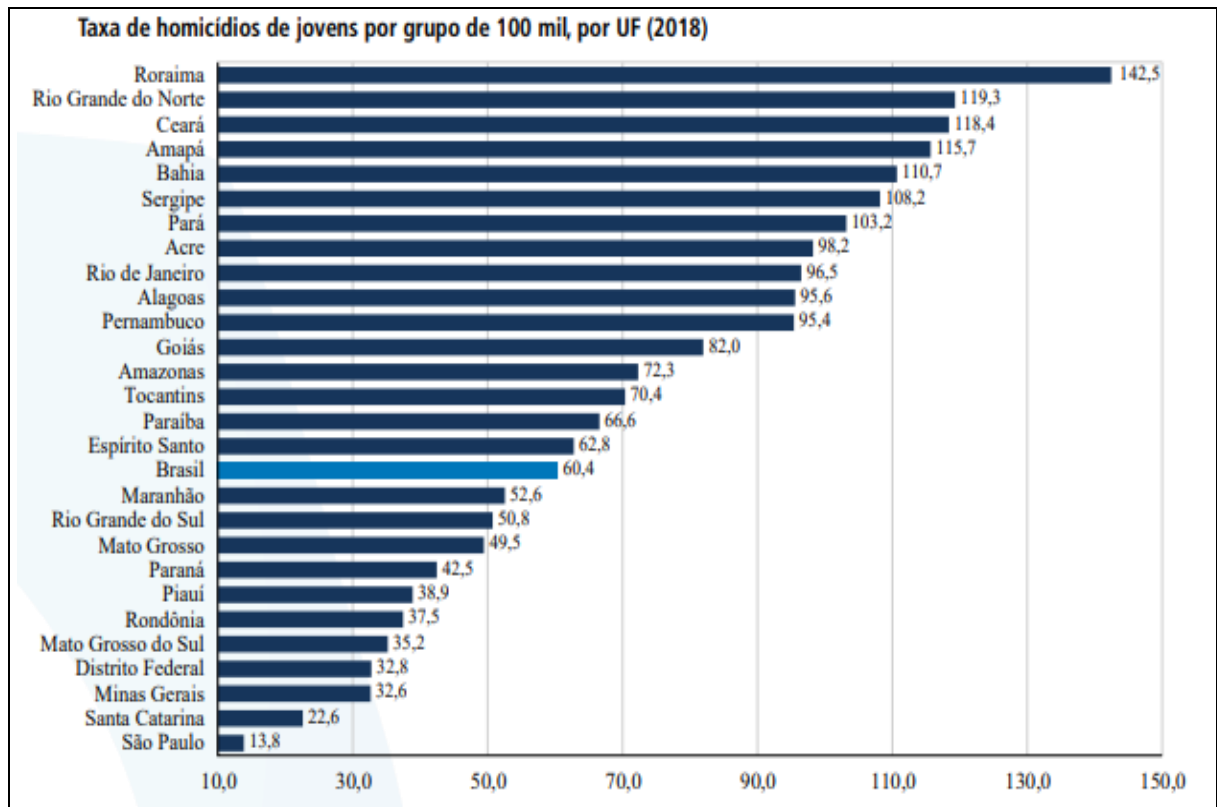
Fonte: IPEA/FBSP (2020).

Considerando os dados da criminalidade dentre os jovens, e o aumento de mortes violentas, houve aumento da criminalidade no país do ano de 2007 a 2017, sendo que a região norte e nordeste, andam na contramão do restante do país, estes homicídios crescem 68%, de mortes violentas intencionais, na maioria jovens de 15 a 25 anos, pobres e negros (Waiselfisz, 2019).

No ano de 2018, dezesseis estados chamaram atenção, em decorrência de suas taxas de homicídios de jovens no contexto geral, acima da média nacional de 60,4 por 100 mil. Todos os estados que se encontravam nessa situação, em 2017, mantiveram suas taxas superiores à média nacional, ainda que com variações, a exceção foi Roraima, que apresentou taxa de 64,8 homicídios a cada 100 mil jovens (abaixo da média nacional que, naquele ano, foi de 69,9), mas em 2018, foi o estado

com a maior taxa de homicídios de jovens do país, com o índice de 142,5 por 100 mil. Na sequência, estão Rio Grande do Norte (119,3) e Ceará (118,4). Neste ano, os estados com as menores taxas foram São Paulo (13,8), Santa Catarina (22,6) e Minas Gerais (32,6) (Figura 8):

Figura 8 - Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018)

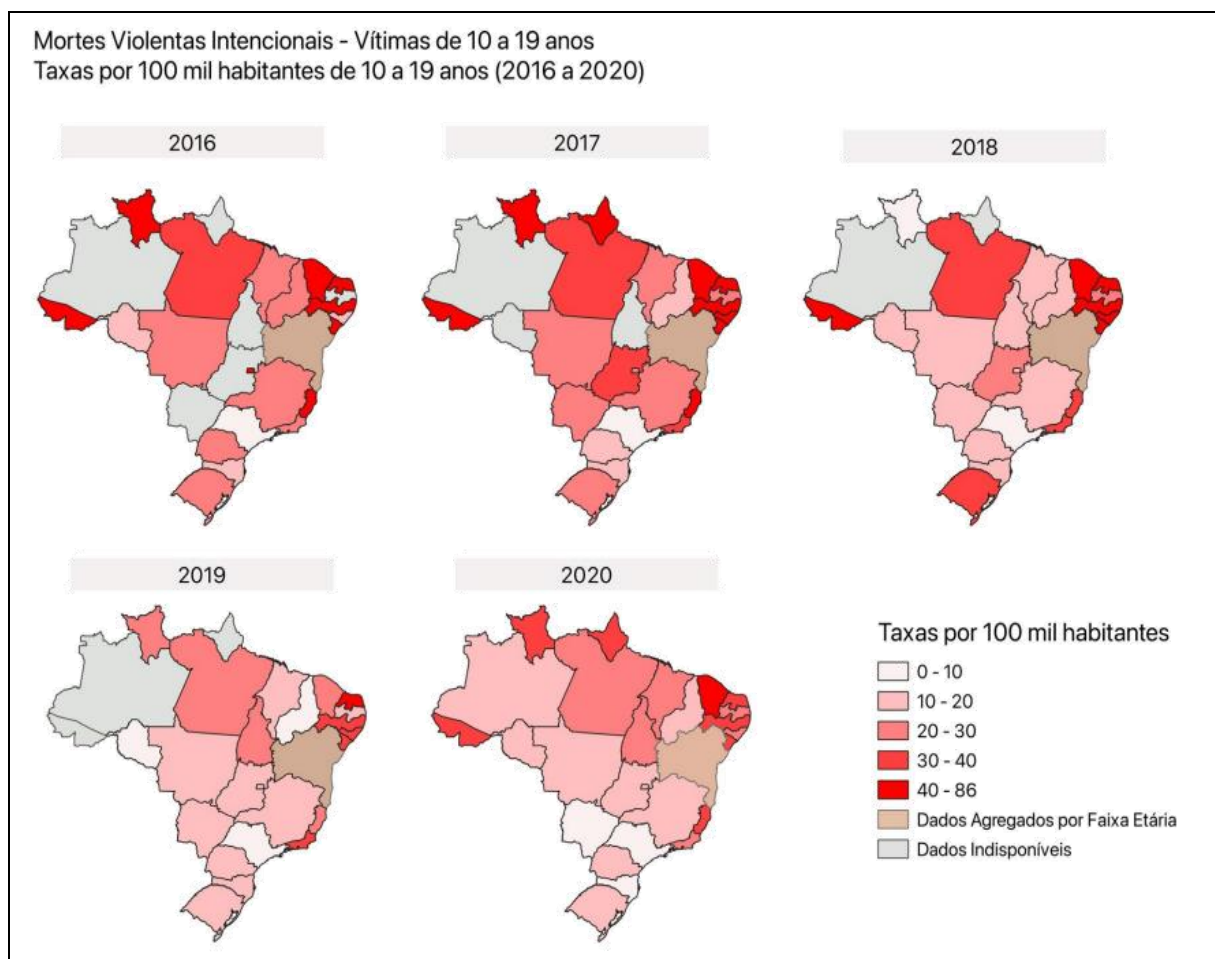


Fonte: IPEA/FBSP (2020).

Conforme o Atlas da Violência, no ano de 2018, os homicídios no Brasil tiveram queda de 12%, comparado ao ano de 2017, atingindo o total de 57.956 homicídios. Considerando a proporcionalidade a 100 mil, em Roraima, em 2018, a quantidade de vítimas de homicídio foi maior que no período ocorrido em 10 anos, com acréscimo de 20% dos homicídios de jovens, atingindo o *ranking* atingindo as maiores taxas de jovens, mulheres e negros, chegando a 367 casos, atingindo a taxa de (71,8); Ceará (54,0); Pará (53,2); Rio Grande do Norte (52,5); Amapá (51,4) e Sergipe (49,7). Aqueles com menores taxas são Mato Grosso do Sul (20,8); Piauí (19,0); Distrito Federal (17,8); Minas Gerais (16,0); Santa Catarina (11,9) e Sergipe (8,2).

O estado que apresentou a maior taxa de mortes violentas em 2020 foi o Ceará, com mais de 46 mortes por 100 mil habitantes de 10 a 19 anos, seguido por Acre (38,41), Pernambuco (36,16), Roraima (36,13), Sergipe (35,78) e Rio Grande do Norte (34,65). As taxas são calculadas relativas à população de crianças e adolescentes 10 a 19 anos, porém quanto a taxa proporcional atingiu o primeiro lugar em 2020, com média de 2,02, seguido do estado Rio Grande do Norte (1,98), Mato Grosso do Sul (1,48), e Rondônia (1,47)¹⁰ (Figura 9):

Figura 9 - Mortes violentas intencionais: 10 a 19 anos (2016 - 2020)



Fonte: UNICEF (2021).

¹⁰ G1/Roraima. **Roraima tem a maior taxa de morte de crianças e jovens de 10 a 19 anos, aponta estudo.** Portal Eletrônico do G1 [23 out. 2021]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/10/23/roraima-tem-4a-maior-taxa-de-mortes-de-criancas-e-jovens-de-10-a-19-anos-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

2.2 VIOLÊNCIA URBANA NO ESTADO DE RORAIMA

Maior é a mais mortal sequência de assassinatos em massa da história do sistema carcerário, do Brasil e do mundo, iniciou-se no dia 16 de outubro de 2016, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima. [...] No ano seguinte, para se contrapor à força do CV, o PCC pôs em prática sua estratégia de filiação em massa. O PCC de Roraima, que não tinha registro de filiados até então, chegaria a quase mil batizados às vésperas do motim de outubro de 2016 [...] O rompimento formal entre os grupos, em junho de 2016, criou um impasse. Como dividir o espaço com inimigos armados? Coube ao PCC tomar a iniciativa da ação, na tentativa de eliminar os rivais (Manso; Dias, 2018, p. 10).

Em 01 de janeiro de 2017, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), maior do estado de Roraima, houve conflitos das facções rivais, e em decorrência da falta de controle dos presos nas celas, o quantitativo de vítimas alcançou 33 presidiários mortos, por outros detentos, tendo a maioria, membros decepados, o que para o Instituto de Criminalística dificultou a identificação dos corpos, “fato é a presença desenfreada das organizações criminosas no Estado de Roraima, tendo marco divisório a rebelião” (Guerreiro, 2021, p. 17). Tratando da mesma temática da guerra entre as facções no estado de Roraima.

A maior e a mais mortal sequência de assassinatos em massa da história do sistema carcerário, do Brasil e do mundo, iniciou-se no dia 16 de outubro de 2016, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima. [...] No ano seguinte, para se contrapor à força do CV, o PCC pôs em prática sua estratégia de filiação em massa. O PCC de Roraima, que não tinha registro de filiados até então, chegaria a quase mil batizados às vésperas do motim de outubro de 2016 [...] O rompimento formal entre os grupos, em junho de 2016, criou um impasse. Como dividir o espaço com inimigos armados? Coube ao PCC tomar a iniciativa da ação, na tentativa de eliminar os rivais (Manso; Dias, 2018, p. 10).

A violência urbana atingiu proporções alarmantes, jamais imaginadas na outrora cidade conhecida como uma das mais tranquilas do país, se tornou sinônimo de insegurança e medo, em decorrência dos novos aspectos da criminalidade, visualizados através dos dados estatísticos, e com aumento de crueldade como mortes violentas intencionais com mutilações.

A própria estrutura da sociedade brasileira nem sempre percebe a ação das práticas violentas, como a redução dos sujeitos às coisas, neste podemos citar a relação empregado-patrão e temas como exclusão dos direitos econômicas, sociais e culturais, também não são compreendidas como violentas e violência. Ademais, temas arraigados de ideologias tais como racismo, machismo, intolerância religiosa e sexual e corrupção institucional, dizem muito sobre a sociedade. No Brasil, o predomínio da relação de obediência é arcada pelo fascínio às hierarquias de poder, consistindo em estruturas de micropoderes que vão desde os nichos familiares até os espaços públicos, porém seguem os privilégios da relação superior e inferior, existindo ainda àqueles considerados de maior influência perante o outro que ocupa o mesmo espaço, porém seguindo a lógica das regalias por parentescos (Chauí, 2019, p. 41-43).

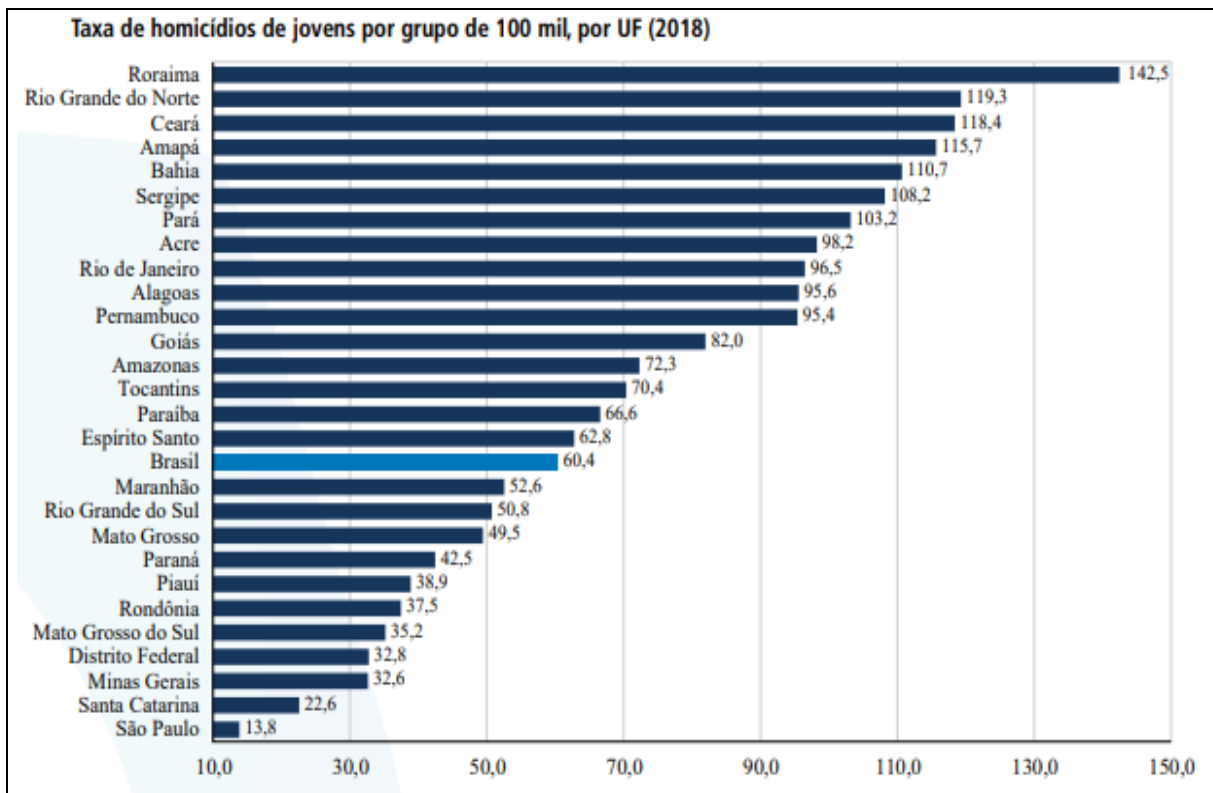
A Secretaria de Justiça e Cidadania, pronunciou a presença de facções criminosas no estado de Roraima, inicialmente com o Primeiro Comando da Maioria, e em 2018, a presença do Primeiro Comando da Maioria (PCC), com cerca de 1.300 integrantes; Comando Vermelho (CV), com aproximadamente 250 membros e Família do Norte (FN), possuindo cerca de 30 pessoas atuando.

A política de governo para sanar os conflitos e manter o controle da PAMC, foi a intervenção federal iniciada em 26/11/2018, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com a Secretaria de Justiça e Cidadania, especificamente, houve intervenção federal com Força nacional e patrulhamento ostensivo, e intervenção de agentes penitenciários federais através da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária (FTIP), agregando com os órgãos de segurança pública para elucidação das mortes ocorridas neste sistema prisional por facções criminosas. A atuação destes, trouxe a padronização das normas de acordo com regras que cumpram a dignidade dos presos e impeça que estes atuem junto às práticas criminais externas à instituição prisional, sendo assim a política prisional desenvolvida com êxito.

No ano de 2018, o estado alcançou verdadeiro ranking de homicídios, com 367 casos, segundo fontes da Secretaria de Segurança Pública do estado de Roraima (SESP/RR), havendo controvérsia com os dados do FBSP que chegou a 384, casos, porém mesmo com dados inferiores ao considerado oficial, alcançou maior taxa de mortes violentas dos estados da federação com 66,6, a cada 100 mil habitantes, um contraponto à média nacional de 27,5. Em comparação a 2017, o total de mortes violentas caiu 13% em 2018, atingindo total de 51.589 homicídios e, 59.128 ao ano anterior (Guerreiro, 2021, p. 15).

Segundo dados do IPEA/FBSP (2020), mais um destaque negativo para estatística de Roraima em 2018, refere-se aos jovens vítimas de homicídios, atingindo a marca de 489, 5 com acréscimo de (+51,3%) referente ao ano anterior, e, especificamente o que chamou atenção foi a ocupação de maior taxa de homicídios de jovens do país, com o índice de 142,5 por 100 mil, sendo um dos motivos que motivou esta pesquisa (Figura 10):

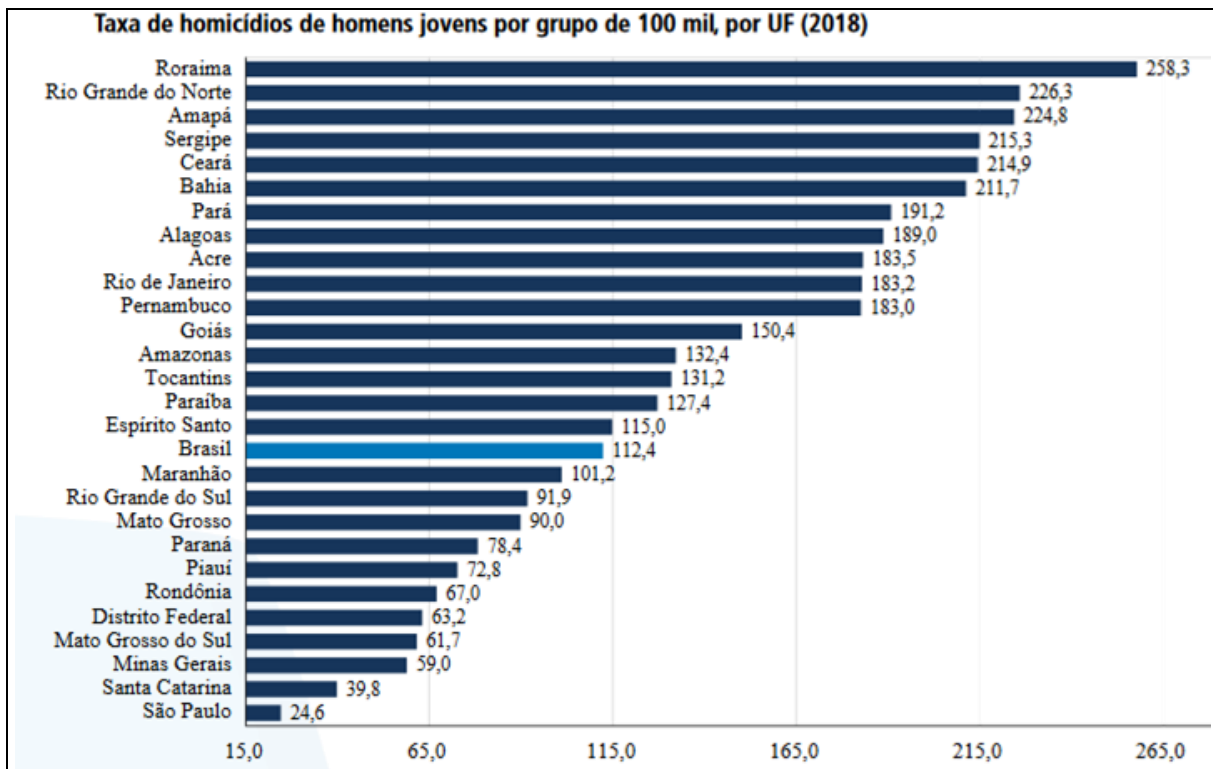
Figura 10 - Atlas da violência (2020): variação percentual da taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018)



Fonte: IPEA/FBSP (2020).

Nos dados por Estados, Homicídios por homens jovens - 2018, foi liderada por Roraima, com (258,3) homicídios por grupo de 100 mil homens jovens, seguido do Rio Grande do Norte (226,3) e Amapá (224,8). Os estados com valores mais baixos se mantêm os mesmos em relação às taxas gerais de homicídios de jovens: São Paulo (24,6), Santa Catarina (39,8) e Minas Gerais (59,0). A pesquisa teve o recorte por gênero masculino, o que evidenciou os homens jovens como maiores vítimas de homicídios (Figura 11):

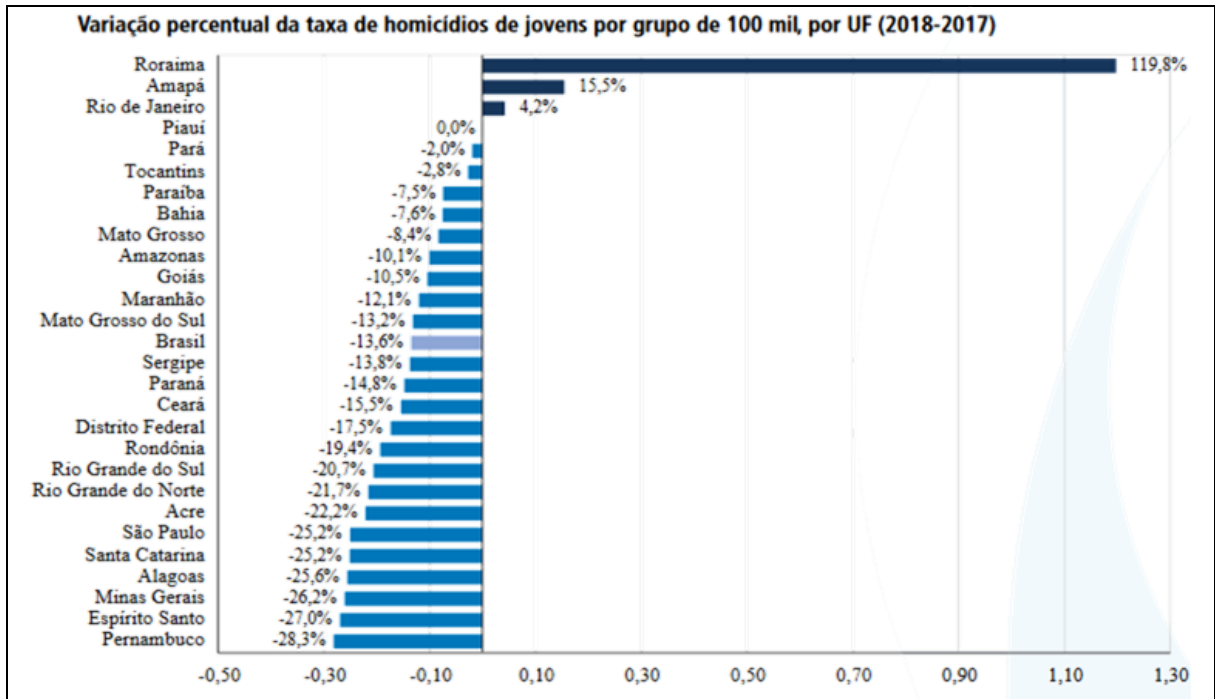
Figura 11 - Atlas da violência (2020): taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018)



Fonte: IPEA/FBSP (2020).

Apesar das campanhas de conscientização à denúncia do agressor, a violência contra mulheres no estado de Roraima atingiu o *ranking* nacional no ano de 2017, com (10,6) mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, índice mais de duas vezes superior à média nacional (4,7). A lista das unidades federativas onde houve mais violência letal contra as mulheres é seguida por Acre com taxa de (8,3), para cada 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte também com taxa de (8,3), Ceará com taxa de (8,1), Goiás com taxa de (7,6), Pará e Espírito Santo com taxas de (7,5) (Figura 12):

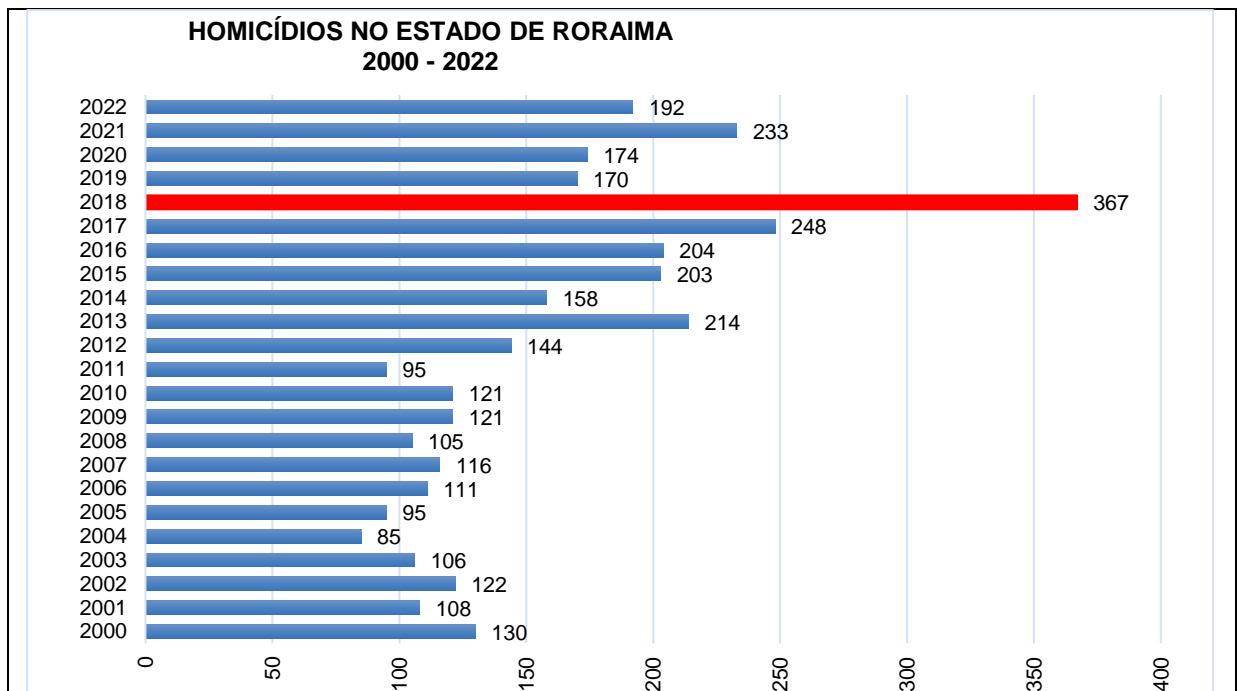
Figura 12 - Atlas da violência (2020): variação percentual da taxa de homicídios de jovens por grupo de 100 mil, por UF (2018 - 2017)



Fonte: IPEA/FBSP (2020).

A mortalidade violenta é um dos indicadores da criminalidade, fragmentada por homicídios intencionais no Estado de Roraima, no seguinte gráfico, percebemos maior elevação no ano de 2018, para 367 (Figura 13):

Figura 13 - Homicídios em Roraima de 2000 - 2021



Fonte: Produção autoral (2022). Base de dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP/2022).

As ordens dos líderes do PCC, chamados “salves” antes eram demandadas por presidiários de dentro da PAMC, passaram a ter controle do estado, com fiscalizações intensificadas e “em agosto de 2019, foi possível identificar algumas modificações nas tratativas, e na nova desempenho do presídio, que passou a ter acesso restrito dos presos na recepção”. Outra característica peculiar da criminalidade no Estado de Roraima foi o surgimento de membros estrangeiros pertencentes a facções, e com disputa de espaços territorial. Segundo matéria do Jornal Folha de Boa Vista, datada em 20/08/2020, mais de 740 Venezuelanos são Membros do PCC¹¹ (Guerreiro, 2021).

No Estado de Roraima houve redução de (56,5%), quantitativo de mortes violentas país no ano de 2019, segundo a SESP revela redução de (42%) no número de mortes violentas, atingindo 199 casos de homicídio, destes 173 homicídio doloso, 17 latrocínio e nove lesões corporais, seguido de morte.

No ano de 2020, o FBSP e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizaram pesquisa sobre os índices de Morte Violenta Intencionais, na faixa etária de 10 a 19 anos, no qual o Roraima ficou em terceiro lugar, proporcionalmente para cada 100 mil habitantes, com a marca de (36,13). Houve, ainda, redução de 27,6% nas mortes violentas, de janeiro a junho, contabilizando 89 casos contra 123 no mesmo período do ano anterior. No período de 2000 a 2011, a maior taxa de mortalidade em Roraima é correspondente a 2018, período das disputas pelo tráfico de drogas e sua maior redução em 2017.

Referente ao quantitativo de mortes violentas no ano de 2019, houve redução de (56,5%), segundo a SESP revela redução de (42%) no número de mortes violentas, atingindo 199 casos de homicídio, destes 173 homicídio doloso, 17 latrocínio e nove lesões corporais, seguido de morte. No ano de 2020, o FBSP e UNICEF, realizaram pesquisa sobre os índices de Morte Violenta Intencionais, na faixa etária de 10 a 19 anos, no qual o Roraima ficou em terceiro lugar, proporcionalmente para cada 100 mil habitantes, com a marca de (36,13).

Em 2021, Roraima teve queda de (14%) dos casos de homicídios, com maior queda Nacional¹², com oscilações ao longo do mês, Roraima atingiu a maior redução

¹¹ BRASIL EL PAÍS. **Brasil, venezuelanos ganham força e cargos chave no PCC em Roraima, após batismo feito por liderança nacional.** Portal Eletrônico El País – Brasil [07 fev. 2021]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-07/venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

¹² G1/Roraima. **Roraima registra maior queda em números de homicídios entre os estados do**

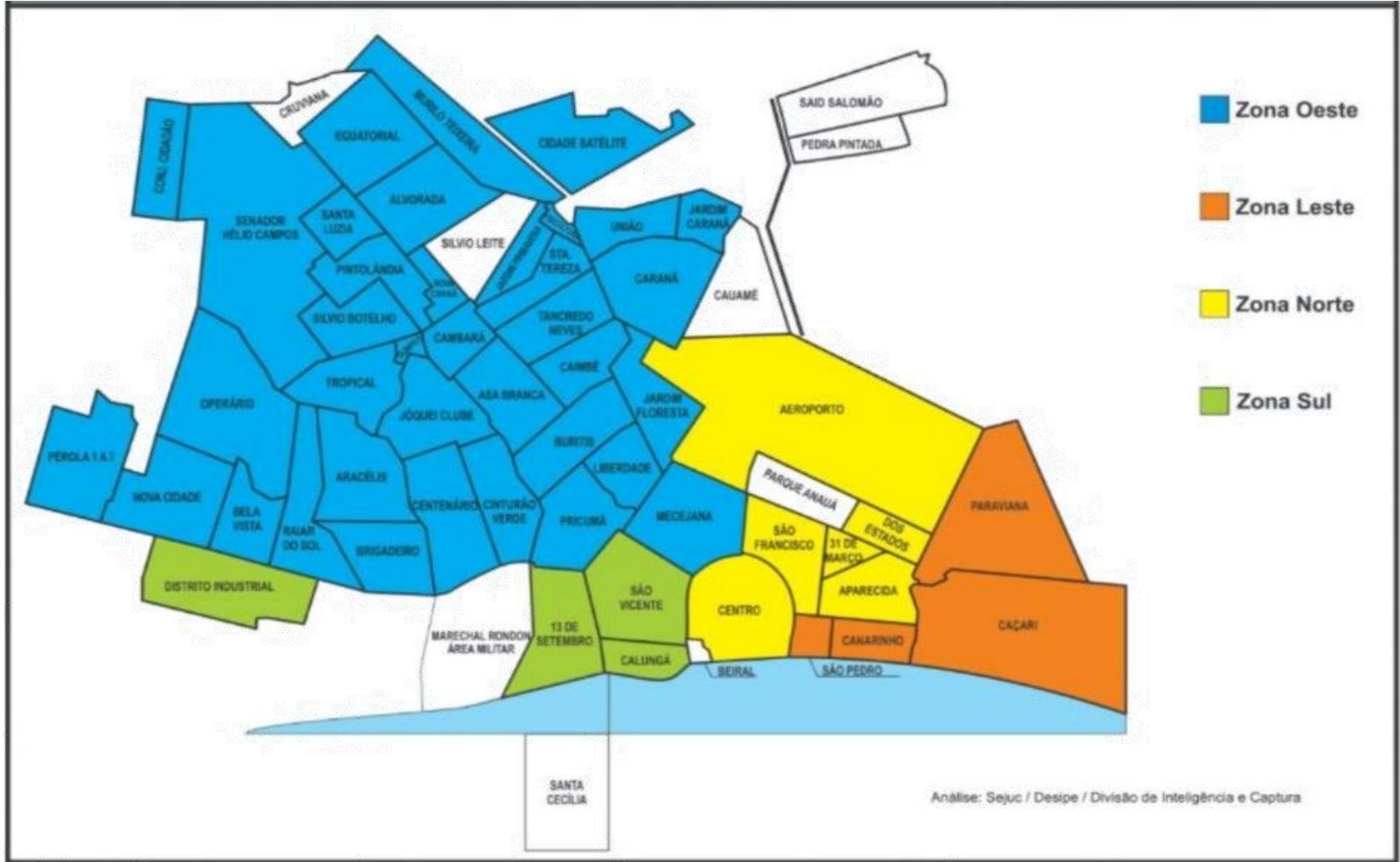
dos homicídios. Por outro lado, com percentual de (8,3), os casos de mortes violentas intencionais no mesmo ano atingiram (8,3) casos de feminicídios, o mais alto do Brasil. Observados por mês, o maior quantitativo de mortes ocorreu em fevereiro, seguido de maio, abril e julho.

Segundo as mudanças na dinâmica da criminalidade do Estado de Roraima, e a inserção de novos atores na criminalidade, com a identificação da presença de três tipos de Facções Venezuelanas que são Trem de Aráguia, Sindicato e Cartel de Los Solis, ampliou tanto os integrantes estrangeiros com PCC, como as mudanças nos regulamentos, chamados “disciplinas” do PCC, estão modificando e agregando práticas oriundas das facções estrangeiras.

A extração dos minérios na Amazônia, vem sendo acompanhada por diversos crimes, não apenas ao meio ambiente, mas acompanhado de grupos armados, causando maior sensação de insegurança econômica e social na população, principalmente aqueles que vivem às margens dos rios, por ora, com água inapropriada para consumo, afetando também a saúde e sensação de bem-estar, no desmonte geral impactado pela cobiça por milhões adquiridos através dos minérios e destruição incalculável da depredação ao meio ambiente, causando sensação de insegurança e aliança entre grupos armados brasileiros, venezuelanos e colombianos.

Durante a pesquisa, em diálogo informal com operador da segurança pública que atuou 15 anos na delegacia de homicídios, o aumento das mortes violentas e da criminalidade deu-se em virtude da presença das facções criminosas e da presença ferrenha da atividade garimpeira, aumentou significativamente as práticas de violência, culminando com a junção de grupos armados nestas regiões, o que potencializou a resolução de conflito com o surgimento de faccionados nas áreas de extração ilegal de minérios, não se sabendo exatamente se de forma independente, ou se havia conexão com lideranças Nacionais; e, principalmente, a falta de andamentos dos Boletins de ocorrência que deveriam ser inquiridos (Figura 14):

Figura 14 - Mapeamento do território do PCC na cidade de Boa Vista-RR



Fonte: Elaboração própria. Base de Dados Divisão de Captura/SEJUC (2019).

Referente às taxas de homicídios, no ano de 2022, houve (34%) redução de homicídios, com 192 casos, contrapondo o ano de 2021 com 233 casos. No primeiro semestre de 2022, foram 83 mortes. Dados são do Monitor da Violência, conforme podemos observar no seguinte gráfico (SESP, 2022).

A própria estrutura da sociedade brasileira nem sempre percebe a ação das práticas violentas, como a redução dos sujeitos às coisas, neste podemos citar a relação empregado-patrão e temas como exclusão dos direitos econômicas, sociais e culturais, também não são compreendidas como violentas e violência. Ademais, temas arraigados de ideologias tais como racismo, machismo, intolerância religiosa e sexual e corrupção institucional, dizem muito sobre a sociedade. No Brasil, o predomínio da relação de obediência é arcada pelo fascínio às hierarquias de poder, consistindo em estruturas de micropoderes que vão desde os nichos familiares até os espaços públicos, porém seguem os privilégios da relação superior e inferior, existindo ainda àqueles considerados de maior influência perante o outro que ocupa o mesmo espaço, porém seguindo a lógica das regalias por parentescos (Chauí, 2019, p. 41-43).

Contextualizando a fala da autora, acrescenta ainda que boa parte da população considerada periférica é marginalizada no sentido político, cultural, social e, considerando ideologias atuam na marginalização das populações periféricas marginalizadas, como ao trabalho em comparação ao competência técnica de conhecimento, a questão de serem suspeitas potenciais atrelando adjetivos como humilhação, despersonalização e desumanização — descrita por Goffman, e pôr fim ao tratamento dado à cultura popular, sendo àquela de desprezo ao folclore e tradições locais, contrapondo a cultura de elite voltada aos clássicos e dentro do que é compreendido como aceitável como espetáculos.

Neste sentido, a presente pesquisa preocupou-se com o adolescente e jovem, como partícipe deste contexto social no Estado de Roraima. Na busca de compreender a construção deste espaço, e a relação com a delinquência juvenil, que remonta à década de 1990 até a atualidade. E como roraimense que sou tentar desmistificar a figura destes indivíduos marginalizados e estigmatizados por décadas.

3 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA CIDADE DE BOA VISTA

Para desenvolver este capítulo, foi utilizada a revisão integrativa de duas pesquisas etnográficas, a primeira ocorreu em 1998, sobre as galeras e suas representações sociais, a partir das entrevistas e análise de dados. Na segunda, a autora descreve a situação do Centro Socioeducativo de Roraima (CSE), no ano de 2016, pesquisou as memórias dos internos, destacando o processo através da história oral.

A expansão urbana, apesar de trazer “desenvolvimento” em termos de infraestrutura, oferta de serviços e progressos nas áreas de saúde e educação, por exemplo, modifica, sobretudo, o modo de vida das pessoas, acompanhado de problemas que antes passavam despercebidos ou que eram de fácil resolução, como a mobilidade urbana, o aumento dos conflitos sociais, aumento da violência e da criminalidade e a degradação ambiental (Oliveira; Costa, 2018, p. 16).

No contexto Nacional, o antropólogo criminal, Cesare Lombroso (1835 - 1909) ótica do estado para o criminoso, ou seja, as primeiras noções da criminologia tem sua origem no final do século XIX, no qual sua fundamentação teórica baseia-se nos fenômenos antropológicos, físicos e culturais, além de classificar os criminosos em natos, loucos, por paixão e de ocasião partindo deste¹³A princípio, as tratativas governamentais da época, eram de controle social, por meio de estratégias de combate.

As concepções da criminologia — que começava a se constituir como um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade voltada para a compreensão da natureza do crime e do criminoso, mas que, em alguns momentos, também ambicionava ser um conhecimento mais amplo acerca da própria vida social — foram incorporadas com entusiasmo por grande parte da intelectualidade brasileira (Alvarez, 2002, p. 678).

¹³PENTEADO FILHO. **Manual esquemático de criminologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

Com a concordância destas concepções do criminoso nato, muitos juristas tomavam medidas recrudescidas, ao considerar o crime como fenômeno natural, e o criminoso ser um primitivo nato e doente, como uma herança genética, estigmatizar determinados grupos sociais, pois se o pai é criminoso, o filho será (Lombroso, 1880 *apud* Alvarez, 2002, p. 679).

Longe de estas concepções serem tomadas como aceitáveis nesta pesquisa, porém é necessário observar uma das primeiras vertentes da criminologia que fundamentam principalmente os juristas. No processo da transição democrática, foi orientada na época da Ditadura Militar, através da Lei de Segurança Nacional, no qual deveria ser regida por comissão defesa dos direitos humanos, esta por sua vez serve a lei ao serviço dos dominantes (Chaui, 2019, p.78).

Apesar de não aceitar as citações de Lombroso, devemos citar a utilização destes fundamentos em desuso e arcaico, como justificativa por operadores da segurança pública para a elucidação de crimes e, nas tratativas com adolescentes e jovens delinquentes, potencializando a fúria destes e a discriminação pelo próprio poder público.

Discutindo acerca dos atuais mecanismos da Segurança Pública e análises de Foucault (2011) e Souza (2000) enfatizam que o Estado deveria agir como mediador de conflitos, e promotor de direito, mas possuem de fato um sistema falido de rede de continuum carcerário, como ação voltada ao mecanismo de controle panóptico e encarceramento, o que deveria ter em seu lugar o sistema democrático de direitos e cumprimento das leis, sem que haja respostas mecanizadas, e sim mais humanização nas práticas policiais. O autor afirma ainda que as polícias se tornaram instrumento privilegiado da gerência da delinquência, ao referir-se, por exemplo, às práticas criminais desempenhadas pelos jovens.

Quanto às questões de garantias jurídicas, a Constituição Federal de 1988, preconiza a problemática da criança e do adolescente, ao anunciar a obrigatoriedade do Estado e da sociedade civil de garantirem sua proteção integral. Em seu artigo 227 (Brasil, 1988):

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O índice de vítimas, crianças, adolescentes e jovens no Estado é sinônimo de preocupação, consistindo em um dos indicadores para aumentar a sensação da insegurança gerada a partir dos dados estatísticos, estes os jovens são, majoritariamente, as principais vítimas e os mais comuns autores dos mais alarmantes índices de violência verificados no país, com especial ênfase às altas taxas de homicídio de jovens (Cara; Gauto, 2017).

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL NA CIDADE DE BOA VISTA

No Brasil, a palavra gangue é utilizada de forma genérica para referir-se aos jovens reunidos em grupos, e uma organização juvenil ligada à delinquência. Vale ressaltar que a mídia joga um papel importante na difusão das percepções relacionadas às gangues, frequentemente atribuindo à ação delas certos crimes — assaltos, roubos, brigas e agressões — envolvendo jovens, pouco importando que tenham sido ou não cometidos a título individual. Uma turma de jovens reunidos se transforma numa gangue; a troca de insultos entre adolescentes na porta da escola se transmuta em desafio entre gangues rivais (Abramoway, 2004, p. 95).

Estudando acerca das gangues ou galeras no município de Boa Vista, o acadêmico de Ciências Sociais da UFRR, José da Guia Marques, realizou pesquisa de campo junto às lideranças das chamadas galeras no estado de Roraima, no ano de 1998. Afirma que a fronteira de Roraima foi marcada por violência desde a época da colonização portuguesa no século XVII, “A formação sócio-histórica e cultural de Roraima se deu na base da violência” (Marques, 1998, p. 27).

Sustenta, ainda, que o crescimento demográfico e econômico foram destaque, e, somente a partir de 1970, de forma gradual e espontânea, com interesses geopolíticos quanto às ocupações, houvera investimentos desenvolvimentistas como abertura de estradas, e investimento de políticos ao êxodo de pessoas oriundas do Nordeste ao estado de Roraima, “visando engrossar suas bases eleitoreiras, e contribuindo de certa forma a aumentar o índice de desemprego, miséria e violência” além daqueles que por conta própria vinham em busca de novas oportunidades como os garimpos. Diante deste contexto o autor enfatiza.

[...] podemos afirmar que a maioria dos adolescentes que entram em galeras, o fazem com o intuito de encontrar sua própria identidade, através da busca de modelos de identificação junto a seus iguais. Esses modelos poderiam ser encontrados em outros tipos de grupos que não as galeras. Mas são as galeras que estão mais disponíveis no meio social em que vivem e muitos elementos do processo de socialização desses adolescentes contribuem para a sua aproximação com esses grupos. Buscam galeras também como forma de convivência social, como espaço de lazer e recreação, como diversão [...] somente após algum tempo é que o adolescente se dá conta que está seguindo um caminho inadequado e perigoso, que pode comprometer o seu futuro, entretanto, muitos têm receio de sair da galera, por medo da recreação de seus companheiros (Marques, 1998, p. 49).

O autor descreve que naquele momento que por serem vítimas de agressões e maus-tratos e demais violências no ambiente intrafamiliar, sofridos desde a infância, havia muitos registros de “fugas de domicílio”, e, segundo os relatos, tinham uma fúria de vingança por seus históricos violentos. Além das problemáticas que envolvem a violência doméstica, houve até a década de 1990 elevação dos dados criminais, por ações dos garimpeiros, que utilizavam como resolução de conflitos diversos, agressividade.

Segundo o IML, só durante o boom da garimpagem em Roraima, no período de 1988 a 1990, foram realizadas naquele órgão 2.767 exames de corpo de delito, em virtude de lesões corporais provocadas por agressões físicas (1.529), objetos contundentes (468), armas brancas (275), arma de fogo (212) estupro (248) e atentado violento ao pudor (35), correspondendo a uma média anual de 922 lesões corporais registradas pela polícia técnica. Se considerarmos só os números correspondentes à década de 1990, veremos que houve uma redução dos índices de violência, em virtude da decadência da garimpagem a partir dos meados de 1990. Mesmo assim, as médias anuais continuaram altas para um estado do porte de Roraima. Tivemos, durante os anos de 1990 a 1996, uma média anual de 894 lesões corporais, provocadas por agressões físicas (549), objetos contundentes (104), arma branca (83), arma de fogo (43), estupro (106) e atentado violento ao pudor (8) (Marques, 1998, p. 88).

Acrescenta ainda, que diante do novo cenário de crescimento urbano e deslocamento compulsório de indígenas de suas terras, Roraima ocupou na “década de 1980 a mais alta taxa percentual de mortalidade de homicídios do país, 389,3%”. Nesse sentido, observa-se a característica que o aumento da criminalidade no estado de Roraima é recorrente desde e acompanha o aumento demográfico, bem como o processo de democratização do país. Os novos atores sociais migraram de diversos estados brasileiros, e países diferentes, especificamente dos países vizinhos, Guiana e Venezuela. Observa-se que a multiculturalidade já estava presente por este espaço geográfico tratar-se de tríplice fronteira.

Diante do cenário violento, o autor realiza o seguinte questionamento nas suas considerações finais: “Até que ponto os adolescentes de galera reproduzem a violência presente na sociedade local como *ethos* cultural?”

Sobre esta temática, o afastamento de conceitos deterministas criminológicos com fundamentações de fenótipos, estereótipos ou de fator genético, capazes de identificar indivíduos em situações suspeitas, como delinquentes natos, e desconsidera questões do determinismo biológico, acreditando que será a educação assimilada por este e não fatores hormonais, funcionais ou físicos, mas associado a endoculturação. Outro fator ultrapassado é o geográfico que se torna incapaz de aferir qualquer lógica acerca do indivíduo e sua conduta, atualmente inaceitável na concepção da criminologia (Marques, 1998).

Gangs de rua aterrorizam a cidade e preocupam Polícia

Boa Vista já tem 10 gangs que praticam desde pequenos furtos até assassinatos e narcotráfico

Mais de 10 gangues em Roraima em 1992
Fonte: Jornal Folha de Boa Vista (1986).

No Estado de Roraima estes grupos estão presentes desde a década de 1990, conforme podemos observar no recorte de jornal impresso da Folha de Boa Vista, com ação realizada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP). Na matéria seguinte enfatiza a suposta “guerra às drogas”, considerando o envolvimento destes com drogas.

SSP aperta o cerco contra “gangs”

Matéria da Secretaria de Segurança Pública contra as “gangues” em Roraima
Fonte: Jornal Folha de Boa Vista (1986).

Neste contexto, as rivalidades e confrontos eram mais intensos por se tratar de espaços compartilhados. No ano de 1992, segundo matéria do jornal Folha de Boa Vista, os jovens pertencentes a esses grupos chegaram ao quantitativo de 500 (quinhentos) membros, moradores dos diversos bairros no município de Boa Vista-RR, com relatos das matérias levantadas, eram frequentes o envolvimento dos chamados “galerosos” com furtos para manter o uso de drogas.



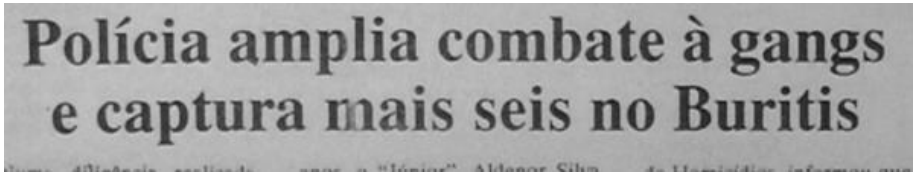
Nesse contexto social no qual o jovem está inserido, Wacquant (2008) critica o aumento do encarceramento, principalmente das populações marginalizadas, e pertencentes ao que chamou de gueto, este por sua vez possui as seguintes características de estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento organizacional, o que de fato não resolve o problema, apenas segrega mais ainda.

Reconhecer que o gueto é o produto e o instrumento de um poder de um grupo permite perceber, em sua forma completa, ele é uma instituição de duas faces, enquanto cumpre função oposta para os dois coletivos que ele une em uma relação assimétrica de dependência. Para a categoria dominante, sua razão de ser é confiar e controlar, o que se traduz pelo que Max Weber chama de 'cercamento excludente' da categoria dominada [...] Os guetos são o produto de uma dialética móvel e tensa entre hostilidade externa e afinidade interna, que se traduz no nível de consciência pela ambivalência (Wacquant, 2008, p. 82).

Fatores socioeconômicos e culturais marcados pela violência, influenciaram no desenvolvimento da identidade desses adolescentes envolvidos com práticas delinquentes e uso de drogas, utilizam da prática da violência como regra de sobrevivência, sendo a interação social destes como a substituição das famílias, escolas, geram entre si a banalidade da violência.

As galeras juvenis de Boa Vista se formam por fatores endógenos e exógenos. Os fatores exógenos são aqueles relacionados ao processo natural de desenvolvimento biopsicológico e à condição adolescente, que gera uma tendência espontânea à formação de grupos para o intercâmbio e a troca de experiências, e possibilita aos adolescentes a descoberta de alteridade [...] é a combinação de fatores exógenos o que poderá explicar por que existem tantas galeras violentas em Boa Vista e como se formam enquanto 'gangues iguais' e se transformam em gangues de rua (Marques, 1998, p. 69).

Para Oliven (1982, p.12), existe o sentido dualista da cidade dos homens de bem e a dos homens de mal, e revela que está segregação serve para aliviar a culpa daqueles que praticam a violência praticada da elite, e aquele que leva a culpa no lugar de outro a camada excluída dos privilégios da fartura econômica, e evidências como ameaças aqueles que não participam deste grupo, porém quanto a observação da violência não se questiona o controle sobre o aparelho de repressão aos crimes de colarinho branco, as grandes negociatas, os acidentes provocados por falta de trabalho e a morte por miséria.



**Polícia amplia combate à gangs
e captura mais seis no Buritis**

Política de encarceramento aos jovens na cidade de Boa Vista-RR
Fonte: Jornal Folha de Boa Vista (1986).

Na década de 1980 e 1990 as ações da Segurança Pública direcionadas ao Jovem infrator, foram marcadas por estratégias voltadas às medidas coercitivas àqueles com idade inferior, destinados a medidas socioeducativas, com sanções como forma de resposta.

De acordo com matéria no jornal Folha de Boa Vista, através da declaração do Secretário de Segurança Pública do estado em 1991, ao afirmar que "A polícia lida com lixo da sociedade", se referindo aos jovens transgressores da lei, podemos observar as tratativas voltadas aos jovens como inimigos do estado, que segundo os pensadores da criminologia trata-se de referencial arcaico e ultrapassado, se distinguir valores por perfil socioeconômico, determinantes geográficos, ou até mesmo fenótipos, vez que estes indivíduos pertenciam às classes baixas, e

moradores dos bairros mais distantes do centro da cidade.

Nesse sentido, o modo de ser, viver, costumes e tradições devem ser colocados em análise. Utilizando debate antropológico para definir tais comportamentos, podemos citar o termo cultura, segundo Laraia (1986, p.16), é um conceito antropológico analisado como “as diferenças de comportamentos entre os homens não podem ser explicadas através das diversidades somatológicas ou mesológicas”.

De acordo com a referida pesquisa, na década de 1990, o estado de Roraima foi marcado por violência, e disputas territoriais entre grupos rivais, pela imposição da força como forma de resolução de conflito. A violência urbana, estrutural e violência intrafamiliar ficou evidenciada através dos relatos dos jovens participantes das galeras que afirmavam nos relatos da pesquisa utilizada, suas preferências por ficar na rua do que em casa, evidenciando a necessidade de distanciamento do lar, porém a reprodução da violência sofrida em casa foi possivelmente produzida nos espaços sociais ocupados por estes.

No ano de 1998, existiam 45 (quarenta e cinco) grupos diferentes de jovens intitulados como “galeras”, nominadas a partir de entrevista com seus membros, no município de Boa Vista-RR. As escolhas dos nomes eram geralmente identificadas apenas pelas iniciais do bairro que residiam, logo cada bairro possuía uma denominação única, com exceção dos bairros Caranã, Mecejana e Buritis, que continham dois grupos em seus espaços (Quadro 2):

Quadro 2 - Galeras na cidade de Boa Vista-RR

N.º	GALERA	SIGNIFICADO DA SIGLA	BAIRRO
1.	13	Galera do 13 de Setembro	13 de Setembro
2.	A.P.	Galera da Aparecida	Aparecida
3.	A.R.L	Galera do Área	Jockey/Cambará
4.	ASA	Galera do Asa Branca	Asa Branca
5.	ASSOVIL	Galera do Assobio	Caimbé
6.	BAD BOY	Galera dos “Bad Boys”	Buritis
7.	B.C.	Galera da Baixada Caranã	Caranã
8.	B.E.	Galera do Bairro dos Estados.	Bairro dos Estados
9.	B.L.	Galera do Beiral	Caetano Filho
10.	BORETI	Galera do Buritis	Buritis
11.	B.R	Galera da Barreira	13 de Setembro
12.	C.P.	Galera do Conjunto Pouplex	Conj. Pouplex

13.	C-12	Galera da Rua C-12	Asa Branca
14.	C.B.	Galera do Caimbé	Caimbé
15.	C.L.	Galera do Calungá	Calungá
16.	CV	Galera do Cinturão Verde	Cinturão Verde
17.	G.P.	Galera das Putas	Caranã
18.	I.N.	Galera Irmandade Negra	Caranã
19.	J.E.	Galera da Rua Jesus Cruz	Liberdade
20.	J.F.-I	Galera do Jardim Floresta	Jardim. Floresta I
21.	J.F.-II	Galera do Jardim Floresta II	Jardim Floresta II
22.	I.P.	Galera do Jardim Primavera	Jardim Primavera
23.	J.V.	Galera dos Justiceiros Vingativos	Caranã
24.	L.B.	Galera da Liberdade	Liberdade
25.	L.M	Galera Legião do Mal	Caranã
26.	M.C	Galera da Mecejana	Mecejana
27.	M.G	Galera do Mangueiral	Mecejana
28.	Os Ket's	Galera dos Ket's	Buritis
29.	OZOWIO	Galera do Ozowio	Buritis
30.	P.A.	Galera do Paraviana	Paraviana
31.	PLAKETA	Galera da Plaketa	Cambará/Jockey
32.	P.N.	Galera Putas da Noite	Caranã
33.	P.R	Galera do Pricumã	Pricumã
34.	P.T.L.D-I	Galera do Pintolândia	Pintolândia
35.	P.T.L.D-II	Galera do Pintolândia II	Pintolândia II
36.	P.T.L.D-III	Galera do Pintolândia III	Pintolândia III
37.	P.T.L.D-IV	Galera do Pintolândia IV	Pintolândia IV
38.	R.S.	Galera do Raiar do Sol.	Raiar do Sol
39.	S.F.	Galera do São Francisco	São Francisco
40.	S.P.	Galera do São Pedro	São Pedro
41.	S.T-I	Galera do Santa Teresa I	Santa Teresa I
42.	S.T-II	Galera do Santa Teresa II	Santa Teresa II
43.	S.V.	Galera do São Vicente	São Vicente
44.	T.M.	Galera do Terminal	Centro
45.	T.N.	Galera do Tancredo Neves	Tancredo Neves

Fonte: Produção autoral (2023).

De acordo com a página do Projeto Crescer¹⁴, da Prefeitura de Boa Vista-RR, a justificativa para a criação da política pública social junto aos adolescentes, considerou o elevado índice de violência desempenhadas por galeras

Em 2001 existiam na cidade de Boa Vista 35 gangues urbanas, conhecidas pela prática de atos violentos, disputas territoriais e envolvimento com o tráfico de drogas. Conhecidas como “galeras”, eram integradas por jovens, a maioria moradores de regiões de alta vulnerabilidade social. A partir de um amplo diagnóstico socioeconômico, que abrangeu todo o município, os números da violência tornaram-se nomes, rostos, endereços e ganharam uma explicação: a situação de pobreza e indigência em que viviam cerca de 17 mil adolescentes¹⁵.

Outra observação pertinente é sobre a migração indígena às áreas urbanas e fronteiras, marcada por relações interétnicas violentas. Dentre as violências identificadas, a relação mais preocupante trata-se daquela desempenhada no ambiente intrafamiliar, cujas sequelas são o afastamento do jovem do lar e sua inserção nos grupos no qual possuem afinidade (Marques, 1998).

Na capital Boavistense, a participação de jovens no incêndio de um ônibus de transporte público ocorrido no dia 25 de dezembro de 2014, marcou uma nova fase das práticas criminosas dos antes chamados “galerosos” foi substituída por “faccionados”, relacionando-os como membros de facções criminosas.

3.2 DEBATE TEÓRICO SOBRE A DELINQUÊNCIA JUVENIL E DADOS SOBRE PRÁTICAS DE ATOS INFRACIONAIS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

A análise do contexto dos adolescentes e jovens como membros de gangues urbanas, é importante para compreensão da construção do espaço geográfico estudado, bem como a lógica que permeia a relação entre as drogas, as relações sociais dos envolvidos com o sistema de leis, políticas, costumes e instituições que atuam no sistema de leis e sistemas que atuam diretamente contra o sistema de uso de drogas, conforme afirma Alexander (1967, p. 22), ao analisar o sistema de encarceramento em massa consolidado a partir da década de 1980 nos Estados

¹⁴ PROJETO CRESCER/PMBV. Disponível em: <<https://boavista.rr.gov.br/canal-do-cidadao/projetos/projeto-crescer>>. Acesso em: 15 out. 2022.

¹⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2014/12/onibus-e-incendiado-na-zona-oeste-de-boa-vista-durante-madrugada.html>>. Acesso em: 15 out. 2022.

Unidos, consistindo na criminalização e encarceramento em massa, principalmente de negros. Sobre este modelo no qual o indivíduo mesmo cumprindo pena o indivíduo continua sendo observado pelo Estado estigmatizadamente, afirma que “é uma grande tragédia que nossa guerra racista às drogas tenha sido exportada”.

O processo de democratização foi acompanhado de crescimento da violência e criminalidade, principalmente envolvendo jovens. Neste contexto, a ausência de cidadania foi substituída por formas particulares de e mecanismos de vingança, tendo como principais vítimas homens jovens, aumentando os índices nas décadas de 1980 e 1990, no ano de 2000, chegou a representar 93% dos casos. Nesse sentido, é importante observar explicações macrossociais sobre a criminalidade violenta, como a pobreza e a exclusão social. Outro ponto reflete o posicionamento institucional frente às violações de direitos civis e o papel do sistema de justiça, e em terceiro plano olhar necessário aos processos microssociais dos homens jovens no tráfico de drogas (Zaluar, 1999).

Na fase da juventude, além da construção de identidade, existe a necessidade de pertencimento a determinados grupos, voltadas a questão de seu bem-estar, muitas vezes associado ao modo de vida, ao seu anseio de “poder ter” de modo a adequar-se aos padrões de consumo da sociedade capitalista. Na impossibilidade de adquirir por meios lícitos, muitos cogitam a possibilidade de ingressar para o crime, a fim de saciar seus anseios materiais e sociais.

A crescente magnitude do comportamento classificado como criminoso não é um obstáculo no caminho para uma sociedade consumista plenamente desenvolvida e universal. Ao contrário, é seu natural acompanhamento e pré-requisito. É assim, reconhecidamente, devido a várias razões, mas proponho a principal razão, dentre elas, é o fato que os “excluídos do jogo” (os consumidores falhos — os consumidores insatisfeitos, aqueles cujos meios não estão à altura do desejo, e aqueles que recusaram a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo conforme as regras oficiais) são exatamente a encarnação dos “demônios interiores” peculiares à vida do consumidor (Bauman, 1998, p. 57).

Através da compreensão sociológica da realidade e do conhecimento que podemos analisar o pensamento das ideias, descrita por Berger (2019), compreendida com as experiências subjetivas do sujeito, sendo na prática múltiplas realidades, afirma que existe uma realidade que se apresenta por excelência, é a realidade da vida cotidiana.

Interessante observar o sujeito com características culturais, costumes e tradições, desempenhados na sua vida cotidiana desde o nascimento, perpassando por todos os aspectos em funcionamento, de forma heterogênea e hierárquica. Um dos fatores desta teoria se aporta a questão da homogeneização que corresponde a “completa suspensão do particular-individual, a transformação em ‘homem-inteiro’, é algo excepcional na maioria dos seres humanos”, nesta fase o homem se orienta por paixões dominantes, não havendo vida cotidiana sem imitação, se agrava quando a espontaneidade é deixada de lado e substituída por formas da estrutura do pensamento e das práticas de forma absolutistas, torna-se alienação (Heller, 1972).

Mesmo após mais de uma década da pesquisa mencionada, o perfil do jovem transgressor, possui particularidades semelhantes, além do fator de ser usuário de drogas, porém, na atualidade as regras impostas para estes grupos são atreladas às facções criminosas, com as mesmas práticas de suas origens, revelam.

Podemos citar como exemplo de homicídio ocorrido no Centro Socioeducativo de Roraima (CSE) Homero de Souza Cruz Filho, em Boa Vista, em 21 de julho de 2018, tendo como vítima um adolescente degolado e um braço amputado no quarto, e encontrado por servidor da Instituição. Ao indagar o suspeito que estava com as roupas sujas de sangue, este afirmou que foi ordem do tribunal do crime, referir-se a doutrina do Primeiro Comando da Capital em Roraima (PCC). Desde o início do surgimento de facções rivais na cidade são mantidos em quartos separados¹⁶. Ele teve a cabeça, uma perna e um braço, ambos esquerdos, arrancados. Quatorze suspeitos de envolvimento na morte foram autuados por homicídio e associação criminosa.

Desejam espaços para expressão de sua potencialidade crítica e criativa; espaços e oportunidades para sua afirmação pessoal; chances para alcançar reconhecimento e valorização, escapando ao manto aniquilador da invisibilidade social discriminatória. Assim, as novas políticas públicas, voltadas para a disputa com o tráfico e para a sedução da juventude, teriam de instituir-se em sintonia com os desejos e as fantasias que circulam nas linguagens culturais da juventude, combinando políticas de emprego e de renda, capacitação e complementação educacional, com interesse pelos temas e práticas cujos eixos são artes, música, cultura e mídia (Soares, 2003, p. 5).

¹⁶ G1/Roraima. **Agentes acharam menor decapitado e esquartejado no CSE de Roraima, após verem interno com roupa ensanguentada.** Portal Eletrônico do G1 [24 jul. 2018]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/07/24/agentes-acharam-menor-decapitado-e-esquartejado-no-cse-de-rr-apos-verem-interno-com-roupa-ensanguentada.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

A vulnerabilidade aliada às turbulentas estruturas sociais deficitárias (violência estrutural) ocasionam grande tensão entre os jovens e agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressalta-se que a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos.

a violência sofrida pelos jovens possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontra a juventude nos países latino-americanos, dificultando, por conseguinte, o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, “aliada às turbulentas condições socioeconômicas de muitos países latino-americanos, ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade (Abramovay, 2002, p. 06).

A violência ocorrida no ambiente intrafamiliar ou violência doméstica, debatido no primeiro capítulo desta pesquisa, compreendendo os tipos são vítimas da violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência, são geralmente as formas no qual crianças e adolescentes vivenciam cotidianamente, no espaço que deveria ser sinônimo de proteção e boas lembranças. Muitas pesquisas relatam a figura do macho “escroto” que através do poder que acredita ter diante de seus filhos e esposa, utiliza de métodos agressivos e violentos como respostas para seus conviventes, potencializando o nível quando este recorre à droga lícita ou ilícita (álcool ou drogas), gerando um ciclo contínuo de violência, podendo ser externalizado como a única forma de resposta assimilada na própria casa, muitas vezes criam ódio do agressor¹⁷.

¹⁷ Podemos citar como exemplo, o caso do documentário Juízo , o adolescente de 15 anos que ceifou a vida do próprio pai por “não aguentar mais apanhar todos os dias”, para ele houve arrependimento acompanhado da sensação de alívio, trecho disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-Z7FlwJTe-0>>. Acesso em: 25 set. 2022.

Diante do contexto dos jovens envolvidos nas práticas criminais, Zaluar (2007) traz à baila a indústria do crime globalizado, relacionando ao crime organizado transnacional como responsável pelo aumento da violência em alguns setores, principalmente todo o mecanismo do tráfico de drogas que fomenta práticas violentas e subterrâneas para a resolução de conflitos.

Dessa forma, os efeitos da urbanização acelerada atrelada a pobreza, sem que haja garantias básicas do desenvolvimento econômico como a falta das garantias básicas como emprego, moradia, educação, entre outros, não podemos justificar as escolhas destes jovens pelo consumo e pobreza, vez que se perpetuam as desigualdades nos aspectos do plano social, econômico e institucional.

Assegura, ainda, que o tráfico de drogas se tornou militarizado, com a cooptação de jovens vulneráveis que anseiam por ascensão econômica, cedem a sedução e sentem-se empoderados com a combinação de tráfico de drogas e armas, desenvolveu um contexto perverso da criminalidade dos jovens no Brasil¹⁸.

Por outro lado, através da ótica sociológica, a injustiça social é o elemento predisponente da insegurança pública, da violência e da criminalidade, considerando culturas periféricas-dependentes da grande economia de mercado brasileira. Se sustenta no tripé da péssima distribuição de renda, da ideologia consumista e da quase ausência do mundo adulto na condição educadora. Diante desta lógica, não há como justificar questões pertinentes às explicações de causalidade entre violência e criminalidade a partir da justificativa da pobreza, pois esta não gera crime, apesar de existirem criminosos entre os pobres (Balestreri, 2010).

Enfatiza ainda, que ausência das políticas públicas, junto aos jovens dão lugar a cooptação destes para o “exército industrial de reserva” do tráfico de drogas, composto por jovens geralmente sem poder aquisitivo que atuam no mecanismo da ilegalidade. Assim, a organização delinquencial distingue-se do crime organizado, os quais são de elite e está associado aos crimes de colarinho branco, lavagem de dinheiro e possui presença institucionalizada na área de segurança (Balestreri, 2010, p .62).

¹⁸ ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *In*: ESTUDOS AVANÇADOS 21 (61), 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Para Soares (2007), o comércio de drogas é sinônimo de guerra em diversos municípios do Brasil, cada espaço com suas características regionais, mas possuem em comum a coordenação de grandes mafiosos no topo desta hierarquia, sendo que estes “conciliam os dispositivos de uma rede geograficamente definida”, tornaram-se cada vez mais militarizados, e se perpetuam de forma interminável da guerra entre grupos inimigos e, estes contra as polícias. Nas disputas entre os grupos rivais, “disputam violentamente o território onde controlam os negócios, e proíbem os moradores de áreas dominadas pelos seus inimigos de cruzar os limites do seu perímetro”, formando assim o território da criminalidade, por fronteiras artificiais.

Um caso emblemático ocorrido na capital Boa Vista-RR, segundo jornal G1 com o título “Garotos decapitados e sem coração foi atraído por prima sob pretexto de ir a lanhar-se em RR”¹⁹, este caso enfatiza a guerra estipulada pelas drogas, como territorialidade além de espaços sociais, mais como realmente de se eliminar os inimigos, pois em seus relatos, a adolescente descreve a suspeita da vítima em compor o grupo rival, nestes casos a atuação determinante foi das ordens das lideranças que compõem o tribunal do crime.

São desses jovens vulneráveis, que cedem à sedução, os corpos que aumentam as taxas de homicídio pelo país afora, principalmente nas cidades onde se desenvolveram no século passado as culturas de tolerância, de negociação e de disputa civilizada no esporte e na festa. São deles as estatísticas e as práticas violentas que impedem a melhoria das condições de vida dos pobres (ZA LUAR, 2007, p. 17).

Considerando o contexto educacional e experiências, é necessário que estes jovens sejam ladeados de valores morais, porém existe abandono nesse campo materno paterno, que serviria como forma contrapor a “religião materialista do consumo”. Seguindo o mesmo raciocínio, nos casos de jovens de classe média alta, que não possuem essas referências poderão desencadear crise existencial, e com sequência a depressão. Ao contrário, àqueles que veem seu pertencimento atrelado a delinquência, são representados por simbolismos de consumo e outras categorias que se destaquem no poder a qualquer custo, formando assim a organização delinquencial, composta por jovens que estão às margens da sociedade democrática

¹⁹ G1/Roraima. **Garoto achado decapitado e sem coração foi atraído por prima sob pretexto de ir a lan house em Roraima**. Portal Eletrônico do G1 [21 ago. 2019]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/08/21/garoto-achado-decapitado-e-sem-coracao-foi-atraido-por-prima-sob-pretexto-de-ir-a-lan-house-em-rr.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

de direitos (BALESTRERI, 2010).

Fortalecendo a ideia das problemáticas do aumento da violência urbana e criminalidade não estarem relacionados à pobreza. Adorno (2002), nem todas as mortes no Brasil estão relacionadas com a questão da delinquência, sustenta a ideia de tendências de mudanças nos padrões de violência e criminalidade, crise no sistema de justiça criminal, e desigualdade social e segregação urbana, para este último entende-se a própria violência estrutural.

A juventude na América Latina emerge de muitas formas, pautados estigmatizadamente e no plano da invisibilidade, são extintos quando através da possibilidade de influir nos processos sociais e políticos, e ser de certo modo protagonista, por serem na maioria das vezes submetidos a condições de segregações pautadas na desigualdade e precariedade de condições econômicas, com ausência oportunidades de lazer e formação cultural, e exclusão do mercado de trabalho, vêm na violência uma forma de se evidenciar (ABRAMOWAY, 2002, p. 56).

Por outro lado, para Caldeira (2000), a pobreza não justifica o aumento da violência, mesmo que os mapas da distribuição espacial do crime, aponte os espaços segregados economicamente, para ela a violência é própria do crescimento urbano da cidade e do aumento do crime, da violência direta contra a pessoa e contra o patrimônio, considera que nenhuma variável pode explicar o fenômeno da violência.

Dentre as explicações macro causas analisa a situação dos jovens cooptados pelo mundo do crime, estão a invisibilidade e o fácil acesso às práticas criminosas, assim, com tantos anseios sociais, os jovens sentem-se empoderados na posse de armas e na imposição de medo às suas vítimas, podendo ser destacados na cena da violência benefícios simbólicos, afetivos psicológicos e intersubjetivos.

Observa-se assim que a arma nas mãos de nosso jovem personagem é muito mais que um meio a serviço de estratégias econômicas de sobrevivência. Há uma fome anterior muito mais profunda e radical do que a fome física: a fome de existir, a necessidade imperiosa de ser reconhecido, valorizado, acolhido. Por isso, pelo menos tão importante quanto às vantagens econômicas, destaca-se na cena da violência os benefícios simbólicos, afetivos, psicológicos, intersubjetivos (Soares, 2003, p. 77).

Racismo estrutural sob a perspectiva econômico-estrutural pode ser vista sob os aspectos, no campo econômico de forma objetiva, políticas econômicas estabelecem privilégios para classe racial dominante, ou prejudicam as minorias, como questões tributárias e menores salários, relacionados às “implicações do sistema tributário na desigualdade de renda” No campo econômico subjetivamente, o racismo legitima “a desigualdade, a alienação, e impotência necessária para a estabilidade do sistema capitalista”, estes associam questões biológicas à condição da pobreza, como dos negros e indígenas (Almeida, 2019, p. 137).

Seguindo a lógica do autor, a problemática da violência junto aos jovens deve ser pensada com planejamento voltado a políticas públicas preventivas, desenvolvidas a fim de atenderem os anseios desta população carente de recursos que por natureza sente a necessidade de pertencimento a determinados grupos, e sendo assim que sejam grupos que cooptem para atividades que desperte novos conhecimentos profissionalizantes e espaços lúdicos.

São desses jovens vulneráveis, que cedem à sedução, os corpos que aumentam as taxas de homicídio pelo país afora, principalmente nas cidades onde se desenvolveram no século passado as culturas de tolerância, de negociação e de disputa civilizada no esporte e na festa. São deles as estatísticas e as práticas violentas que impedem a melhoria das condições de vida dos pobres (Zaluar, 2007, p. 17).

Considerando o jovem no contexto da criminalidade, é necessário evitar que se pensem políticas públicas antiviolência, como políticas de massa, coadunando com a lógica que estas devem ser voltadas para prevenção à violência, sendo necessária política pública que cumpra a função de “restituir visibilidade, reconhecer o valor pessoal, acolher o indivíduo, é preciso que se ofereça, aos sujeitos que compõem seu público-alvo, aberta a apropriações individualizadas”. Nesse sentido, afirma a importância crucial das famílias como melhor barreira de proteção para os jovens, impedindo que sejam recrutados pelo tráfico (Soares, 2003, p. 1).

Podemos observar inicialmente que a problemática da violência não é restrita apenas na modernidade no estado, com contexto geopolítico marcado de características de repressão e violência, seja no contato interpessoal e bem como nas relações políticas. Com as relações interétnicas as divergências podem ficar ainda mais acirradas, quando não se tem a compreensão das diferenças culturais, modo de ser e viver, assim o meio de resolução de conflito poderá findar-se em violência quando o meio não proporciona outro viés senão a potencialização das divergências, longe da prática de urbanidade (Guerreiro, 2021, p. 23).

Segundo a Lei nº. 8.069/1990, a prática criminosa cometida por adolescentes, configura-se definido no “Art. 103.Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Acrescenta ainda que este poderá ser encaminhado para internação em estabelecimento educacional.

No cotidiano da cidade de Boa Vista, as práticas de contravenções penais no ano de 2015 foram mais constantes no bairro centro, porém, a grande maioria não informou o bairro, no registro da ocorrência, contabilizando maiores casos no centro, com 58 casos, 19 ocorrências no bairro São Vicente e 15 casos no bairro Mecejana, contabilizando todas as ocorrências/ano atingiu a marca de 384 casos (Quadro 3):

Quadro 3 - Atos infracionais na cidade de Boa Vista-RR (2015)

BAIRRO	TOTAL	BAIRRO DOS ESTADOS	3
NÃO INFORMADO	183	BURITIS	3
CENTRO	58	CAETANO FILHO	3
SÃO VICENTE	19	CANARINHO	3
MECEJANA	15	CINTURÃO VERDE	3
ASA BRANCA	13	DOUTOR SÍLVIO LEITE	3
NOVA CIDADE	13	RAIAR DO SOL	3
SENADOR HÉLIO CAMPOS	12	SÃO BENTO	3
PINTOLÂNDIA	10	JARDIM CARANÃ	2
PRICUMÃ	9	JARDIM FLORESTA	2
13 DE SETEMBRO	7	JARDIM TROPICAL	2
CAUAMÉ	7	JARDIMA FLORESTA	2
LIBERDADE	7	JOQUEI CLUBE	2
PÉROLA DO RIO BRANCO	7	SANTA LUZIA	2
CALUNGÁ	6	SÃO FRANCISCO	2
CIDADE SATELITE	6	TANCREDO NEVES	2
CONJUNTO CIDADÃO	6	EQUATORIAL	1
CARANÃ	5	APARECIDA	1
DOUTOR SÍLVIO BOTELHO	5	CENTENÁRIO	1
JARDIM PRIMAVERA	5	CRUVIANA	1
AEROPORTO	4	JARDIM EQUATORIAL	1
BELA VISTA	4	JARDIM OLIMPICO	1
CAIMBÉ	4	OLÍMPICO	1
PARAVIANA	4	OPERÁRIO	1
SANTA TEREZA	4	PROFESSORA ARACELIS SOUTO	
ALVORADA	3	MAIOR	1
		UNIÃO	1
		VIA PÚBLICA	1
		Total Geral	384

Fonte: SESP/RR (2015).

No ano seguinte (2016), contabilizado por Bairro do município de Boa Vista-RR, a estatística referente à prática de atos infracionais elevou para 539 casos, com maior quantidade de ocorrências no centro (67 casos), em seguida, o bairro Senador Hélio Campos (35 casos) e bairro São Vicente (30 casos) sendo 103 casos de bairros não identificados, o que torna perceptível o aumento dos adolescentes envolvidos nestas práticas (Quadro 4):

Quadro 4 - Atos infracionais na cidade de Boa Vista-RR (2016)

BAIRRO	TOTAL		
NÃO INFORMADO	103	DOUTOR SILVIO BOTELHO	5
CENTRO	67	JARDIM CARANÃ	5
SENADOR HÉLIO CAMPOS	35	JARDIM FLORESTA	5
SÃO VICENTE	30	JARDIM TROPICAL	5
ZONA RURAL	26	ALVORADA	4
MECEJANA	21	APARECIDA	4
PRICUMÃ	14	BELA VISTA	4
13 DE SETEMBRO	13	BURITIS	4
PINTOLÂNDIA	13	LAURA MOREIRA	4
JÓQUEI CLUBE	11	PÉROLAS DO RIO BRANCO	4
NOVA CIDADE	11	31 DE MARÇO	3
CARANÃ	10	CAÇARÍ	3
JARDIM PRIMAVERA	10	CAUAMÉ	3
RAIAR DO SOL	10	EXTERIOR	3
TANCREDO NEVES	10	OLÍMPICO	3
ASA BRANCA	9	CAETANO FILHO	2
AEROPORTO	8	DOUTOR AIRTON ROCHA	2
PARAVIANA	8	GOVERNADOR AQUILINO MOTA	2
CALUNGÁ	7	PROFESSORA ARACELI SOUTO	
LIBERDADE	7	MAIOR	2
SÃO BENTO	7	CIDADE SATÉLITE	1
CENTENÁRIO	6	CAMBARÁ	1
CIDADE SATÉLITE	6	CINTURÃO VERDE	1
SANTA LUZIA	6	DISTRITO INDUSTRIAL	1
SANTA TEREZA	6	DOUTOR SILVIO LEITE	1
BAIRRO DOS ESTADOS	5	EQUATORIAL	1
CAIMBÉ	5	RIVER PARQUE	1
		UNIÃO	1
		Total Geral	539

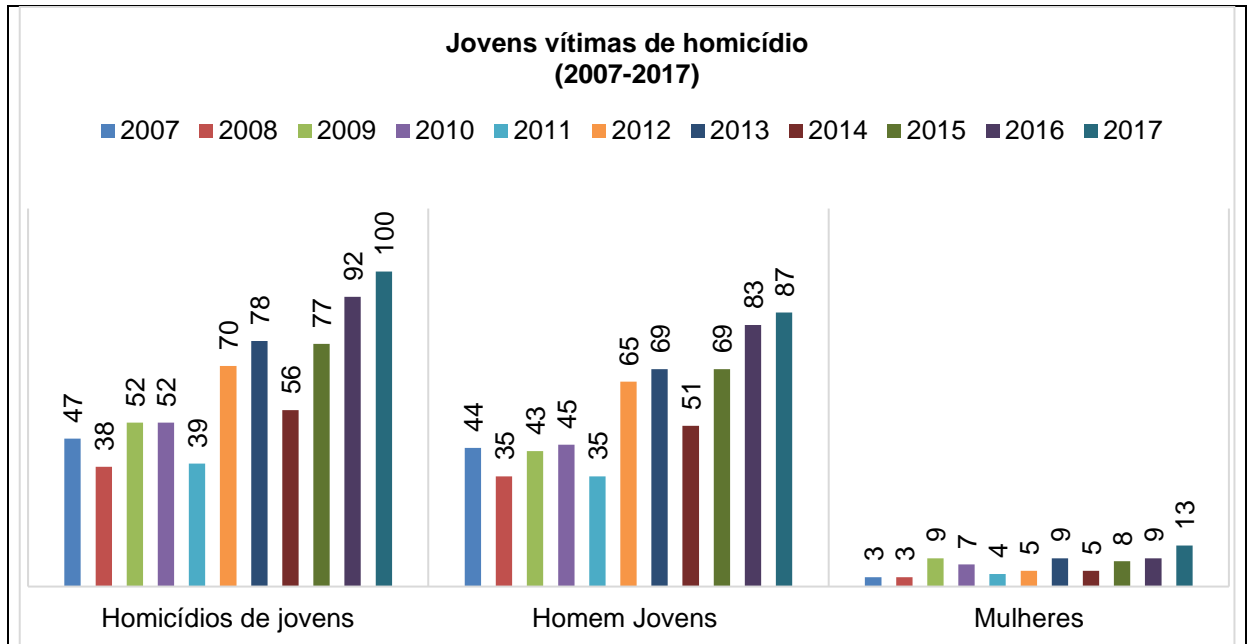
Fonte: SESP/RR (2016).

Para confecção de sua pesquisa acerca da violência juvenil, a pesquisadora Oliveira (2017) considerou os níveis estatísticos envolvendo os jovens como vítimas de homicídio na capital Boa Vista-RR, de 2006 - 2016, e contabilizou 964 homicídios neste período, destes, 488 vítimas de homicídios correspondem a jovens de 15 a 29 anos.

Pela faixa etária, confirma-se que os jovens são as maiores vítimas de homicídios em Boa Vista. Do total dos casos, 367 (38,1%) corresponde à faixa etária de 20 a 29 anos, 196 (20,3%) de 30 a 39 anos, 121 (12,5%) de 15 a 19 anos, 115 (12%) de 40 a 49 anos, 66 (7%) de 50 a 59 anos, 40 (4,1%) de 60 a 69 anos, 19 (2%) de 70 a 79 anos, 9 (0,9%) de 80 e mais anos, 9 (0,9%) de 10 a 14 anos, 6 (0,6%) menor de 1 ano, 3 (0,3%) de 1 a 4 anos, 3 (0,3%) de 5 a 9 anos e 10 (1%) (Oliveira, 2017, p. 255).

No mesmo sentido, porém com recorte voltado para o Estado de Roraima, a pesquisa do FBSP (2019), referente aos homicídios de jovens, ocorridos do ano de 2007 a 2017, obteve variação de 112,8%, indo de 47 em 2007 a 100 casos em 2017, com maioria de homens jovens (Figura 15):

Figura 15 - Atlas da Violência (2019): Jovens vítimas de homicídio em Roraima (2007 - 2017)



Fonte: Elaboração própria. Base de Dados do IPEA/FBSP (2019).

Para facilitar a visualização dos dados, podemos analisar a tabela referente ao quantitativo de casos de jovens vítimas de violência em Roraima, e através desta fragmentação por gênero, afirma-se a maior quantidade de homens vítimas de homicídios, porém a quantidade de mulheres jovens vem aumentando gradativamente de 2007 – 2017 (Tabela 2):

Tabela 2 – Jovens Vítimas de homicídios (2007 - 2017)

JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO 2007-2017			
Ano	Vítimas	Homens	Mulheres
2007	47	44	03
2008	38	35	03
2009	52	43	09
2010	52	45	07
2011	39	35	04
2012	70	65	05
2013	78	69	09
2014	56	51	05
2015	77	69	08
2016	92	83	09
2017	100	87	13

Fonte: Elaboração própria. Base de Dados do IPEA/FBSP (2019).

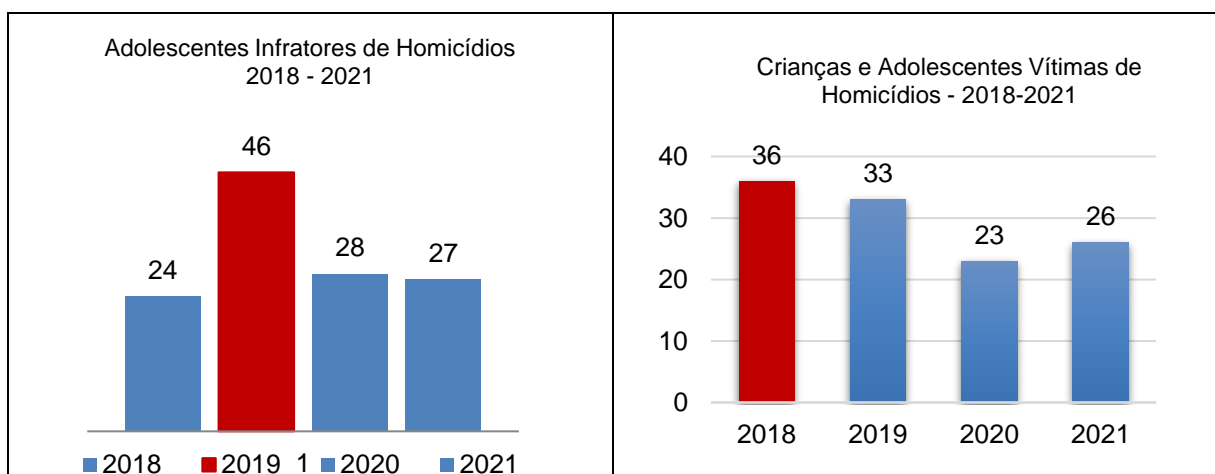
Conforme os dados estatísticos acima, os casos de ocorrências tendo como autoria adolescentes, são constantes em Roraima observado pela ótica do Direito, de acordo com Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), os adolescentes que cometem ato infracional devem ser destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas, e em Roraima a instituição localiza-se na capital Bosta Vista, especificamente o CSE (citado anteriormente), atende a seguinte medida:

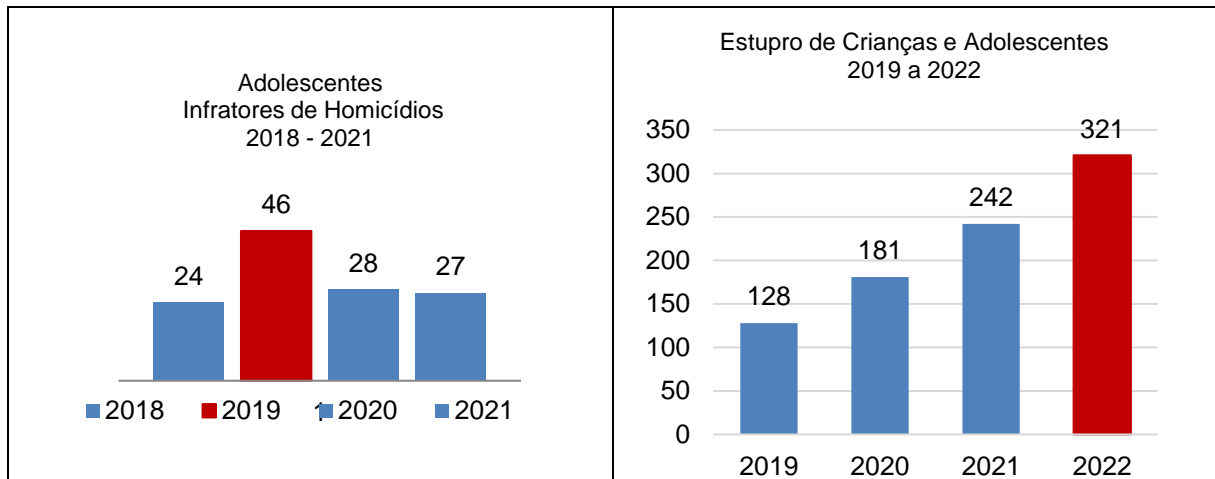
Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando: I — tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II — por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III — por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (Brasil, 1990).

Os dados de homicídios de crianças e adolescentes também obtiveram redução referente ao ano de 2018, que atingiu 36 casos, em 2021, registrou 26 casos. Quanto aos adolescentes autores de homicídio em 2019, foi o auge com 46 casos e 2021 com 27 casos.

Nesta pesquisa, o que chamou mais atenção foi o quantitativo de casos de estupro de crianças e adolescentes na cidade de Boa Vista, chegando a 321 casos na cidade de Boa Vista, e ao nível nacional de 66.000 casos. Em seguida, podemos paralelo com o ranking de homicídios no estado de Roraima ocorrido em 2018, no mesmo ano foram 24 adolescentes autores de homicídios, e em 2019 aumentou para 46 casos, reduzindo para 27 em 2021 (Figura 16):

Figura 16 - Infratores e vítimas de violência (2018 – 2022)





Fonte: Elaboração autoral. Base de dados do SINESP/PPE/DW (2018 - 2022).

De acordo com o plano decenal de atendimento socioeducativo do estado de Roraima, é possível observar redução nos casos de adolescentes que deram entrada no Centro de Socioeducação (CENSE), cumprindo medidas socioeducativas, referente aos dados de 2017 a 2021, no qual consta 240 em 2017, atingiu o ápice em 2018 com 272 casos, seguido da redução no ano seguinte com 200 casos (em 2019), já em 2020 chegou a 122 semi-internos, e a maior redução em 2021 com 108 adolescentes (Tabela 3):

Tabela 3 - Total de adolescentes institucionalizados no CENSE (2017 - 2021)

INSTITUCIONALIZAÇÃO						
Mês	2017	2018	2019	2020	2021	Total Mês
Janeiro	18	32	13	03	06	72
Fevereiro	18	31	18	16	09	92
Março	15	25	14	10	11	75
Abril	23	34	14	09	14	94
Maio	23	31	16	13	09	92
Junho	19	29	17	10	14	89
Julho	14	22	08	06	11	61
Agosto	26	17	26	12	08	89
Setembro	26	05	21	16	14	82
Outubro	19	19	21	05	04	68
Novembro	22	19	12	12	04	69
Dezembro	17	08	20	10	04	59
Total	240	272	200	122	108	942

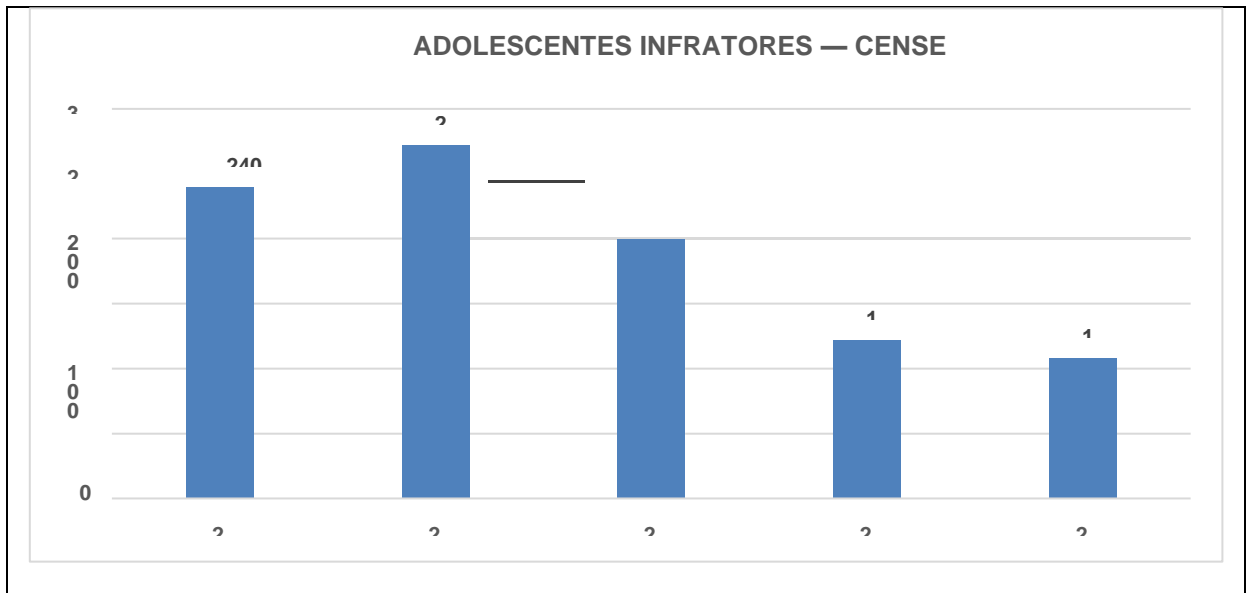
Fonte: Unidade de Internação "Homero de Souza Cruz Filho" (CENSE) (2017 - 2021).

Na tabela, podemos observar o fenômeno do aumento da criminalidade no Estado de Roraima no ano de 2018, atingiu também a maior quantidade de adolescentes institucionalizados, contabilizando 272 casos, a maior marca dos anos pesquisados, seguido de 241 casos do ano anterior (2017), em 2019 os dados caíram para 200 casos, em 2020 com 122 adolescentes institucionalizados e a maior queda

em 2021 com 108 casos, portanto a ordem anual dos casos de adolescentes institucionalizados ocorreu decrescentemente.

Para melhor visualização, os dados supramencionados referente ao quantitativo de adolescentes infratores do ano de 2017 a 2021 no estado de Roraima, corresponde a seguinte representação gráfica (Figura 17):

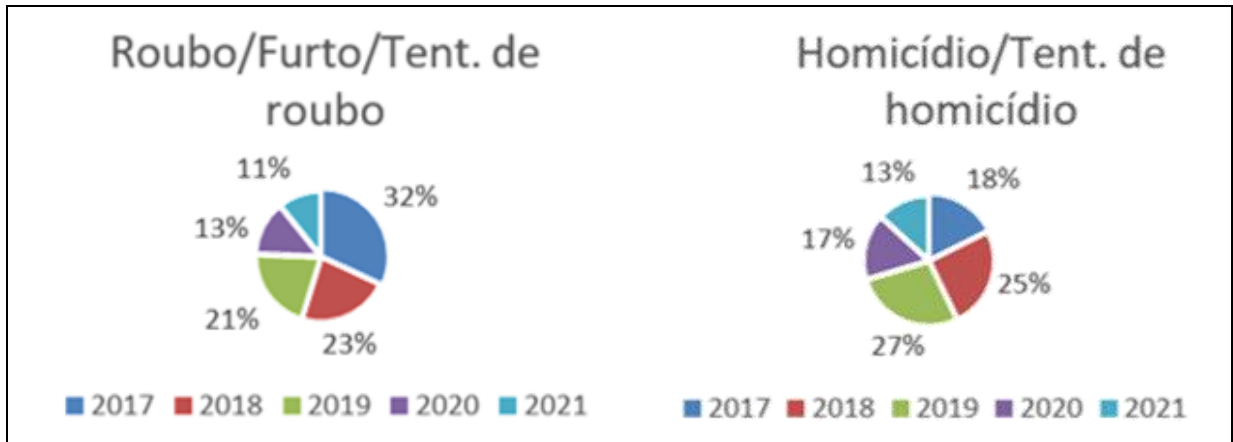
Figura 17 - CENSE (2022): Adolescentes infratores (2017 - 2021)



Fonte: CENSE (2022, p. 47).

Conforme citado no capítulo anterior, um dos indicadores da criminalidade no Estado de Roraima que mais elevou foi a prática de homicídios, esta pesquisa visou coletar os dados referente a adolescentes infratores nos casos de homicídio e tentativa de homicídio e nos casos tipificados como roubo, furto e tentativa de roubo. A prática de roubo, furto e tentativa de roubo do ano de 2017 a 2021, cometidos por adolescentes em Roraima nos crimes contra patrimônio e crimes contra a vida, distinguidos como Roubo/Furto/Tentativa de roubo e Homicídio/tentativa de homicídio, tiveram decréscimos nos dois gráficos (Figura 18):

Figura 18 - CENSE (2022): Adolescentes infratores: Roubo/Furto/Tentativa de roubo (2017 - 2021) e Homicídio/Tentativa de homicídio



Fonte: CENSE (2022, p. 49).

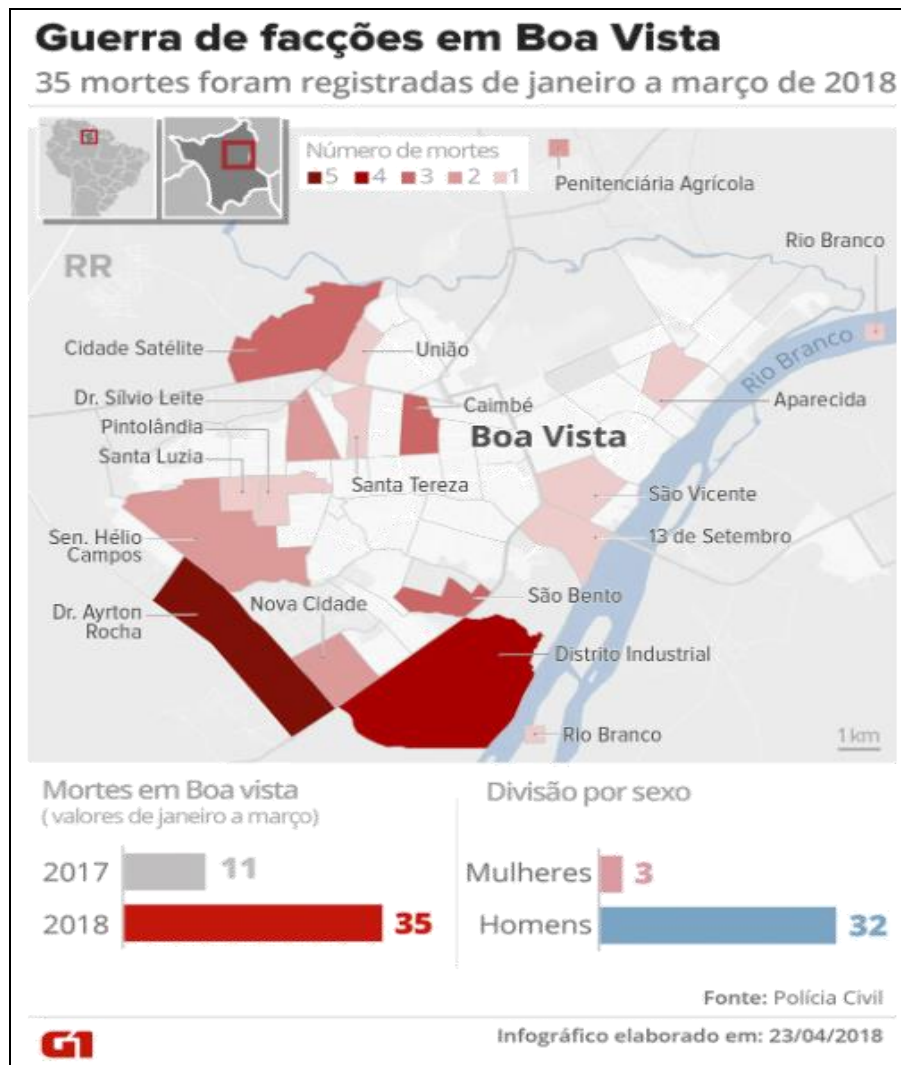
Nos casos de crimes contra patrimônio é perceptível significativa redução gradativa, sendo a maior incidência em 2017, com 32%, e menor em 2021 com 11%. Já nos casos de Homicídio/tentativa de homicídio a maior incidência ocorreu em 2019, com 27%, no ano seguinte caiu para 17%, e em 2020 para 13%.

De acordo com matéria em²⁰ Jornal cibernético datado em 24 de abril de 2018, a guerra entre facções no Estado de Roraima vem cooptando jovens, desde o cenário Nacional, ao espaço local. Para Hart (2014, p. 113), a questão da utilização das drogas nem sempre é o verdadeiro problema do aumento da criminalidade, porém a verdadeira ligação entre drogas e crime violento está no lucro do comércio de drogas”.

Coadunando com este pensamento, esta pesquisa pode observar a mão-de-obra dos jovens roraimenses, junto às facções criminosas, e nem sempre remunerada, mas para manutenção ou como forma de pertencimento, “querem adequar sua maneira de vestir, de falar e de se expressar, suas preferências musicais e sua linguagem corporal às exigências do meio social” (Esteves; Abramoway, 2007, p. 18). Podemos observar o cenário da disputa das facções na cidade de Boa Vista/RR.

²⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/guerra-entre-faccoes-rivais-faz-disparar-indices-de-homicidios-em-boa-vista.ghtml>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Figura 19 - Guerra de facções em Boa Vista (março de 2018)



Fonte: G1 Roraima. Base de dados da Polícia Civil (2018).

Analisando as mortes por homicídio em Roraima no ano de 2018, do total de 367 casos, é necessário para melhor compreensão desta pesquisa, observar o nível de letalidade dentre jovens vítimas deste crime. Deste fragmentado por idade e sexo, o total de jovens vítimas chegou a 194 casos, destes apenas 08 mulheres jovens foram vítimas de homicídio, e 186 eram do sexo masculino (Tabela 4):

Tabela 4 - Jovens Vítimas de Homicídio/2018 - Roraima

JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO/2018 — RORAIMA			
IDADE	SEXO	VÍTIMAS	VÍTIMA/IDADE
15 anos	Masculino	03	03
	Feminino	—	
16 anos	Masculino	13	15
	Feminino	02	
17 anos	Masculino	16	16
	Feminino	—	
18 anos	Masculino	16	17
	Feminino	01	

19 anos	Masculino	13	15
	Feminino	2	
20 anos	Masculino	15	15
	Feminino	—	
21 anos	Masculino	22	23
	Feminino	01	
22 anos	Masculino	13	13
	Feminino	—	
23 anos	Masculino	12	12
	Feminino	—	
24 anos	Masculino	12	12
	Feminino	—	
25 anos	Masculino	08	08
	Feminino	—	
26 anos	Masculino	12	13
	Feminino	01	
27 anos	Masculino	09	09
	Feminino	—	
28 anos	Masculino	10	10
	Feminino	—	
29 anos	Masculino	12	13
	Feminino	01	
TOTAL		194	

Fonte: SESP/RR (2018).

Na tabela posterior podemos visualizar o panorama de diversos atos infracionais praticados pelos adolescentes institucionalizados (Tabela 5):

Tabela 5 - Total dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes Institucionalizados no CENSE (2017 - 2021)

ATO INFRACIONAL	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Roubo	178	122	110	75	59	544
Homicídio	11	13	22	12	09	67
Tentativa de homicídio	05	10	03	03	03	24
Estupro	03	04	00	03	03	13
Tráfico de drogas	11	05	04	03	04	27
Organização criminosa	06	10	00	00	00	16
Descumprimento de Se	19	22	17	08	01	67
Tentativa de roubo	03	05	03	01	00	12
Violência doméstica	02	02	00	01	00	05
Posse de munição	01	01	00	00	00	02
Transferência da Cadeia Pública	01	01	00	00	00	02
MBA	00	62	30	12	21	125
Lesão corporal	00	03	03	00	03	09
Furto	00	02	05	01	02	10
Retorno de evasão	00	06	01	01	00	08
Porte de arma de fogo.	00	01	00	00	00	01
Porte de munição	00	01	00	00	00	01
Posse de arma de fogo	00	02	00	00	00	02
Posse de drogas	00	00	00	00	01	01
Desobediência	00	00	00	01	00	01
Induzimento à especulação	00	00	00	00	01	01
Abuso de incapaz	00	00	00	00	01	01
Atos infracionais de trânsito	00	00	01	00	00	01
Ameaça	00	00	01	01	00	02
Total	240	272	200	122	108	942

Fonte: Centro de Socioeducação (CENSE) Unidade de Internação “Homero de Souza Cruz Filho” (2017 – 2021).

Este capítulo teve em vista observar, através da análise do cotidiano destes jovens, as representações simbólicas, culturais e de justiça criminal, no ambiente no qual estão inseridos. O acesso negado aos jovens, causam diversas separações de espaços e afetam a necessidade de pertencimento, além de evidenciar o jovem às margens da participação democrática. O cenário de violência tomou proporções alarmantes, com cooptação dos jovens à criminalidade, através das facções criminosas, que relacionam os homicídios destes, as regras simbólicas nos quais estão inseridos, sendo que a execução de jovens, faz parte deste poder simbólico e regras de dominação (Bourdieu, 2001).

A análise dos dados estatísticos com adolescentes e jovens deixaram claro a maior incidência ocorrida no ano de 2018, e posterior decréscimo nos dados, porém considerando a fala dos autores que pesquisam a temática (Abramoway; Cara; Gauto; Carl Hart e Soares) é necessário políticas públicas a longo prazo, efetivas e que se adéquem de acordo com a realidade dos jovens para servirem de atrativo aos seus envolvimento, junto à execução dos projetos sociais.

Seguindo este capítulo, será debatida a temática Política de Segurança Pública em âmbito Nacional e quanto aos aspectos locais, que estiveram presentes para redução do aumento da criminalidade no Estado de Roraima, conforme mostram os dados.

4 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada mediante uma máxima: a política pública conduz a política (SOUZA, 2006, p. 09).

Contextualizando a delimitação da presente pesquisa, será indubitavelmente necessária uma análise acerca das políticas públicas nas ações governamentais, como política de governo, através das suas prioridades de agendas, entre prioridades, receitas e intervenções do Estado, consistindo em “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”. Afirma que inicialmente o governo é responsável por qualquer tomada de decisão e todas suas prioridades governamentais, desde a compra de clipes até a participação em uma guerra nuclear. Trata-se, portanto, das tomadas de decisões elencadas no debate teórico da política pública como na ideologia *policy-making*, define funcionalmente a política pública como atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (*policy goals*) com meios políticos (*policy means*), num processo que pode ser considerado resolução aplicada de problemas (Howlett, 2013, p. 2 e 5).

Posteriormente o autor trata da questão desta mesma política como resposta a determinada problemática específica, no qual demanda a decisão de fazer algo a respeito como resposta à sociedade, para traçar um curso de ação, como uma decisão política na tentativa de agir nas coisas como são, devendo sempre ser deliberada por políticos eleitos e por funcionários considerados oficiais. A terceira observação feita pelo autor, é pertinente às questões de políticas públicas, são determinações conscientes, porém poderão surgir efeitos não intencionais, como nos casos da regulamentação de determinados produtos lícitos concorrem com a ilegalidade de ações do “mercado clandestino” de produtos considerados, como resposta a determinada medida governamental, outro exemplo citado é quanto ao valor do litro da gasolina, tem como consequência o uso do transporte público como meio de locomoção.

um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, numa situação específica de que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (Jenkins, 1978 *apud* Howlett, 2013, p. 8).

De acordo com as observações de Howlett (2013), os autores Dye (1972) e Jenkins (1978), contribuíram significativamente para esta temática quanto às estruturas, ideias e conceito das políticas públicas, além de sugerir pressupostos metodológicos a serem cumpridos. O debate, envolve, além dos atos oficiais das tomadas de decisões por atores estatais e societários, a análise das decisões que se deve discutir primordialmente os atores estatais e societário envolvidos nos processos de tomada de decisão e sua capacidade de influenciar e agir” (Howlett, 2013).

Para obtermos compreensão mais complexa acerca de Políticas Públicas, não a ciência Política norteia a abordagem da referida temática, subdividida em três etapas, para os problemas levantados, inicialmente pela pergunta clássica da ciência política, citadas as mesmas feita pelos clássicos Platão e Aristóteles sobre o sistema político e ordem política, e qual é a forma para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade. Em seguida deve-se preocupar-se com análise política das forças políticas decisórias neste processo de elaboração, e por fim, a investigação quanto aos resultados do sistema político, acompanhado de avaliação das contribuições que certas estratégias podem levar à solução dos problemas específicos. Sob a perspectiva econômica averiguar-se as inter-relações entre as instituições políticas, os processos políticos e seus conteúdos das políticas. análise realizada por (Frey, 2000).

Quanto a implementação, deve-se ter a aproximação junto à análise das políticas públicas, realizada, na maioria das vezes, por abordagem sequencial, no qual a fase da formulação, deve ser composta pelas definições dos principais problemas que afetam àquele grupo no qual está se formulando a proposta, e merecem a intervenção do estado, produção de soluções ou alternativas para serem elencadas decisões. Além deste processo teórico-metodológico, os planejamentos devem ser executados a partir das decisões tomadas, como ferramenta, e necessariamente deve-se avaliar o impacto da política adotada (D’Ascenzi; Lima, 2013).

É pensar política pública, considerando os atores sociais em que estão envolvidos no processo do levantamento, bem como as estruturas de governança, e, concentrar no problema e descrever modelos de política pública mais complexa.

Precisamos adentrar no que se chama de análise *bottom-up*. Sua importância cresceu a partir dos anos de 1980 com a pesquisa realizada por Michael Lipsky (1980), que chamou a atenção para que os modelos de análise em

políticas públicas eram excessivamente concentrados em atores (decisores) que elaboram uma política. Sem desprezar o uso de modelos *top-down* de análise, as pesquisas passaram a usar, também, análises *bottom-up*, que partem de três premissas: a) analisar a política pública a partir da ação dos seus implementadores, em oposição à excessiva concentração de estudos acerca de governos, decisores e atores presentes na esfera “central”; b) concentrar a análise na natureza do problema que a política pública tem em vista responder; e c) descrever e analisar as redes de implementação. Modelos de análise *bottom-up* podem ser passíveis de crítica quanto à sua capacidade explicativa, mas, por não ignorarem a complexidade de uma política, precisam ser mais testados entre nós. Além disso, ao assumir a complexidade da política pública como algo a ser explicado, em especial a sua implementação, esse tipo de pesquisa tem dificuldades para conviver com a busca recorrente do *mainstream* das Ciências Sociais, qual seja, o de se fixar na simplicidade analítica e na elegância dos modelos explicativos (Souza, 2003, p. 17).

Sucintamente, o planejamento nas pastas governamentais necessita incluir Políticas públicas com levantamento de suas prioridades, planejamento, execução e avaliação dos projetos, a fim de analisar impactos e necessidade de mudanças. Aos Estados Federativos, através de suas Secretarias de Segurança Pública, ficou a incumbência da elaboração dos planos na esfera local, seguindo os parâmetros norteadores do sistema de políticas públicas nacional, voltado para o compromisso com os princípios dos direitos humanos.

4.1 POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com a Constituição Federal de 1988, segurança Pública surge como garantias individuais e coletivas, segundo art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança [...]”. A previsão legal para segurança como direito está prevista também no art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]” (Brasil, 1988).

No Brasil, as forças de segurança são institucionalizadas para a execução proporcional às ameaças, com exclusivo uso da força, e para o cumprimento de ordens judiciais para cercear a liberdade e vigilância destes, enquanto cumprimento de suas penas, porém figura na história a da afirmação dos direitos humanos.

Segurança Pública significa proteção, direito de estar seguro, portanto, inclui o direito ao emprego, à educação, à saúde e à moradia. Em síntese, é não se submeter a violência contra a pessoa tampouco contra o patrimônio. É não ter medo. Enfim, é o direito de viver em paz (Costa, 2015, p. 2015).

Segurança é um termo originário do *latim Securus*, os quais são sinônimo de ‘sem preocupação, protegido e acautelado, representado por conforto, confiança e certeza, entre tantas outras situações que tornam a tornar como sinônimo de sensação de proteção, seja através dos direitos adquiridos, ou da questão mais empíricas como “a criança está em segurança na escola; o filho está com os pais, logo, está em segurança; o trabalho proporciona segurança” (Nucci, 2016, p. 30).

No sentido amplo, segurança pública pode ser compreendida como a capacidade do Estado para evitar toda e qualquer infração, seja penal ou extrapenal, não é responsabilidade apenas do Estado, mas de todos.

Considerando a estrutura do estado e das pastas que compõem a Segurança pública é o “bem-estar social, associado à paz e a ordem da comunidade em várias acepções e aspectos, essa modalidade de segurança não tem por base, exclusivamente, o combate ao crime”. O grande problema desta temática não se limita às ações das instituições policiais, apenas, mas a sociedade civil, bem como a falta de interatividade dos órgãos governamentais que deveriam interagir por meio de medidas preventivas ao delito mediante planejamento (Nucci, 2016, p. 40).

[...] O processo de estruturação da política exige rupturas, mudanças de paradigmas, sistematização de ações pontuais combinadas a programas consistentes e duradouros, fincados, sobretudo, na valorização o ser humano sob todos os aspectos, considerando os contextos sociais de cada cidadão (Carvalho; Silva, 2011, p. 08).

A partir da Constituição de 1988, o foco da Segurança Pública foi redefinido, passando de política de segurança pública, como estratégia estrutural a fim de qualificar os serviços prestados à população. Constante no artigo 144 da Constituição Brasileira (Brasil, 1988):

Segurança Pública é dever do Estado, é exercida para preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros.

No processo civilizatório do atual modelo de Estado, a Segurança pública desempenha papel primordial, na garantia de direitos, como exercício da cidadania, e o cumprimento dos regimentos jurídicos, e para tal cumprimento, deverá traçar ações através do Sistema de segurança Pública, no eixo político estratégico à política de segurança pública (Carvalho; Silva, 2011).

Nas competências dos Governos Estaduais, as políticas públicas têm o papel fundamental de regionalizador, em especial no papel macroeconômico a longo prazo, delineando as prioridades à União, além de ser capaz planejar, avaliar custos, avaliar, monitorar a redistribuição das receitas dos tributos, e as suas normas estaduais (Dias, 2012).

O Primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), de 1991, elaborado no Governo Fernando Collor pelo Departamento de Assuntos de Segurança Pública, da Secretaria de Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça, foi construído na seguinte estrutura de pastas: Programa de integração de informações, Programa de atuação conjunta, Programa de recursos humanos, Programa de recursos materiais e financeiros, Justiça penal e Sistema penitenciário.

Após a participação do governo Fernando Henrique Cardoso, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, criou em 1995 o Ministério da Justiça, a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG), transformando-a, no ano de 1998, em Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Seguindo as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), com perspectivas de mudanças no cenário do Brasil envolvendo a temática Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, voltado para o enfrentamento da violência no país, especialmente em áreas com elevados índices de criminalidade. Apesar do planejamento, o projeto ficou engavetado (Carvalho; Silva, 2011).

No mesmo ano, foi lançado o Plano Nacional de Segurança Pública, composto por 15 (quinze metas) destinadas ao reaparelhamento da Segurança e capacitação dos servidores.

Sucessivos ministros da Justiça do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a colaboração de secretários nacionais de segurança, estavam, lentamente, um plano nacional de segurança pública, quando um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, sequestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174, ante a perplexidade de todo o país, que as TV transformaram em testemunha inerte da tragédia, em tempo

real. Ato contínuo, o presidente da República determinou que seus auxiliares tirassem da gaveta o papelório, e decidiram, finalmente, qual seria a agenda nacional para a segurança, pelo menos do ponto de vista dos compromissos da União. Em uma semana, a nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps, vinha a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas. Assinale-se que, antes, no primeiro governo FHC, deram-se passos importantes para a afirmação de uma pauta especialmente significativa para a segurança pública, quando se a concebe regida por princípios democráticos: foi criada a secretaria nacional de Direitos Humanos e formulou-se o primeiro plano nacional de Direitos Humanos (Soares, 2007, p. 61).

Um grande marco para a Segurança Pública do Brasil ocorreu no ano de 2000, diante deste sequestro, do Ônibus 174, no qual foi transmitido ao vivo, inclusive em âmbito internacional²¹, teve como autor Sandro Barbosa Nascimento, ocorrido na zona Sul do Rio de Janeiro.

Neste caso, para a resolução desta ocorrência policial, o gerenciamento da crise²², deve ser realizado com emprego de técnicas especializadas, isolando inicialmente o local e definindo papéis de cada membro do gabinete de crise, com verbalização exclusiva do negociador.

Apesar da existência deste protocolo, as instituições de Segurança pública mostram despreparo no desempenho de suas ações, e sucateamento dos equipamentos utilizados. De forma trágica, teve desfecho com a morte da refém Geyza Gonçalves, pela morte do sequestrador Sandro pela polícia, asfixiado no portamalas da viatura. O país ficou ridicularizado não apenas pelo despreparo das polícias neste episódio, porém, ficou evidente a falta de preparo e planejamento na Segurança Pública Nacional.

Secretaria de Segurança Pública, criada paralelamente ao Fundo Nacional de Segurança Pública, no qual fomentou o reaparelhamento das instituições, sobretudo, à compra de armas e viaturas, rompendo com o plano a curto prazo que servia como política de reformas estruturais.

Apesar de certa preocupação com o lançamento da Nova Política de Segurança Pública Nacional, não houve aumento do quadro efetivo das polícias em todo território brasileiro, porém foram designados a atuar em outros Estados brasileiros, especificamente nas áreas de fronteiras ou aquelas que demandam

²¹ Documentário “Ônibus 174”. Disponível em: <<https://vimeo.com/240313562?signup=true>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

²² DE SOUZA, W. M. **Radiografia do Sequestro**. Editora Ícone, 1993.

missões no quadro da segurança pública, tais ações mantidas com o reaparelhamento da Segurança e capacitação dos servidores (Soares, 2010, p. 14).

O Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), é uma política de segurança pública a longo prazo, que trouxe uma mudança no desempenho da Segurança Pública, no qual fazia parte do quadro os parâmetros utilizados, leis nos três planos federativos do governo devem estar conforme a Constituição, com a ideologia voltada ao Instituto Cidadania, realizado em consenso entre todos os Estado Federados, para implementar medidas basilares para criação do Sistema único de Segurança Pública (SUSP).

As primeiras etapas do Plano, consiste em construir um consenso com os governadores em torno do próprio Plano, de suas virtudes, sua conveniência, sua oportunidade, sua viabilidade, demonstrando os benefícios que proporciona para o conjunto do país e para cada Estado, o modelo seria cooperativos, suprapartidários, republicanos, com intuito de superar as resistências corporativas, as limitações materiais, as dificuldades operacionais e de gestão”, desta forma, o plano se implementaria por fases com prospecção positiva.

No segundo momento, seria a normatização do SUSP, por meio dos seus pontos fundamentais, do acordo entre os estados e a desconstitucionalização das polícias. Posteriormente, aos governos caberia a implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública, em cada Estado, servindo como base operacional do SUSP e começaria a trabalhar de acordo com o entendimento político, antes mesmo da normatização que o institucionalizou.

O papel de articulação dos segmentos da Segurança pública são exercidos pela Gestão Integrada da Segurança Pública (GGI), em cada Estado, proposto para desempenhar, funcionando como fórum executivo que reuniria as polícias, de todas as instâncias, mediante normatização dos órgãos deliberativos oficiais e convidados, e demais instituições da Justiça criminal.

As pautas podem ser ordinárias e extraordinárias, porém debatidas para chegar ao consenso, sem a figura do único comando. Como se constatou haver ampla agenda consensual, para ações práticas, na área da Segurança Pública, não se temeu a paralisia pelo veto (Soares, 2007, p. 91).

O PNSP, modificou a questão ideológica no paradigma das polícias e suas práticas, deixando de associar polícia a questão puramente ostensiva para segurança do Estado, deixando se der a função exclusiva da Segurança Pública, a manutenção

da ordem pública, e sim para a defesa dos cidadãos e a proteção de seus direitos.

Através da Cooperação do Governo Federal com os Governos Estaduais, as medidas firmam compromisso inicial de redução da violência urbana; inibição de gangues e combate à desordem social; eliminação de chacinas e execuções sumárias; combate à violência rural; intensificação das ações do Programa Nacional de Direitos Humanos; capacitação profissional do Sistema Penitenciário. No sistema de natureza normativa, compreende o aperfeiçoamento Legislativo e por fim, a implementação do Sistema Nacional de Segurança Pública.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), criado pela Lei n.º 11530 de 24 de outubro de 2007, propõe nova articulação entre os agentes estatais da Segurança em todo país, com proposta de romper com o viés autoritário e repressivo atrelado a Segurança Pública, com responsabilidade entre o governo federal, estados e municípios para qualificar a gestão de combate à violência e a criminalidade, disponibilizando o orçamento de R\$ 6,7 bilhões nos quatro primeiros anos (Silva, 2009, p. 32).

Para as fronteiras do país, a SENASP, a operação sentinela, composta por policiais federais nos plantões ininterruptos de vigilância e controle do acesso ao território nacional, e utilização de novas ferramentas como do Cadastro Nacional de Mandado de Prisão (INFOSEG) (Silva, 2009, p. 32).

O PRONASCI também prevê o atendimento por equipe multidisciplinar formado por policiais de todas as esferas, junto a psicólogos, assistentes sociais e juristas, com nova proposta entre a política tradicional de segurança (mais armas, viaturas e repressão), e políticas sociais (mais emprego saúde e educação), não se limitando apenas como prerrogativa dos governos estaduais, porém propõe partilhar essa responsabilidade com os municípios, tendo seus objetivos sustentados na promoção dos direitos humanos objetivos, “a valorização dos profissionais de segurança pública; a ressocialização de pessoas que cumprem penas restritivas de liberdade; a integração de jovens às políticas sociais de governo” o acesso à justiça a territórios de falta de coesão social; a desintegração familiar; a intensificação do combate ao crime organizado e à corrupção policial; a recuperação dos espaços urbanos (Silva, 2009, p. 32).

Observa-se que o programa criou ferramentas para as garantias constitucionais previstas na Constituição de 1988, como efetivação dos direitos humanos, através da própria segurança pública.

O público-alvo do programa são os jovens, em especial os presos; egressos do sistema prisional²³ egressos do serviço militar, pois todo ano “80 mil jovens deixaram os quartéis do país; parte deles acaba atuando com mão de obra qualificada para o crime”.

O PRONASCI reitera o Plano Nacional de Segurança Pública do primeiro, dando continuidade de forma mais sistemática e detalhada o posto tacitamente no Plano Nacional do governo, com valores pautados nos direitos humanos.

Os valores consensuais em pauta — que o Pronasci endossa e enfatiza — são os seguintes: direitos humanos e eficiência policial não se opõem; pelo contrário, são mutuamente necessários, pois não há eficiência policial sem respeito aos direitos humanos, assim como a vigência desses direitos depende da garantia oferecida, em última instância, pela eficiência policial. Tampouco é pertinente opor prevenção a repressão qualificada; ambas as modalidades de ação do Estado são legítimas e úteis, dependendo do contexto. A Polícia cumpre papel histórico fundamental na construção da democracia, cabendo-lhe proteger direitos e liberdades. Nesse sentido, empregar a força comedida, proporcional ao risco representado pela resistência alheia à autoridade policial, impedindo a agressão ou qualquer ato lesivo a terceiros, não significa reprimir a liberdade de quem perpetra a violência, mas preservar direitos e liberdades das vítimas potenciais. Assim, aprimoramento do aparelho policial e aperfeiçoamento da educação pública não devem constituir objetos alternativos e excludentes de investimento estatal. Não se edifica uma sociedade verdadeiramente democrática sem igualdade no acesso à Justiça, a qual depende da qualidade e da orientação das polícias (e das demais instituições do sistema de Justiça criminal) e da equidade no acesso à educação (Soares, 2007, p. 92).

Podemos observar através da citação do autor, o surgimento de nova desempenho na Segurança pública no Brasil, através do PNSP, por meio das diretrizes do PRONASCI, que envolve desde investimentos em equipamentos, como a capacitação dos profissionais das instituições de segurança públicas, e da valorização destes, com qualificação voltada para a ideologia cidadã, voltada para a garantia dos direitos humanos e sociais.

Uma das formas de qualificação dos profissionais de Segurança Pública, é realizada através da capacitação em cursos, com atividades de ensino à distância, oportunizando aos agentes de segurança pública de todo país, o recebimento de bolsa para qualificação.

²³De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil alcançou a marca de 909.061 presos, destes 54,8% são jovens.

As ações do programa foram destinadas a fim de integrar com interatividade na Segurança Pública nas instituições de Segurança Pública como a Polícia Federal; Polícia Rodoviária; Polícia Civil; Polícia Militar e Guarda Municipal. Esta última vem galgando espaço nos programas Nacionais, e vem sendo inserida nos programas preventivos e de qualificação de pessoal, outrora quase inexistente, em todas as instituições da segurança pública.

Os planos sucessores foram de Plano Nacional de Segurança Pública (1991) — Governo Collor; Plano Nacional de Segurança Pública Governo (2000) Fernando Henrique Cardoso (2003); Projeto Segurança Pública para o Brasil (2007) — Primeiro Governo Lula; Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — Pronas (2012) — Segundo Governo Lula; Programa Brasil Mais Seguro (2015) — Primeiro Governo Dilma; Programa Nacional de Redução de Homicídios (2017) — Segundo Governo Dilma.

4.2 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

A estrutura atual de Surgiu através da Lei n.º 001 de 26 de janeiro de 1991²⁴, a mesma que instituiu o então território como Estado de Roraima, em sua Seção VI, da Secretaria de Segurança Pública, art. 25. Posteriormente, com a “Reorganização Administrativa do Estado de Roraima e dá outras providências” na Lei 499/2005, prevê as atribuições da SESP/RR:

²⁴ A primeira organização da Segurança do território do Rio Branco foi através do Decreto 01 de 21 de novembro de 1944, com a criação da Divisão de Segurança e Guarda (DSG), com atribuição de “assegurar proteção à sociedade, manter a ordem, a tranquilidade pública, garantir os direitos individuais, a execução dos atos e decisões da Justiça e da Administração”. Em seguida com o Decreto 02, de 02 de novembro, criou a Guarda Territorial (GT), sua regulamentação veio por meio do Decreto de 03 de março de 1945, e apenas em 1962, a Divisão de Segurança e Guarda. Em 1964, o território passa a ser chamado Roraima, e em período do regime militar é coordenado pela aeronáutica; em 1974 a guarda territorial é extinta. A ruptura e autonomia enquanto instituição policial ocorreu em e, ao ser criado o Território Federal de Roraima, em 1975, e com a Lei 6270, a criação da Polícia Militar e o Corpo de Bombeiro. Em 1978, Lei nº 6.550/1978, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, estabeleceu diretrizes para a classificação de cargos, empregos e funções do serviço civil dos territórios federais, trazendo à Polícia civil a incumbência de atividades investigativas. Em 1980, Decreto nº 84.453, de 31 de janeiro, surge a Secretaria de Segurança Pública com finalidade de executar as atividades relativas à ordem e segurança pública, administração de estabelecimentos carcerários, administração e segurança do tráfego e do trânsito e polícias civil e militar.

Art. 36. À Secretaria de Estado da Segurança Pública –SESP, compete:

- I — Organizar e coordenar os Órgãos responsáveis pela segurança pública, para garantir a sua eficiência;
- II — Manter a ordem pública e a segurança no Estado;
- III — garantir, proteger e promover a ordem pública e os direitos e liberdades do cidadão;
- IV — Dirigir e orientar as atividades da polícia judiciária e da identificação de pessoas;
- V — Apurar infrações penais, no que couber ao Estado;
- VI — Auxiliar e agir complementarmente às autoridades da justiça e da segurança nacional;
- VII — exercer a segurança do trânsito e o controle e fiscalização nas rodovias estaduais, na forma estabelecida na Constituição Estadual e em leis próprias;
- VIII — exercer outras atividades correlatas.

§ 1º Ao Secretário de Estado da Segurança Pública compete organizar, dirigir e coordenar operacionalmente os Órgãos integrantes do sistema de segurança pública do Estado.

§ 2º O sistema de segurança pública do Estado é formado pelos seguintes Órgãos:

- I — Polícia Civil;
- II — Polícia Militar;
- III — Corpo de Bombeiros.

O PNSP preconizava diretrizes e metas, a serem elaboradas entre os estados, o planejamento voltado para área da Segurança Pública em todos Brasil, atuando com parceria, porém, responsabilidade deste planejamento deveria ser dos entes federativos, em parceria com a União. Dessa forma, as demandas referentes principalmente àquelas mais evidentes de serem trabalhadas como agenda principal, no planejamento da política pública estadual.

Assim, conforme observamos nos dados de homicídios, podemos citar como indicadores a serem considerados primordiais na elaboração das políticas públicas, questões atreladas à urbanização, como o aumento da violência (compreendendo todas as tipologias) e mudança de perfil da criminalidade. Após o crescimento populacional desordenado, aumentou a quantidade de bairros longínquos, e a demanda por serviços públicos.

[...] responder à questão do crime como um problema público, remete-nos à discussão acerca das dimensões culturais e estruturais envolvidas. Isto implica necessariamente em atribuímos responsabilidade a quem cabe resolvê-lo: significa decidirmos quem é seu proprietário (Beato, 2013, p. 3).

No contexto de segurança pública no Brasil, Roraima tornou-se destaque nacional com maior índice de homicídios a cada 100 mil habitantes a partir de 2018, o que motivou pesquisa acerca das ações do Governo do Estado de Roraima

referente aos planejamentos pautados para repressão e prevenção da violência. Neste sentido, a presente pesquisa teve em vista compreender e analisar as Políticas Estadual de Segurança Pública do Governo do Estado de Roraima.

Em Roraima, podemos citar como indicadores a serem considerados primordiais na elaboração das políticas públicas, questões atreladas à urbanização, como o aumento da violência (compreendendo todas as tipologias) e mudança de perfil da criminalidade. Após o crescimento populacional desordenado, aumentou a quantidade de bairros longínquos, e a demanda por serviços públicos.

O Planejamento estratégico da Segurança Pública para o Estado de Roraima (SESP/RR), com vigência de 2013 a 2017, firma acordo entre os órgãos da SESP integradamente, reproduz as atribuições de cada das polícias, porém não possuía pautas ao longo prazo, sendo mais um planejamento para um governo. Neste não dispunha de políticas públicas preventivas.

A Lei 1355/2019, instituiu (FESP/RR), para fomentar as instituições que integram o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado, no que tange despesas administrativas; modernização; aparelhamento; reaparelhamento; capacitação dos servidores; melhoria da qualidade de vida e programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública; além de ações preventivas e repressivas em prol do combate à criminalidade.

A Lei n.º 1.357/2019, lançou o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social (SISPDS), a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESPDS), o Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Roraima (CONSESPDS). Outro avanço no planejamento estadual emana da lei 1.697/2022, que instituiu a Política sobre Drogas do Estado de Roraima, o Fundo Estadual Antidrogas, com objetivo de executar ações de prevenção, atenção, reabilitação e de repressão e combate ao tráfico de drogas lícitas.

Os projetos das Instituições que compõem a segurança pública estão modernizando suas práticas através dos recursos do FESP/RR, com aparelhos atualizados como notebooks, computador desktop, câmeras fotográficas de alta precisão, equipamentos de inteligência e contrainteligência.

Como resultado da pesquisa, foi possível verificar a existência do Plano Estadual de Segurança Pública, e efetiva funcionalidade do FESP/RR, na aquisição dos objetos elencados nos projetos das instituições que compõem a SESP/RR, como viaturas para a Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM) e Corpo de Bombeiros Militar

(CBM), além da entrega de equipamentos táticos como coletes balísticos, e pistolas para PC e PM. A Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC), entrega 400 pistolas e fuzis Taurus à Polícia Penal.

Como resultado positivo, deu-se em detrimento do aumento das rondas ostensivas da PM, com o projeto Polícia nas Ruas, todas as ocorrências são filmadas por câmeras das próprias viaturas, e o tempo de resposta é mais rápido, devido ao aumento da frota. Assim, houve a redução de 41% dos furtos, em 2021, e no ano de 2022, houve a diminuição de 34% nos índices de violência, maior redução nacionalmente.

A sociedade do pós-guerra sofreu um processo acelerado de transformações econômicas, políticas e culturais, e essas transformações se traduziram na fragmentação social e na importância crescente dada às atividades de lazer e de consumo como meios de definir novas identidades sociais, em particular a dos jovens (Zaluar, 2007, p. 4).

Considerando os dados da alta criminalidade envolvendo os jovens em Roraima, tanto como autores e como vítimas de homicídio, observamos a necessidade de atuação direta destes espaços planejados com políticas sociais, capazes de atuarem na educação e cultura dos espaços cujo jovem possua identificação.

Com o título Liberdade, Segurança e Paz, o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Segurança Pública, lançou o Plano de prevenção à criminalidade violenta. Voltado para a prevenção a violência, foi identificado lançamento pelo FESP/SESP/RR:

4. Propiciar investimento e custeio para as operações integradas de segurança pública com vistas à prevenção ou à repressão qualificada e à redução da criminalidade violenta e de enfrentamento ao crime organizado: [...] estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade àquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis;

Apesar da proposta lançada, não foram identificadas políticas públicas estaduais voltadas especificamente para jovens no combate à criminalidade.

Como resultados de pesquisa sobre jovem e vulnerabilidade na América Latina, Abramovay (2002), revelou que estes jovens sofrem da insuficiência do equipamento social e cultural, associados ao plano estrutural, e as violências

econômica e a moral ou simbólica, correspondidas, que o levam a vulnerabilidades pela desigualdade, as precárias condições de infraestrutura e a importância das atividades culturais, esportivas e de lazer, acredita que “uma das poucas opções de diversão que resta aos jovens é o futebol”.

Sobre projetos sociais bem-sucedidos para jovens em situação de vulnerabilidade social, devem elevar a autoestima a ponto de torná-lo como o protagonismo, sendo este, parte de um método de educação para a cidadania, para o que sua participação seja considerada por ele como posição de centralidade, sentindo-se valorizado enquanto cidadão participante do processo social.

5 PRODUTO DA PESQUISA

Este trabalho é composto por coleção de textos confeccionados por pesquisas realizadas durante os dois anos de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, na Universidade Estadual de Roraima, instituição em que tenho a satisfação de compor o corpo docente a dez anos, estando vinculada ao curso de Bacharelado em Segurança Pública.

Tenho trabalhado temas relacionados a violência desde a minha especialização em Segurança Pública pela UFRR em 2011, na qual pesquisei sobre a “Violência sexual contra meninas indígenas em Boa Vista”.

A temática foi observada como problemática em ambiente laboral, especificamente na delegacia da mulher, em episódio no qual a menina indígena fora tratado de forma distinta das demais vítimas não indígenas presentes durante o plantão de 24 horas, como operadora da segurança pública.

Surgiu a partir deste momento, questionamentos referente aos dados da criminalidade, e inicialmente observando a lógica das tratativas das vítimas indígenas dos crimes sexuais, vez que é necessário que os profissionais estejam preparados para o atendimento adequado e se possível com equipe multidisciplinar, sem distinção de qualquer característica fenotípica ou estereotipa.

Ingressei como mestranda no Programa em 2020, ano que se iniciou de forma muito difícil, por termos sido surpreendidos pela propagação do vírus da COVID-19, o que mudou o cotidiano da ambiente acadêmico, bem como as metodologias empregadas através da Resolução da Universidade Estadual de Roraima n° 01/2020, que regulamentou o regime acadêmico especial e a realização de atividades acadêmicas não presenciais durante o período de distanciamento social para a prevenção ao contágio da COVID-19.

Meu projeto de pesquisa para ser desenvolvido durante o mestrado foi delimitado da seguinte forma: “Análise do aumento da violência urbana e criminalidade: estudo de caso dos homicídios de jovens de 2009 a 2019 no Estado de Roraima”.

Todavia, conforme exposto, foram várias as dificuldades para a execução da pesquisa acadêmica em 2020. A possibilidade de ensino remoto foi definida no final do primeiro semestre, de modo que iniciamos as atividades a partir do segundo

semestre do ano de 2020.

O visando dar continuidade em propostas científicas, ensino remoto, então, se tornou uma realidade obrigatória para a continuidade dos estudos e abriu um universo de possibilidades para a participação em diversos eventos online, com a utilização das mais diversas plataformas em ambientes cibernéticos, por haver quarentena e necessidade de inclusão social.

Assim, diante dos entraves encontrados para a execução da pesquisa inicial e o meu interesse em participar dos congressos, seminários, e mais variados eventos que surgiam à distância, comecei a produzir diversos recortes de pesquisas, que estão atreladas com o tema que me propus inicialmente a discutir.

Dessa forma, diante da possibilidade de chamadas para participação em eventos na modalidade virtual, perpassando por etapas de submissão, aceites e adequações aos editais, os trabalhos foram aceitos para apresentação, participação e publicação,

Os assuntos tratados nas diferentes pesquisas, na forma de artigos científicos, capítulo de livro, resumos simples e expandidos, comunicação oral, e projeto extensionista; somam-se e complementam-se, por em seu teor versarem sobre diversos processos de violência que se interligam em alguns aspectos, como exemplo, o aumento nas mortes violentas no estado de Roraima, a violência urbana e feminicídios, o envolvimento de jovens com a criminalidade, e as consequências da imigração venezuelana para o aumento da demanda no serviço básico de atendimento à população roraimense; são esses eixos de pesquisa que discuto ao longo deste trabalho.

Destaco, ainda, a importância da produção acadêmica para a avaliação que é realizada pela CAPES, que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação, criada com o objetivo de promover a expansão e a consolidação dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil.

Essas avaliações são realizadas a fim de que ela possa assegurar a qualidade desses programas. Para a coleta das informações do programa de pós-graduação stricto sensu, a CAPES utiliza a Plataforma Sucupira, criada também para auxiliar os pesquisadores na busca por informações relevantes dos cursos.

Na sua avaliação, a CAPES busca identificar o perfil do discente e sua produção intelectual, vinculada ao Programa, levando em consideração o volume de materiais que é produzido, como resumos, artigos científicos e as próprias

dissertações e teses elaboradas pelos alunos, e a participação em congressos expressivos na área também é contabilizada.

Avalia-se ainda, onde os materiais foram publicados e se eles estão sendo citados, ou seja, o impacto social dessas produções. O que se verifica é, se o programa está preocupado com a produção de conhecimento que possa beneficiar a própria sociedade, e se a instituição está fazendo diferença para esta sociedade.

De modo que, concluo as referidas considerações sobre a atuação da CAPES, afirmando a relevância destas pesquisas, em que consta a produção intelectual, que dê certo contribui, como foi citado, para a manutenção do fluxo de produção científica do Programa, necessário para uma boa avaliação deste, principalmente por estas publicações versarem tanto de caráter nacional, como internacional, em prestigiadas Universidades como: *University of Public Service, Hungary e Universidad de Salamanca na Espanha.*

Assim, o objetivo principal deste trabalho, é apresentar os resultados das pesquisas científicas construídas e publicadas ao longo dos dois anos de atividades no Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania na UERR.

A fim de demonstrar a relevância das produções intelectuais dos discentes/docentes para a valorização do Programa, e para a expansão do conhecimento sobre as problemáticas locais de Roraima, assim como dos modelos de intervenção na segurança pública que vêm sendo realizados no estado.

A metodologia utilizada para a produção deste, é a descritiva, na qual relato como foi realizado todo o processo de produção, submissão, aceite, apresentação e posterior publicação de cada pesquisa, ao longo de todo o trabalho.

As produções estão intercaladas entre o relato descritivo da pesquisa, seguida do seu texto na íntegra, conforme esta foi publicada, incluindo padrões de escrita e formatação que foram exigidas pelos eventos de forma diversa, tendo em vista o modelo definido por cada comissão organizadora.

Quanto à metodologia utilizada em cada pesquisa descrita, ambas estão dispostas na íntegra do texto, e foram escolhidas de acordo com as possibilidades de acesso aos dados.

Sendo em sua grande maioria, de cunho bibliográfico e documental, baseado na análise estatística e discursiva de autores que abordam as temáticas sobre violência apresentadas em cada produção.

Como exposto anteriormente, os textos foram construídos entre os anos de 2020-2021, período em que devido a pandemia da COVID-19 estávamos em isolamento social, com dificuldades de aplicar metodologias de campo, o que permitiu assim, que as pesquisas de natureza bibliográfica, documental (quando fosse possível o acesso aos documentos), e descritiva, fossem uma alternativa para o desenvolvimento do trabalho de conclusão no mestrado.

Dentre os produtos desenvolvidos durante o mestrado foram produzidas apresentadas pesquisas como o projeto de extensão, três artigos, um capítulo de livro, dois resumos expandidos, dois resumos simples, e uma comunicação oral. Que formam nove capítulos/tópicos deste trabalho. Todas as pesquisas encontram-se publicadas e o link para acesso a ambas, está disposto no relato descritivo que é realizado sobre cada uma destas.

A participação no evento teve início com a descrição do Projeto de Extensão: I Seminário de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, que foi elaborado inicialmente para ser o II Congresso de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, ocorrido pela primeira vez em 2019.

Todavia, a nomenclatura do evento para sua execução foi alterada, pois se optou pela realização em apenas um dia, em uma noite de debates sobre os temas que foram propostos no planejamento do projeto.

Nesse sentido, participei na elaboração e organização deste projeto que ocorreu no dia 12 de outubro de 2020, de forma remota, contando com a participação da comunidade acadêmica do Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSDHC) da UERR, tendo o objetivo de utilizar o espaço cibernético como forma de incentivar o debate e a integração do corpo docente e discente, possibilitando a divulgação das pesquisas desenvolvidas na área de Segurança Pública, disponível no canal do Youtube - Observatório de Segurança Pública em Roraima.

Neste evento, tive a incumbência de coordenar a mesa redonda com a diretora do observatório dos Direitos Humanos do Instituto Centro de Estudios para América Latina (CASLA), a advogada Tamara Suju, exilada da venezuelana, recepcionada inicialmente na República Checa, atualmente vive na Espanha.

Está palestrante internacional atua na defesa dos COMPARATOS na Venezuela, e explanou acerca da violência e criminalidade neste país, de forma institucionalizada.

Em âmbito internacional, houve participação na Conferência Internacional América do Sul, Sul da Europa, organizado pela Universidade da Hungria, sendo publicado em inglês pela Editora Ludovika, com o título *Criminality and armed groups in the international and legal amazon* (Criminalidade e grupos armados na Amazônia Internacional e Legal), fala da presença de grupos armados na Amazônia Legal.

Ainda no formato artigo científico completo, a participação inicial ocorreu no evento do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), o Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais (CPCRIM) 2020, com o título *O Lúdico é matar: homicídio de jovens no estado de Roraima em 2018*, considerado o evento mais importante da América Latina no que tange criminologia, através de debates e publicações entre a academia poder público e sociedade civil, contribuem com o desenvolvimento e disseminação das ciências criminais, é reconhecida nacional e internacionalmente.

No mesmo sentido, em contexto nacional o artigo *Aspectos da criminalidade no estado de Roraima e políticas de segurança pública*, foi apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos e Defesa (ENABED), organizado pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), realizado em setembro de 2021.

Podemos observar que ambos os artigos possuem em comum a tratativa sobre o aumento de mortes violentas em Roraima, com análise dos dados estatísticos inicialmente dos homicídios entre jovens, e outros indicativos como furto, roubo e mortes violentas intencionais, que estão atreladas a fatores multifacetados que são apresentados de forma esclarecedora em cada artigo, com destaque para dados relevantes divulgados no teor destas produções.

Em seguida, foi apresentado no XIII Seminário Brasil-Canadá de Estudos Comparados, promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana no estado da Bahia em parceria com a Université de Lomé (Togo). Foi um dos primeiros eventos de participação à distância no ano de 2020.

Este capítulo está no formato de ebook intitulado: *Aplicabilidade da Lei 11.340/2006 "Maria da Penha" aos casos de Stalking análogos à violência psicológica contra as mulheres*, foi produzido em coautoria com a professora Me. Gilmara Pinheiro de Andrade, egressa deste mestrado, e com o professor Dr. Cláudio Travassos Delicato, docente do Programa.

E assim como em outras pesquisas aqui apresentadas, tratam sobre a

violência e feminicídios que tem atingindo as mulheres no Brasil, repercutindo sobre os novos dispositivos legais que vem sendo tipificados no ordenamento jurídico penal, para o enfrentamento da elevação destes casos, como o tratado nesse texto, a prática do stalking, conduta presente no código penal, art.147-A, desde 31 de março de 2021, pela Lei nº 14.132, criminalização esta que é posterior a essa discussão, que realizamos na presente pesquisa.

Pela editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) foram publicados os resumos expandidos, no livro “Políticas Públicas – Agendas em tempos de crise” no ano de 2020. São eles: Análise das mortes violentas no estado de Roraima e políticas de segurança pública; e Violência doméstica e as políticas públicas para mulheres rurais no estado de Roraima.

Ambos os trabalhos suscitam a problemática da falta de efetivação das políticas públicas de longo prazo no estado de Roraima, e buscam demonstrar que ações isoladas desenvolvidas na forma de uma política de governo a curto prazo e de caráter eleitoral, não são suficientes e comprometidas com o objetivo fim que deve ser uma política pública em sua essência e conceito. A partir destes apontamentos que as duas pesquisas foram construídas, focalizando realidades muito presentes na sociedade roraimense.

A participação no 9º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito “Não-humanos e desumanos” da Universidade Federal Fluminense (UFF), com o título “Aspectos relevantes da Defensoria Pública do estado de Roraima no combate e prevenção a violência doméstica contra a mulher venezuelana em Boa Vista”.

Ainda oriundo deste evento, outros dois resumos, estes agora no formato simples compõem este trabalho, publicado no Caderno de Resumos do evento ocorrido entre os dias 03 a 05 de novembro de 2020, e também analisa como outras pesquisas citadas anteriormente, os casos de violência doméstica contra mulheres em nosso estado, propõe a discussão sobre o amparo a essas vítimas, e de forma mais específica aponta dados sobre a procura pelos serviços da Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPERR), por mulheres de nacionalidade venezuelana, que residem ou estão em deslocamento na cidade.

O resumo simples foi apresentado no 21º *Congresso de Stress da International Stress Management Association (ISMA-BR)*, 23º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, 13º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e 13º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público

- Programa Unificado Online.

O título “Análise do stress dos servidores da delegacia de Pacaraima/RR: impactos da imigração desenfreada e aumento da criminalidade urbana”, também discute os impactos da imigração venezuelana para Roraima, no serviço público, e como as instituições estão tendo que se adequar e ampliar seu atendimento para essa demanda que cresce a cada dia.

Nesse sentido, o enfoque principal desta pesquisa, é evidenciar como os servidores públicos da segurança têm sofrido consequências em sua qualidade de vida e saúde mental, devido ao stress vivido por estes, quanto a sobrecarga de trabalho ocasionada pelo pouco efetivo de profissionais para atender a população de forma geral.

Assim, pretende refletir, de que forma problemas como este podem ser sanados, sem deixar de ofertar os serviços essenciais para todos que procuram os órgãos de segurança do estado.

Na sequência, o primeiro evento de participação online foi pela *Universidad de Salamanca*, na Espanha, através do III Congresso Internacional - Políticas públicas em defesa da inclusão, diversidade e gênero, com o tema “*Migraciones y Derechos Humanos*”, na modalidade *resumo simples*, intitulado “*Analisis de labienvenida humanitaria de los niños inmigrantes venezolanos em el estado de Roraima: una acción conjunta entre el ejército de Brasil y Unicef (2020)*”.

Produzido em formato de comunicação oral por meio de um vídeo gravado e divulgado no evento. A pesquisa com eixo temático que também contemplou a crise humanitária venezuelana, problematizou a vulnerabilidade social vivenciada pelas crianças e adolescentes que vivem em situação de rua em Roraima.

Destacando a importância da atuação conjunta das diversas instituições governamentais e não-governamentais no acolhimento a esse público que chega ao estado.

Desta maneira minha participação científica neste Mestrado profissional, foi através das participações em eventos científicos, conforme descrições supramencionadas, além da elaboração e execução do projeto.

Dra. Tamara Suju (OEA/*Institute Casla*)

Desta maneira construiu-se este trabalho de relatório de pesquisas desenvolvidas durante o curso de mestrado. E que por meio desta organização elaborada como o produto de minha autoria, possibilita o acesso aos leitores, a uma sequência de produções que tratam de temas diversos, e que possuem eixos temáticos que discutem os problemas inerentes a segurança pública de Roraima sobre perspectivas teóricas e práticas distintas e complementares entre si.

Almeja-se ainda que esta compilação venha a ser publicada em formato de um livro, para socialização dos debates realizados aqui, expandindo cada vez mais o conhecimento científico produzido por nós mestrandos neste programa de pós-graduação que tenho a satisfação de poder está concluindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar a elevação dos índices de criminalidade no Estado de Roraima, na busca através dos dados estatísticos, em análise do FBSP, além disto, o estado perpassa por diversas modificações no cenário territorial e referente aos aspectos da criminalidade. Conforme os autores citados, os indicadores da violência tendem a crescer quando as condições mínimas não estão sendo ofertadas de maneira igualitária.

Segundo os autores citados, podemos observar que o processo de democratização de direitos no Brasil terão resultados quando houver mais investimento em planejamento como Plano Estadual de Segurança Pública, com inserção de políticas públicas sociais voltadas para integração dos jovens, e dos demais vulneráveis, e principalmente, no fortalecimento da rede de atendimento através de ações sociais que cooptem tanto para o profissionalismo educacional, como de forma lúdica e recreativa.

Geralmente ocorrida no ambiente intrafamiliar, os abusos sexuais também tiveram elevação com vítimas crianças e adolescentes, principalmente em 2021 e 2022, o que podemos atrelar ao fato do período pandêmico no qual a maioria dos indivíduos estava cumprindo quarentena nos seus domicílios, aumentando o contato entre os membros da família, ou aqueles que porventura representa confiança, ocasionando o aumento de vítimas.

Ressaltando ainda, que Roraima recebe diariamente muitos estrangeiros venezuelanos e que em grande maioria, as vítimas são daqueles país, não se sabendo especificamente os dados em decorrência da negativa ao tentar pesquisar por estes fragmentos, mas em diálogo na delegacia que atende as vítimas estes revelaram o aumento exponencial nesse quadro.

Quanto à violência estrutural deve ser pensado nos parâmetros das políticas de Segurança Pública a curto, médio e longo prazo, através de planejamento, elaboração e avaliação.

Assim, o jovem desta pesquisa é o indivíduo de classe média a baixa, com diversos comprometimentos, não escolhido proposital neste trabalho, mas por ser os jovens transgressores, chamados na década de 1990, de galeras e posteriormente a nomenclatura modificou por incorporar maior grupo com ramificações no contexto nacional e internacional, porém, nossas considerações sobre o envolvimento dos

jovens nestas facções criminais são meramente para servir como “soldados do tráfico” conforme pensamento de Balestreri (2010), são organizações delinquentiais que de forma desorganizada se reúnem em busca de novas oportunidades, aquisição de objetos de desejos e/ou ascensão social, ou para participar de novas experiências lúdicas como forma de interação interpessoal.

Referente à análise de dados criminais do Estado de Roraima foi possível observar que alguns dados atingiram maiores índices nacionais que corresponde aos dados de mulheres vítimas de violência em 2017 às Mortes violentas intencionais em 2018, podemos enfatizar que neste período houve certo descaso na área da Segurança Pública considerando a falta de prioridades de verbas destinadas para esta pasta e da inexistência do Plano Estadual de Segurança Pública, o que fez com que ocasiona questões deficitárias básicas como, por exemplo, os efetivos das corporações estavam defasados, havia apenas 05 viaturas para realizar rondas ostensivas para toda capital boavistense e descontrole do sistema prisional que ocasionou descontrole total e desfecho com 33 mortes em chacina.

Através dos dados dos homicídios envolvendo territorialidade, poder e violência estão relacionados à questão de segurança e meios para compreensão destes fenômenos atrelados à criminalidade violenta.

Destes, constatou-se que o grupo de vítimas de homicídios são os homens, negros, pobres, partindo desta informação, o seguinte capítulo investigou a existência de pesquisa voltada para a década de 1990, com a identificação de grupo de gangues ou galeras, com a semelhança de serem usuários de drogas.

Observamos um poder regular entre os jovens, formado por membros das facções que determina quanto a execução dos indivíduos que estão sob observação por alguma desobediência às regras do grupo ou por ser de outro grupo e por alguma rivalidade poderá ter sua vida ceifada.

Os indivíduos (ou no singular) que serão designados para “matar”, quando for submetido ao chamado “tribunal do crime”, deverá decapitar a cabeça se for cometido por membro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Desta forma se justifica os altos índices de mortes envolvendo jovens no estado de Roraima.

Tanto nas galeras como nas facções, observa-se características semelhantes entre si, peculiaridades com amizades anteriores ao pertencimento no grupo e ocupações nos mesmos espaços que vão desde caminhar nos logradouros, praças públicas, às execuções de membros de grupos rivais.

Portanto, consideramos que são grupos de jovens com objetivos semelhantes que através da utilização das drogas, tornam-se endividados com o fornecedor do produto, e assim como um mercado de troca, são designados a sanar seus débitos com execução de membros de grupos rivais, ou até de participante de seu mesmo grupo, que de alguma forma descumpriu alguma das regras consuetudinárias vigentes nos códigos das facções.

Para que se alcance o anseio dos jovens de forma mais saudável, é necessário políticas públicas sociais que aborda a construção de valores morais, que proporcionem lazer, cultura e esportes para que estes jovens consigam investir em novas oportunidades com formação profissionalizantes, e com segurança numa visibilidade por meios legais, e principalmente através dos estudos. O investimento na educação ainda é a melhor forma de sanar com a banalidade da violência entre jovens.

Referente a delinquência juvenil, pode-se observar que adolescentes e jovens devem ser capazes de atuarem na sociedade no qual pertence com espaços que o recepcione com novas perspectivas de vida, no âmbito profissional, cultural e de lazer.

Dessa forma, o estado deve envolver considerar na elaboração da sua agenda estadual de políticas públicas sociais, plano de curto, médio e longo prazo, por outro lado se vê abandono dos espaços de interação social como quadras esportivas e parques aquáticos, principalmente nos bairros mais longínquos e dificuldades de qualificação destes ao mercado de trabalho.

Porém, a realidade dos espaços públicos compostos por parques aquáticos, quadras esportivas, e a própria casa da cultura localizada no centro da cidade de Boa Vista, está sucateada, o que compromete o desenvolvimento do lúdico neste lugar, assim em muitos casos são cooptados por grupos de facções criminosas.

Os supramencionados planos nacionais servem como direcionamento para o contexto nacional, como reaparelhamento, capacitação, e o primordial, a mudança na ótica dos operadores de segurança pública, que deveriam desde a constituição de 1988, serem pautadas nas garantias dos direitos humanos, e desta forma as tratativas junto a sociedade, com mais humanidade e redução do tempo de resposta para as ocorrências policiais e principalmente, na redução da criminalidade.

Nesse sentido, Roraima necessita de políticas públicas capazes de influir neste processo de capacitação, qualificação dos jovens e que contemple suas atividades lúdicas, por outro lado na sua ausência destas ações afirmativas, vemos o

cenário de jovens envolvidos em crimes bárbaros, no qual ele mesmo é vítima de um sistema deficitário, onde o lúdico chega ao ponto de matar, numa lógica simbólica de representações sociais.

Por fim, observamos que os dados estatísticos acerca da criminalidade são resultados da falta de planejamento em diversas áreas como à questão da problemática social, a carência de recursos dos envolvidos e a má gestão até no ano de 2017, visto na falta do planejamento na segurança pública, com sucateamento do aparato fornecido aos operadores. No estopim de mortes violentas em 2018, foi verdadeira a soma da ausência de governo e dos conflitos territoriais entre facções rivais, o que causou a sensação de insegurança.

No último capítulo podemos observar que tanto a segurança pública a nível nacional como local, ainda perpassa no processo democrático de direitos, no qual a exclusividade da segurança pública sobrecarrega a Instituição que para que possa oferecer trabalho multidisciplinar, é necessário o envolvimento de forma integrada dos órgãos governamentais, pois em muitos casos apontados como demandas policiais, são na verdade conflitos sociais.

A importância do planejamento na segurança pública através do reaparelhamento, modernização e capacitação impactam positivamente os dados da criminalidade, conforme observado na redução de crimes violentos no ano de 2022 no estado de Roraima.

Porém, se enfatiza a necessidade de integração dos órgãos da própria instituição para o combate à criminalidade, compreendido como integração entre os órgãos de inteligência, através dos recursos tecnológicos, e das forças ostensivas que atendem as ocorrências.

Diante do exposto, podemos afirmar que a integração do plano de segurança pública dos estados, devem integrar-se com os demais planos das diversas pastas institucionais, para que ocorra a redução das problemáticas sociais, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, oportunizando maior sensação de bem-estar e de segurança, tendo esta temática como pauta de prioridade por parte do governo em seus planejamentos a curto, médio e longo prazo, e não de marketing de campanha.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ABRAMOVAY, M.; WAISSELFISZ, J. J.; ANDRADE, C. C.; RUA, M. G. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond, 1999.
- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano IV, n. 8, p. 84-135, jul./dez., 2002.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVAREZ, M. C. **A criminologia no Brasil ou Como tratar Desigualmente os Desiguais.** Dados. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002.
- AMORIM, C. **Comando Vermelho - a história do crime organizado.** Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARENDT, H. **Sobre a Violência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil.** São Paulo: Editora iglu, 2001.
- BALETRERI, R. B. Um novo paradigma de segurança pública. p. 57 a 67. *In:* COSTA, I. F.; BALESTRERI, R. B. (Orgs.). **Segurança no Brasil: um campo de desafios.** Salvador: EDUFBA, 2010. v. 120. 143p. disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/c46v3/pdf/costa-9788523212322.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BERGER, P. L.; LUCMAN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal. Parte Especial.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARA D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. *In:* ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços,

limites e desafios. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2011.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, R. L. Vidas perdidas e racismo no Brasil. **Publ. UEPG Ci. Soc. Apl.**, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2014.

CERQUEIRA, D., LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade**: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos. IPEA, 2002.

CHAUI, M. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

COMPARATO, F. K. **1936 - A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, I. F. **Polícia e Sociedade**: gestão de segurança pública e controle social. Salvador: UFBA, 2010.

DAHLBERG, L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.1 1, p. 1163-1178, 2007.

D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Implementação de Políticas públicas perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

DIAS, C. C. **PCC**: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, R. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. “Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas”. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos (Org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. Anuário brasileiro de segurança pública. Edição XIII. São Paulo, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias das violências na região amazônica** [fev. 2022]. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2022.

FRANCISCO, F. L. L. **Distribuição espacial da violência em Campinas**: uma análise por geoprocessamento. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21. p. 211-260, jun. 2000. Disponível em: file:///C:/Users/keitiane.guerreiro/Downloads/89-Texto%20do%20Artigo-474-1-10-20091014.pdf.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal: parte especial, volume II: introdução à teoria geral da parte especial: crimes contra a pessoa**. Niterói: Impetus, 2018.

GUERREIRO, K. C. Aspectos da Criminalidade no Estado de Roraima e Políticas de Segurança Pública. Anais do XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENCABE) , v. 1, p. 1-28, 2021.

HART, C. **Um preço muito alto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra - A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2018.

MARQUES, J. G. **Brincando de matar**. UFRR, 1998.

MINAYO, M.; ASSIS, S. (Orgs.). **Fala, galera: juventude, violência e cidadania**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINAYO. M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

OLIVEIRA, J. V. Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista–Roraima: a capital mais setentrional do Brasil. **Araraquara: Revista Cadernos de Campo**, n. 22 | p. 245-270, jan./jul. 2017.

OLIVEIRA, J. V.; COSTA, M. C. L. Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 1-18, maio/ago. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São. Paulo: Ática 1993.

ROCHA, G.; TOSTA, S. P. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntico Editora, 2009.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHECAIRA, S. S. **Criminologia**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, livro eletrônico. 2020.

SILVA, I. L. **Crime Organizado**: aspectos jurídicos e criminológicos. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1998.

SILVEIRA, A. A prevenção dos homicídios: desafio para a segurança pública. *In*: BEATO, C. (Org.). **Compreendendo e avaliando**: projetos de segurança pública. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SOARES, L. E. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **São Paulo: Revista Eletrônica da Universidade de São Paulo**, v. 21, n. 61, 2007.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p.75-96, 2003.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, 2006.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. outubro/2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-final-2010.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2019**: conjuntura da violência letal no Brasil. Brasília, 2019.

WERNER, G. C. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas**: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2009.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, 2007.

ZALUAR, A. Um debate disperso violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**. 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/YtDsTzWVBr8g3KRP5bCy3gs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ANEXO - PROJETO DE EXTENSÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

PROCOLO:
_____RECEBIDO EM:
____/____/____

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

PROJETO DE EXTENSÃO

Nº _____

TÍTULO DO PROJETO

II Congresso de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

Nome: **CLÁUDIO TRAVASSOS DELICATO/
EDGARD VINÍCIUS CACHO ZANETTE**Titulação: **Doutor**Curso: **Mestrado Profissional em Segurança
Pública, Direitos Humanos e Cidadania**Carga horária do projeto: **16 horas**

E-mail:

**claudiotravassosdelicato@bol.com.br/edgardzane
tte1@gmail.com**Fone para contato: **(95) 91238452**

Coordenação de Extensão:

BOA VISTA / 2020**Título:** II Congresso de Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos**Área do Conhecimento:** Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça	Código 3
Linha de Extensão: Temas Específicos	Código 3.2.49
Produto: Mesas Redondas e Comunicações em Gt's	
<p>Resumo: Este projeto visa propor um espaço de discussão no âmbito dos estudos interdisciplinares em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, por meio do qual os estudantes e professores possam interagir entre si e com pesquisadores de diferentes Programas e instituições de ensino superior, brasileiras e estrangeiras. Nessa interação, poderão comunicar suas pesquisas e o estágio em que se encontram em desenvolvimento, compartilhar conhecimentos sobre referências bibliográficas, revisão de literatura e referenciais teóricos, receber e incorporar críticas e sugestões etc. Utilizaremos ferramentas on-line de apresentação, como Google Meet, Instagram, Youtube, considerando o período de isolamento e proteção contra a epidemia da COVID-19.</p> <p>As várias atividades acadêmicas (conferências, mesas redondas, comunicações e bancas de exame de qualificação) pretendem auxiliar no aprofundamento do debate sobre segurança pública e direitos humanos dos pesquisadores que atuam no Curso de Mestrado Profissional, mostrando que a Universidade se preocupa tanto com a qualidade da formação de seus pós-graduandos, bem como da qualificação dos professores que atuam na pós-graduação.</p> <p>A principal metodologia a ser utilizada será a apresentação dos diversos temas de segurança pública e direitos humanos, tendo em conta a articulação entre teoria e prática, com vistas à aplicabilidade dos projetos e produtos confeccionados no âmbito do Programa.</p> <p>Diante da atual conjuntura de atividades na modalidade remota, e impossibilidade de realização de atividades presenciais, o evento pretende reunir pesquisadores da área da Segurança pública em âmbito nacional e internacional, a fim de debater as problemáticas atuais, bem como o impacto causado no período pandêmico, principalmente entre os mais vulneráveis, e especificamente a situação da violência institucional na Venezuela.</p> <p>Os resultados dos trabalhos aprovados visam a divulgação das pesquisas desenvolvidas por acadêmicos da graduação e pós-graduação, das ciências humanas e sociais, com intuito de estimular a pesquisa científica.</p>	
Curso: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania	
Local de Realização do Projeto: Página observatório segurança (Canal do YouTube)	
Tipo de Apoio: (X) Institucional (X) Financeiro (X) Logístico Especificação:	
Período de Realização	
Data de início: 10/12/2020. Data da finalização: 11/12/2020	

Dias da Semana: Quinta a sexta-feira horário: Integral	
Público-Alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação, além de professores e profissionais das áreas de segurança pública, direito, filosofia, ciências sociais, ciências ambientais, história etc.	
Projeto Integrado com outro curso: (X) SIM () NÃO Especificar: Resulta de atividades do Mestrado Profissional em Segurança Pública em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR	
Natureza da ação:	
Curso	Exposição
Minicurso	Visita Técnica
Congresso	Torneio esportivo
Conferência	Feira Técnica
Palestra	Congresso
Workshop	Fórum
Seminário	Prestação de serviço
Jornada	Sarau
Outros	
<p>Justificativa: A realização do evento se justifica pelas seguintes razões: 1) falta de eventos significativos nas áreas de Violência e Segurança Pública no Estado de Roraima; 2) oportunidade que os alunos do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR terão de entrar em contato com pesquisas e pesquisadores de outras instituições de ensino superior do Brasil e do estrangeiro; 3) possibilidade de participação de pesquisadores renomados, na qualidade de membros externos, em bancas de exame de qualificação e defesa de mestrado dos estudantes do Programa de Mestrado; 4) A importância de Debates entre alunos e professores para crescimento profissional e troca de experiências 5) pela necessidade de ter um espaço de socialização do conhecimento e de apresentação das pesquisas dos professores do referido Programa; e 6) internacionalização do Programa.; 7) Ter um Feedback entre pesquisadores sobre determinado tema e a importância desse canal aberto de comunicação; 8) Enfatizar a importância da motivação aos alunos em relação a publicação de artigos, no âmbito acadêmico; A situação-problema que originou a proposição do projeto, de certa forma, é mencionada nas razões enumeradas acima: a falta de um espaço para comunicação das pesquisas em andamento no Programa Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR. O evento pretende ofertar várias atividades acadêmicas onde o foco seja a participação proativa dos mestrandos do Programa. Utilizaremos ferramentas on-line de apresentação, como Google Meet, Instagram, Youtube, considerando o período de isolamento e proteção contra a epidemia da COVID-19.</p> <p><i>Explicitar as razões da realização do projeto; Situação – problema que originou a proposição do projeto; Delimitação da proposta básica de trabalho e possibilidade de operar mudanças frente à problemática descrita da comunidade; outros dados que julgar relevantes (ex. caracterização da comunidade, experiências anteriores, ou vínculo com a pesquisa etc.)</i></p>	
<ul style="list-style-type: none"> ● Objetivos: Criar um espaço on-line de debate e comunicação de pesquisa no âmbito do programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR; ● Incentivar a integração entre estudantes do mestrado e da graduação em segurança pública e em direito, com vistas a estimular nos graduandos o interesse pela pós-graduação; 	

- Possibilitar a integração interinstitucional, divulgando o curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR nacional e internacionalmente;
- Debater temas atuais pertinentes a Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania em tempos de pandemia;
- Colaborar para a consolidação da Universidade Estadual de Roraima através do cumprimento da sua missão, como propagadora de conhecimento;
- Inauguração do Projeto de Extensão Debates em Segurança Pública no canal do YouTube — Observatório de Segurança Pública em Roraima(observatório segurança), como ferramenta oficial de comunicação cibernética para o MPSPDHC.

Discriminar os objetivos gerais e específicos em termos de contribuição esperada para o desenvolvimento da comunidade, bem como retornos esperados ao aluno, ao ensino e à pesquisa; assegurar a coerência entre as instruções e a justificativa do projeto.

Metodologia/Procedimentos: A metodologia será empregue conforme a natureza e desempenho de cada uma das atividades propostas neste projeto. As atividades de conferência e comunicações em Grupos de Trabalho (GTs) serão desenvolvidas através da leitura e exposição do trabalho de cada autor, seguidas de discussão aberta a todos os ouvintes presentes. Os procedimentos para a realização do projeto serão os seguintes:

- 1) Obter a aprovação do projeto na Pró-reitoria de Extensão da UERR;
- 2) Convidar formalmente os professores participantes das conferências, minicursos e mesas redondas;
- 3) Preparar os folders e cartazes do evento, informando sobre as datas e links previstos para realização, assim como a divulgação em rádios, jornais, redes televisivas e redes sociais da internet;
- 4) Organizar e promover as mesas redondas e comunicações para os dias previstos no cronograma deste projeto;
- 5) Apresentar ao público interno e externo da UERR as datas-limite para inscrições de comunicações;
- 6) Realizar a avaliação das atividades;
- 7) Tabular os resultados da avaliação e divulgá-los nos relatórios parciais, por atividade, e no relatório final;
- 8) Providenciar a certificação dos participantes inscritos: professores convidados (certificados de apresentação), alunos com comunicação (certificados de apresentação) comissão organizadora (certificados de organização do evento) e público com registo de assiduidade (com presença de no mínimo 75% no total de cada atividade);
- 9) Organizar as publicações e produtos gerados;
- 10) Disponibilizar gravação do evento na página do YouTube observatoriosegurancarr

Descrever detalhadamente as atividades a serem desenvolvidas para execução do projeto.

Processo de Avaliação: Elaboração de formulário de avaliação on-line a ser submetido aos alunos e professores do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR, ao término do evento.

Instrumentos e critérios de avaliação e controle do desenvolvimento da ação proposta; como se avalia o nível de consecução dos objetivos propostos.

Revisão Bibliográfica: Não se aplica.

Corpo teórico relativo ao trabalho proposto: base teórica que fundamenta o projeto, referencial bibliográfico (Fundamentação científica, conforme normas da ABNT)

Docente: (nome completo sem abreviatura)	Curso	Função
--	--------------	---------------

Edgard Vinícius Cacho Zanette	MPSPDHC	Coordenador do Evento		
Carlos Alberto Borges da Silva	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Emanoel Maciel da Silva Ramiro	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Fernando César Costa Xavier	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Regys Odlare Lima De Freitas	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Erick Cavalcanti Linhares Lima	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Isabela Coutinho Costa	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Leila Chagas de Souza Costa	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Cláudio Travassos Delicato	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Edson Damas da Silveira	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Serguei Ayli Franco de Camargo	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Rildo Dias da Silva	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Paulo Eduardo Barni	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Vinícius Denardin Cardoso	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Josias Ferreira da Silva	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Maristela Bortolon de Matos	MPSPDHC	Comissão Organizadora		
Edson Marcos Leal Soares Ramos	PPGSP/UFPA	Comissão Científica		
Humberto Ribeiro Júnior	PPGSP/UVV	Comissão Científica		
Leonardo Naves dos Reis	PPGSP/UEA	Comissão Científica		
Silvia dos Santos de Almeida	PPGSP/UFPA	Comissão Científica		
Ivone Freire Costa	PPGSP/UFBA	Comissão Científica		
Cleber Batalha Franklin	UFRR	Comissão Científica		
Márcia Cristina Frank Monteiro	UERR	Comissão Técnica		
Discentes: (nome completo sem abreviatura)				
	Curso	Nº. de Matrícula	Semestre	Quant
Gilmara Pinheiro de Andrade	MPSPDHC	19974071		
Ketiane da Costa Guerreiro	MPSPDHC	20272738	2º	
Participantes da Comunidade Externa: (Nome completo sem abreviatura, das pessoas envolvidas no projeto: parceiros, apoiadores etc.)			Instituição	
Tamara Suju			Instituto Casla/OEA	
Disseminação dos Resultados:				
Os resultados serão disponibilizados na página do Youtube observatoriosegurancarr, assim como todas as etapas do evento, desde sua abertura, debates, grupos de trabalho e encerramento, pretendem ser disponibilizadas por este canal cibernético. Os resumos serão disponibilizados no anal do Evento, na modalidade digital, na página do				

Evento.	
<i>Descrever as possibilidades de disseminação dos resultados obtidos durante a realização do projeto. (participação em Eventos, Mídias Televisivas, Congressos, Publicações de artigos, livros, revistas, jornais etc.)</i>	
PROGRAMAÇÃO NA MODALIDADE REMOTA	
Página do Evento - Canal Youtube: observatóriosegurancarr	
10/12/2020 (quinta-feira)	
Manhã	
08:00 – 08:30	Conferência do Credenciamento on-line e ingresso nos ambientes
08:30 – 10:00	Palestra: a definir
10:00 - 12:00	Grupos de Trabalho (FGTS) Coordenadores: Acadêmicos do MPSPDHC – Linha de Pesquisa/Eixo Temático
Noite	
18:00 – 18:30	Abertura Oficial do Evento e Lançamento de Livros do MPSPDHC e UERR
18:30 – 20:00	Mesa Redonda: Violência Institucional na Venezuela Dra Tamara Suju (OEA/InstituteCasla) Dr. Fernando Xavier (UERR)
20:00 – 22:00	Grupos de Trabalho (GT's) Coordenadores: Acadêmicos do MPSPDHC – Linha de Pesquisa/Eixo Temático
11/12/2020	
(Sexta-feira)	
14:00 – 18:00	Grupos de Trabalho (GTs) Coordenadores: Acadêmicos do MPSPDHC – Linha de Pesquisa/Eixo Temático
(Sexta-feira)	Noite
18:00 – 19:30	Mesa Redonda: Violência intrafamiliar em tempos de pandemia Dr. Claudio Travassos Delicatto (UERR) Esp. Gilmara Pinheiro de Andrade (UERR)
19:30 – 22:00	Grupos de Trabalho (GTs) Coordenadores: Acadêmicos do MPSPDHC – Linha de Pesquisa/Eixo Temático
Total de horas certificadas em todas as atividades: 16 horas	
Após o evento, a Coordenação encaminhará o relatório final à Pró-reitoria, com a lista dos participantes e a frequência. Os certificados serão enviados por e-mail em até 90 dias após o encaminhamento do relatório final do evento encaminhado à Pró-reitoria Responsável.	
<i>Atividades a serem realizadas durante o projeto (apresentar detalhadamente em tópico ou tabela – o mês e a atividade a ser realizada)</i>	
Contribuições Esperadas/Metas: O projeto espera contribuir com o aprimoramento da qualidade, inclusive para fins de avaliação junto à CAPES, do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR.	

Estima-se um público médio de 200 pessoas por dia no evento, tendo em vista a qualidade dos apresentadores e a chamada de resumos para apresentação oral. Quanto à utilização permanente posterior da página observatiosegurancarr, será para disponibilizar, divulgar atividades, pesquisas, trabalhos de conclusão de cursos; história oral; entrevistas e/ou qualquer atividade desenvolvida no MPSPDHC, poderá ser publicado desde que cumpra os princípios éticos, na rede social You Tube. Através da página interativa será possível interação na temática segurança pública com abordagens científicas e atualidades no âmbito local e nacional. Com público-alvo variado desde o corpo docente, discente como estudantes afins e de outras instituições

Explicitar o que se pretende alcançar com o projeto e o benefício da realização dele (nº. de pessoas a serem beneficiadas com o projeto (estimativa); nº. de alunos envolvidos no projeto; nº. de atividades que podem emergir do projeto (palestras, eventos, produção técnica, artístico-cultural) em forma de tópicos.

RECURSOS			
A) Humanos:			
Carga Horária: (preencher o quadro abaixo caso o professor possua c/h para o desenvolvimento do projeto ou para pretensão de c/h)			
nº de horas semanais			

B) Materiais de Consumo:				
Prioridade	Quantidade	Especificação dos Materiais	Valor Unitário	Valor Total
		Certificados expedidos aos participantes		

Materiais de apoio, certificados para os acadêmicos envolvidos etc.

C) Materiais de Divulgação:				
Prioridade	Quantidade	Especificação dos Materiais	Valor Unitário	Valor Total
	-----	Divulgação no site da UERR	-----	
		Divulgação na página Observatório de Segurança Pública		

D) Equipamentos e Materiais Disponíveis	
Quantidade	Especificação
---	-----
Estrutura física necessária	
	Localização (Bloco)
	EVENTO ON-LINE

<p>Plano de Trabalho: O evento contará com participação do grupo docente, discentes do curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR, e demais instituições que abordem temáticas de pesquisa pertinentes ao, estudantes do bacharelado em Segurança Pública da UERR, acadêmicos de diversas áreas por ser multidisciplinar e comunidade em geral.</p>	
<p><i>Informar as atividades a serem executadas: pelo(s) docente(s) e acadêmico. As atividades propostas no plano de trabalho são indicativas para a emissão de certificado de extensão para o aluno, portanto, as atividades devem ser claras, pontuais e específicas.</i></p>	
<p>Boa Vista-RR, 10 de novembro de 2020.</p>	
<p>Assinatura do Docente Responsável pelo Projeto</p>	
<p>PARECERES</p>	
<p>Coordenação de Área ou de Curso:</p>	<p>DATA: / /</p>
<p> </p>	
<p> </p>	
<p>Pró-reitoria de Extensão e Cultura:</p>	<p>DATA: / /</p>
<p> </p>	
<p> </p>	
<p>Reitoria:</p>	<p>DATA: / /</p>
<p> </p>	
<p> </p>	
<p>CONUNI:</p>	<p>DATA: / /</p>
<p> </p>	
<p> </p>	
<p>Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças</p>	<p>DATA: / /</p>
<p> </p>	
<p> </p>	
<p>() DEFERIDO () INDEFERIDO</p>	<p>Assinatura</p>

APÊNDICES

1. PROJETO DE EXTENSÃO- UERR

O I Seminário sobre Defesa Social, Sustentabilidade e Direitos Humanos, ocorreu no dia 12 de outubro de 2020, de forma virtual pela plataforma Google Meet, está disponível para acesso por meio do link: https://drive.google.com/file/d/1pOpjO0ia4Gfz18UCiu_yN1uSQ7qX00On/view. Realizado como uma noite de debates, tendo a duração de 3 horas, o evento permitiu a socialização das pesquisas produzidas pelos mestrandos do Programa de MPSPDHC da UERR, e contou com a participação dos docentes, e público externo que prestigiou a programação.

Considerando o momento pandêmico, e devido a necessidade de distanciamento social provocado pela pandemia da COVID-19, impossibilitando ser realizado de forma presencial, o projeto foi pensado para permitir que houvesse a continuidade das atividades do Programa, sem prejudicar os estudantes que estavam em andamento no mestrado, assim como os ingressantes que não puderem iniciar as aulas no primeiro semestre de 2020.

O evento foi coordenado pelos doutores Edgard Vinícius Cacho Zanette e Cláudio Travassos Delicato, e a elaboração do projeto para apreciação à PROEC (Pró-reitoria de Extensão e Cultura), ficou ao meu encargo enquanto discente coordenadora da noite de debates. Foi possível organizar a programação elencando temas que estavam em enfoque, principalmente pelo contexto de isolamento social no período da realização do evento.

Abertura do Evento com o Coordenador do MPSPDHC



Dr. Edgard Vinícius Cacho Zanette (min.0:01)

A abertura do evento foi realizada pelos doutores coordenadores, com fala inicial do coordenador do mestrado Dr. Edgard Zanette, no qual foi abordada inicialmente a participação multidisciplinar dos acadêmicos, e posteriormente apresentado as mesas redondas, temáticas e palestrantes. O prof. Dr. Cláudio Travassos na condição de docente e vice-reitor também fez parte da

abertura do evento, e, inicialmente abordou a importância do Programa de Mestrado e como este tem obtido êxito com resultados positivos por meio dos produtos produzidos pelos mestrados (as), que por ser mestrado profissional. Em seguida o professor Zanette enfatiza o convite aos acadêmicos dos cursos de graduação em Segurança Pública, Ciências da Computação, Serviço Social e Filosofia. Confirma a participação do servidor Cláudio representando a doutora Isabela Coutinho Costa sobre a apresentação da editora UERR, como facilitadora e parceira das pesquisas científicas realizadas principalmente na instituição. Afirma ainda a submissão da proposta ao edital do Ministério da Justiça para construção do Programa como posterior Doutorado em Segurança Pública, sem precedentes ainda no Brasil.

Diante das exposições é dado início a palestra com o professor Cláudio Travassos, abordando o tema: “**Violência intrafamiliar em tempos de pandemia**”, que foi algo que teve uma crescente no ambiente familiar durante este período, assim este faz considerações sobre esta problemática envolvendo principalmente pessoas com vulnerabilidade como deficientes, crianças, idosos e mulheres, que possivelmente se tornam mais limitadas no que tange a tomada de iniciativa para denunciar as violências vivências tornando-se vítimas potencializadas, dificultando o levantamento dos estatísticos.

As mudanças de comportamento no período da pandemia influenciaram nos casos de violência familiar, e falando de um aspecto conceitual é necessário que se compreenda as diferenças entre os públicos que são vítimas de violência no ambiente familiar e doméstico. Pois, envolvem não somente mulheres, mas crianças e adolescentes, assim como idosos e pessoas com deficiência. É importante frisar que as diferenças conceituais influenciam no desenvolvimento de uma pesquisa, pois é necessário que esteja bem delimitado o seu público/objeto de estudo para uma boa análise dos resultados.

Docente do Programa de MPSPDHC



Dr. Cláudio Travassos Delicato – Vice-reitor da UERR (mín.10:40)

No que se refere aos dados sobre a ocorrência destes casos, o professor pontua que há ausência destes em Boa Vista, quando se busca por tais informações, o que dificulta uma análise

mais detalhada sobre o assunto. Em se tratando da violência doméstica contra as mulheres, mais específico no período de isolamento social devido a pandemia, foi percebido um aumento dos casos.

Todavia este aumento foi noticiado de forma extraoficial, sem dados muito concretos tendo em vista o curto espaço de tempo para se verificar estas notificações oficiais realizadas nas instituições de segurança pública. Mas o que se demonstrou foi que esta situação de isolamento se tornou propício para a ocorrência destes casos, assim como a violência contra crianças e adolescentes, e demais públicos anteriormente citados, devido ao tempo maior que estes estiveram em casa com os agressores.

Quanto a terminologia violência intrafamiliar, o palestrante afirma que na maioria das vezes é confundido com questões de violência de gênero, considerando a maioria das pesquisas publicadas no contexto geral, dificilmente existe relato acerca da violência contra deficiente, idoso e criança dentro deste contexto, além do fato do conceito de violência ser bastante abrangente, não limitando-se apenas na violência física.

O professor menciona que a maioria das pesquisas e publicações do Programa tem como objeto de estudo a violência doméstica contra mulheres, e que é necessário ampliar os olhares dos pesquisadores para os demais públicos, dando um enfoque maior para a violência intrafamiliar. Vê-se que a terminologia de violência doméstica é amplamente mencionada pela militância, suprimindo o termo intrafamiliar, e que se apresenta em outras abordagens como é a violência de gênero. Portanto, em se tratando desta forma de violência que ocorre no espaço do lar, e envolve pessoas da família, é importante que sejam observados ainda os marcadores sociais, estes que possuem influência significativa quando da análise dos casos ocorridos.

Apresentação e Mediação da Palestra da Dra. Tamara Suju



Realizada pela mediadora Ketiane Guerreiro (min.53:34)

A temática Segurança Pública é muito abrangente, multidisciplinar e transdisciplinar, principalmente no Estado de Roraima pela localização geográfica no qual faz fronteira com dois países vizinhos, de modo que foi uma grande satisfação ter a doutora Tamara Suju que é membro do Instituto Casla neste evento, a qual ministrou sobre: **“A Violência Institucional na Venezuela”**.

Nesse sentido a palestrante foi convidada a contar um pouco de sua história e o que passou em seu país, que apesar de se conhecer a situação da Venezuela, precisamos ouvir sobre a sua luta em defesa dos Direitos Humanos.

Palestrante Internacional convidada para o Evento



Tamara Suju - Diretora Executiva do Instituto CASLA (min.55:40)

Mediadora Ketiane Guerreiro- Ahora muchas gracias por estar junto, lo conozco.

Tamara Suju- Ah bueno, buenas noches gracias. Gracias Ketiane por la invitación de la Universidad Estatal de Roraima. Este primero quisiera decir que yo no soy parte de la organización de Estados Americanos, yo trabajo conjuntamente con el resto de Estados Americanos como Instituto Casla una ONG. Con sede en República Checa, que tiene un acuerdo con la Secretaría general de la OEA para la determinación de crímenes contra la humanidad en su determinación. Eh quiero explicar un poco que soy abogada venezolana, penalista, especialista en derechos humanos, trabajo y trabajaré duro. Mucho tiempo en la defensa de Derechos Humanos. Esta misión en Venezuela, primero fue a trabajar en las cárceles. En donde como una ONG ayudaba a las personas encarceladas a superarse como persona y a salir de las cárceles mejor persona de de. Solo. ¿Tratar de de algún modo de que salieran con algún oficio? Alguna cosa que lo hiciera ser mejor persona y luego en la cuando llegue. Cuando llegó Hugo Chávez. Este y me llegaron los primeros casos de violaciones de Derechos Humanos porque las violaciones de Derechos Humanos en Venezuela por motivos políticos en el régimen de Chávez llegó desde el primer año que estuvo mandando, no es que eso sea nuevo. ¿Qué ha sucedido en Venezuela? Es nuevo lo que está sucediendo en Venezuela hace 20 años. Incluso para los estudiantes y para los que nos están escuchando la primera persona perseguida y exiliada venezolana. Dueños de un diario llamado Larraz. Que se tuvo que ir en el primer año por ser perseguido político. No. Este yo me dediqué a. A visitar en las cárceles a los presos políticos desde el año 2002 que desde el año 2002 en Venezuela hay presos políticos. Y a mí lo que me llamó la atención como defensora de Derechos Humanos eran las torturas a las que eran sometidos. Político. Primero perseguidos del chavismo. Eran militares eran compañeros de Chávez, incluso compañeros de promoción y esto me llamó mucho la atención porque las torturas. Entonces este. Denuncié este yo

recopila esos testimonios de torturas de personas encarceladas por motivos políticos y lo enviaba a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y lo enviaba a las relatores distintas. Mira que se dedican a la tortura, la detención arbitraria. Y, además lo denunciaba en las instancias nacionales Venezuela es decir, la defensoría, y en la Fiscalía de Derechos Humanos en Venezuela. ¿Esto motivó a que en el año 2005 sabés en? Cadena nacional, perdón Chávez no Nicolás Maduro y Cilia Flores, la pareja presidencial en el año 2000. Maduro era el presidente de la asamblea. Y Cilia Flores era la vicepresidente de la asamblea. En la cadena nacional de televisión, me acusaron de traición a la patria, que es el máximo delito político por el cual se puede acusar en Venezuela a una persona. Este derecho de 30 años de prisión y ellos argumentaron que yo mal ponía al régimen venezolano en las instancias internacionales. Que lo acusaba de que estaba ejecutando torturas en Venezuela. Este más adelante a mí estas acusaciones en mí contra lo que provocaba era que yo siguiera adelante, no es decir a mí lo que sucede en Venezuela, la indignación es la que mueve parte del trabajo que yo hago es que yo ejecuté porque no se puede permitir hoy en el siglo 21, con tantas organizaciones regionales. Universales de protección. Pasaron los años, la Asamblea Nacional, la Fiscalía, el presidente, etcétera me acusaron de rebelión. A la rebelión de conspiración, sobre todo judicializando el trabajo de los abogados, porque para ellos los abogados defensores de Derechos Humanos. Son este, por supuesto, un obstáculo para ellos a ejecutarlo que ha sucedido en Venezuela no es lo que hasta el día de hoy. Mientras tanto, en todo ese lapso las instituciones venezolanas fueron cooptadas por el régimen, las instituciones judiciales del Ministerio público, la defensoría del sistema judicial, los tribunales, los jueces este fueron cooptados para hacer herramientas de represión en Venezuela. La Fuerza Armada nacional también fue contratada para que fuera también la herramienta de represión de Chávez y de Maduro y se logra cómo se cómo se utiliza. Logra secuestrar a las instituciones para llegar hoy. Ese es mi mi vivencia personal. Y bueno. Los crímenes en Venezuela, la violencia institucional. Hacia las personas que ejecutan, por supuesto, el estado que ejecutan los funcionarios del Estado. ¿Está encabezada por el presidente Nicolás Maduro, está inducida por el presidente? La cabeza de la de la. Lo la institución a la ejerce el presidente. Y su estructura ejecutiva. ¿Eh ellos ministros? Y los fiscales, el sistema judicial, la Fuerza Armada, los organismos de inteligencia. Y los convierten en quizás. Los peores crímenes que que la mente humana puede imaginar. Por eso, la Corte Penal Internacional anunció hace 15 días que considera que ha conseguido. Que los creeps denunciados son lo suficientemente están lo suficientemente probados de que. Puede ser competencia de la corte y por lo menos y por eso avanzamos al examen preliminar fase 3, no es decir, la corte mismadicho. Que hacen los crímenes e denuncias que pueden ser competencia de la. La Secretaría general de la OEA producen informe. Mira hacen un trabajo para determinar dichos crímenes. Y al finalizar ese informe en un panel de expertos expertos en derechos humanos determinó que en Venezuela estaba ocurriendo crímenes de lesa humanidad. La oficina de la alta comisionada de Derechos Humanos en el anterior alto comisionado, y él, la nueva alta comisionada determinan en sus informes que en Venezuela está sucediendo crimen. La comisión independiente creada en las Naciones. Para quisiera un trabajo de investigación, publicó su informe diciendo que en Venezuela. Los crímenes de lesa humanidad más atroces. Son los asesinatos de manifestantes. Jóvenes estudiantes y personas

que estaban manifestando en las calles por sus derechos son las ejecuciones forzadas en las ejecuciones extrajudiciales. Perdón de los manifestantes. Que son ubicadas por los organismos de seguridad del Estado y los van a buscar a su casa cuando terminan las. Los mandan los matando delante de su familia. Son las detenciones arbitrarias de los manifestantes las detenciones arbitrarias de líderes políticos de parlamentarios y son encarcelados y además son llevados a juicios en tribunales militares, civiles juzgados en tribunales militares encerrados en cárceles militares. Son las torturas que es la especialización. Mi denuncia en especial es la violencia sexual, es la desaparición forzada temporal. Entre las torturas que el Instituto ha conseguido en más de 630 testimonios directos de víctimas en cuatro años para ir mes a mes al periodo de Nicolás Maduro. Eh hay torturas atroces que no le puedo comentar. Que hay, por ejemplo. Eh. ¿Golpes o puntapiés en todo el cuerpo durante todo el tiempo que son torturados produciendo, eh? Incluso fracturas de miembros produciendo deformaciones en el rostro, produciendo rotura de costillas. Este ahí asfixias con bolsas plásticas llenas de gases tóxicos, asfixias con bolsas llenas de excremento de las víctimas. Ahí descargas eléctricas en todo el cuerpo, descargas eléctricas en los codos, en el cuello, en los órganos genitales, en los pies utilizan metales para que la tortura de la del choque eléctrico cause más dolor. Por ejemplo, le meten agujas entre las uñas y les ponen los cables de electricidad. Hay colgamientos de personas que son colgadas en una polea o en una viga. Brazos atrás con los brazos adelante. Guiarlos este para hacerle descargas eléctricas también para ahogarlos, para oficiar los ahogamientos de personas en una base de agua, ahogamientos de personas, cómo objetos en la cara mojados con toallas mojadas este desprendimiento de uñas. Fractura o torcedura de miembros inferiores y superiores hasta hasta causar traumatismos. Les rajan las plantas de los pies hasta hacerlo sangrar y llegan a los tribunales casi sin poder caminar después de estar la tortura blanca, que es la tortura en la celda víctima permanece cerrada, totalmente incomunicados por meses por tiempo prolongado sin permitirle ver a familiares abogados. O a otros presos, es decir, están absolutamente solos. Estas personas están en celdas totalmente blancas, totalmente negras, hay celdas marrones donde no hay más colores que eso. Tú tienes nociones del día de la hora porque tienes la luz blanca aprendida en la. El día y no saben en qué momento están viviendo, si es de día o es de noche, no saben cuánto durmieron porque pueden dormir 10 minutos o una hora o medio día y no se enteran de cuánto dinero tienen. Desnudos en las celdas. Muy frío a temperaturas muy frías. Hay celdas, por ejemplo, en la división de inteligencia militar venezolana, que es el cuerpo torturador rey, en este momento tiene una celda que la llaman la.

Mediadora Ketiane Guerreiro- Muchas gracias por toda la otra. ¿Todos los que hablan muy importante hablar, ser cada situación actual pero que yo tengo una pregunta para la señora doctora como? La señora, mírala el futuro de Venezuela porque una cosa u otra cosa también muy importante, está cerca de las mineras, hay muchas mineras que todo oro pasa por estado de Caraima, eh, por toda la violencia está cerca de la frontera. Muchos armamentos de alto calibre, entonces es un panorama que ahora nosotros miramos en todo el ambiente de la internet y los periódicos. ¿Y para la señora, cómo es? ¿Cómo la señora mira el futuro de Venezuela porque se lo cambió? Si no van a cambiar ahora los futuros como la señora mira esto todo esto, toda esta es la contextualización.

Tamara Suju- Bueno, este si no hay cambios drásticos en Venezuela, yo lo que pienso es que viene primero una nueva ola de represión. Yo lo anuncié el régimen, lo anuncié antes de las elecciones del pasado domingo. Siendo que todos los diputados de la Asamblea Nacional actual iban a ser juzgados, es decir, piensan hacer juicio sumarios para acusar a todos los diputados de la asamblea actual. Éste dijo que funcionarios públicos que no votarían era funcionario público que iban a votar de la institución. Y si no hay no hay cambios, yo lo que veo es más represión. Y lo que veo es. Más venezolanos saliendo del país. Y eso es un gran problema para la región. Porque el venezolano, que no tiene esperanza del venezolano que no tiene comida, el venezolano que no, no, no ve estrategias para un futuro cierto, es un venezolano que está pensando en dóndeirse, como sacar a sus hijos del país. Este lo que tú hablabas de la extracción del oro, es gravísimo porque es lo que está sucediendo en Venezuela, aboga cacique un ecocidio en la explotación del oro que sale no solamente por la frontera de Brasil, sino también sale por la frontera de Colombia. Son 800 t de oro semanal que está sacando el régimen del país semanal y que está haciendo lavado en Europa. Por Turquía. Y está siendo alabado por Irán y además está siendo alabado por, es decir, estos son los 3 países que se prestan para recibir oro que no pasa por el Banco Central y pagarlo en efectivo en dinero efectivo que es dado al régimen para que siga manteniéndose. Hoy en día Venezuela no se está manteniendo con el petróleo. Hoy en día Venezuela se está manteniendo con el narco lavado y con la extracción. Eso es lo que mantiene al régimen venezolano entonces. ¿Juntas como yo veo Venezuela yo veo que que? De no tener. Una estrategia clara. Con más presión internacional, con más acorralamiento a quienes ejecutan estos crímenes con más sanciones hasta producir un quiebre. Venezuela no tiene en este momento otra salida porque internamente, a pesar de que el venezolano sigue, se mantiene valientemente en la calle a pesar de todo lo que le. Así en verdad este. No está luchando contra un goliath armado. Peligroso dispuesto a asesinarlo dispuesto a encarcelar, es decir, las armas están del lado del régimen del lado del latín. Él con total control de la violencia institucional, o sea, ellos controlan todas las instituciones. ¿Dos, cómo se defiende el venezolano? Porque aparte de tenerla, la calamidad de Bush tiene que salir a buscar como sea cómo alimentar a su familia en las horas diarias se eleva. El venezolano viendo. Puede alimentar a su familia, es decir, a su círculo primer círculo, no. ¿Entonces, cómo pensar en masaya? ¿Cómo pensar en ir más allá para buscar la salida de un régimen opresor? ¿No, entonces, eh? La pelea es muy desigual y el venezolano no puede solo. Ketí, lolohablamoscando nos conocimos. El venezolano es muy criminal hoy en día decir que el venezolano tiene que salir solo. Porque no podemos salir solo de esto porque el venezolano lucha contra el régimen criminal de Maduro y sus secuaces, no. ¿El venezolano lucha contra los iraníes, contra los rusos, contra los chinos, contra Hezbolá, contra las FARC, contra él en contra me está faltando 1 contra los cubanos, 35000 cubanos en Venezuela, lleno de espías que a lo que han hecho es eh? Educar a las olas, organismo de inteligencia para que repriman para que mantengan a esa. Temática contra miembros de las Fuerzas Armadas y su familia. Eso. Es decir, hay una gran mafia internacional viviendo del de Venezuela chupando de la teta venezolana día a día, manteniéndose del atleta venezolana. Nosotros tenemos somos un país invadido. Por fuerzas extranjeras. ¿Cómo vamos a salir solos de este problema? Sí, todavía países que pueden decir estado que pueden decir que los venezolanos.

Mediadora Ketiane Guerreiro-Sí, muchas gracias. Ahora yo invito al profesor Dr. ¿Fernando Javier para hablar hacer una pregunta para hacer también su contribución, contribución, sí acerca de todo lo que he dicho?

Professor Fernando Xavier - Muito boa noite a todos. Satisfação professor. Obrigado. Eu gostaria de agradecer ao convite da professora Keitiane para participar do evento. Gostaria de cumprimentar também a todos os presentes. Ahm doutora Tamara a narrativa que a senhora faz no sistema carcerário venezuelano é muito triste e muito preocupante. Segundo nós podemos compreender do que foi relatado o governo venezuelano controla e promove sistematicamente violência institucional nos cárceres da Venezuela. Através de métodos de tortura contra opositores, mas também chega a informação de que nos presídios no sistema carcerário venezuelano também atuam bandas criminais organizadas semelhantes às facções criminosas que atuam no Brasil. A principal seria a chamada pra-nato. E a minha pergunta para a senhora seria qual é a relação entre essas bandas criminais do sistema carcerário venezuelano com o governo venezuelano? São forças que atuam de maneira colaborativa ou essas bandas criminais fazem algum tipo de oposição também dentro dos presídios contra o governo venezuelano.

Tamara Suju- Este bueno en las cárceles venezolanas siempre no ha sido histórico. ¿Cómo están, cómo funcionan organizadamente para ejecutar crímenes fuera de las cárceles, es decir? Está muy verde, organizados para desde la cárcel, es mandar a ejecutar personas, a secuestrar personas para cobrar dinero, etcétera, etcétera. No lo que ha sucedido con el régimen actual es que les ha permitido además de ¿Eso, armarla es las armas en las cárceles es un negocio, no porque es la propia Fuerza Armada que es la que custodia la cárcel, la que introduce las armas dentro de las cárceles, es decir, la corrupción que hay dentro de la Fuerza Armada ha permitido que qué planes dentro de las cárceles sean cacique que qué bueno que un que un estado dentro de otro estado no? Y eso solo sabe y los sabía el régimen y durante años permitió que eso sucediera porque así ellos podían controlar dentro de la cárcel y incluso. Eh para atacar a personas perseguidas del régimen fuera de la cárcel, es decir, cuando tú es cuando tú estás en un estado donde no hay ley en un país donde no hay ley. Donde el 90 de los crímenes que eran 99% impune, porque el 99% de impunidad en los crímenes en Venezuela. ¿Verdad? Cualquiera tú puedes, tú puedes ser víctima de un atentado político y ese atentado político pasa como un crimen. Porque un motorizado pasase para el lado del semáforo al lado de ti. Y te pote. Te metes a tratar de simular que te está robando, te pega un tiro y se va. Y nadie queda preso entonces el mayor peligro para en el caso, por ejemplo mí, cuando estaba en Venezuela era que se me parara una moto al lado porque yo era una cifra más de los 30000 venezolanos que morían. Anualmente en manos de la del crimen organizado en Venezuela del clima del crimen. Vamos a decir, nosotros llegamos a tener cifras de así de personas asesinadas de más de 25000 personas anuales. Asesinadas totalmente impunes no, o sea, eh era un escándalo lo que ocurría en Venezuela. Pero. Eso, eso es para esos planes. Crecieron. Se transformaron en monstruos y llegaron a tener dentro de las cárceles casinos. Estos llegaron a tener dentro de las cárceles. Manipulación incluso afuera,

en los pueblos y en las ciudades, donde había grupos organizados que se encargaban de secuestrar a personas para para financiarse, autofinanciarse, no, y ello el gobierno lo permitió, permitió que se armara y permitió eso. Vi el verano cuando crecen los enanos, como decimos. Cuando pierden el control de esas bandas porque han perdido el control de esas bandas porque esas bandas se han superado a sí mismas. Salvada que están mejor armadas que la fuerza nacional. El Ejército Nacional tiene armas más sofisticadas, no que la Fuerza Armada nacional, entonces el régimen. Hace. En los combates se da cuenta del poder que tienen estas bandas Armadas, se da cuenta de lo loco de cómo están organizadas dentro de los estados que puede que. ¿Es una barbaridad, no? ¿Y entonces de alguna manera, a la que no controlan al pranato que no controlan, tratan de controlarlo? Porque hay unos que controlan y hay otros que adquirieron demasiado poder y ya no se dejan dar orden. ¿Entonces tratan de controlarlo, ya que dónde vienen que se provoquen dentro de las cárceles del control por el poder entre bandas? ¿Y entonces hay esas grandes matanzas de unos con otros? O entra en, el régimen entra a la cárcel para tratar de controlarlo. Se produce también una. Una. Una ola de asesinatos dentro de los de los de la de las cárceles, pero todo lo que sucede con esas bandas con esos pranatos. Es y fue permitido por el gobierno venezolano. Es decir, no es que antes no lo hubiera, pero es que no lo había en la forma en cómo lo va ahora no lo es. Esos son unos mini estados dentro del Estado y eso y te puedo hablar tanto dentro de la cárcel como fuera de la cárcel, porque fuera de la cárcel están los famosos colectivos. Que hoy en día son y los llamo grupos subversivos armados, ciento de colectivos que creó Chávez, que empezó llamando a los círculos. Bolivariano no sé si recuerdas que después los llamo colectivos son grupos subversivos armados que tienen. Es un micro poder dentro de barrios dentro de urbanizaciones donde ni siquiera la Fuerza Armada es capaz de entrar. Por ejemplo, el 23 de enero tiene un tiroteo en el grupo de la piedra y. En una ocasión quiso que un grupo de la Fuerza Armada penetrara en ese barrio para tratar de controlar y fueron repelidos a tiros, es decir, la Fuerza Armada salió corriendo del barrio porque no pudieron porque esos grupos colectivos están hoy mejor armados que la propia Fuerza Armada y además reciben financiamiento del régimen. Maduro tiene en esos grupos paramilitares que llaman colectivos, sume un anillo de seguridad, porque son grupos que son financiados, que les pagan por matar, que les pagan por estar ahí, no.

Professor Fernando Xavier- ¿Entonces, bueno, es también un estilo de pranato, no? Pero fuera de la cárcel. Entonces la cárcel, la cabeza, donde se ponen los opositores del Gobierno no es lo mismo. Que la prisión donde se encuentran los pranatos. No es la misma cárcel.

Tamara Suju- Hay causales es hay presos políticos que están en cárceles, donde que son cárceles comunes, que son cárceles, donde están los presos comunes. Pero la mayoría de los presos políticos están en cárceles de los organismos de inteligencia. El dg sí y el FAES no. Los presos políticos que están en cárceles comunes están separados de la de la de la. De los presos comunes, o sea, tienen de alguna manera, por ejemplo, los militares están en la zona militar, en la zona policial y en pocos casos, que son casos de presos políticos civiles, conviven con los presos comunes. Convive hay, por ejemplo, te puedo comentar de un caso que llevamos de la mano, que fue un caso de

unestudiante que estaba en una cárcel de máxima seguridad de presos comunes, que se llamaba Bayare III, donde mandan los pesos de máxima seguridad. Los peores asesinos no. Y esto expresó comunes, protegían al estudiante. Protegían al estudiante porque era un estudiante y era un preso político. ¿De alguna manera era cuidado por ellos, no? Este es el caso, por ejemplo, de un preso político que estuvo en una cárcel nueva, de esas que construyeron rendas el régimen de pura hojalata, no donde lo que le das calor y asfixia a los presos y que estuvo en esa empresa, en esa cárcel común dentro de una alcantarilla. Ellos construyeron una celda de castigo que eran unos huecos en la tierra, huecos en la tierra, una reja por encima y presos comunes. Tuvo un año encerrado en esa alcantarilla. Perdónese preso político estuvo un año encerrado. Entonces. En general, el grueso de los presos políticos están en cárceles militares, cárceles de los organismos de inteligencia. Pocos presos civiles y algunos presos militares están en cárceles comunes.

Mediadora Ketiane Guerreiro-Gracias, muchas gracias. Muchas gracias, su participación es muy rica para la Universidad, para el evento. Muchas gracias por toda su contribución si es. Ahora nosotros tenemos que cumplir todas las cosas que hablas, sí. Y puesto que. Muchas gracias, muchas, muchas gracias por conocerme. Muchas gracias por estar juntos en la Universidad. Puede permanecer, te invito a permanecer ahora nosotros tenemos otras agendas, sí.

Tamara Suju- ¿Y yo puedo estar un ratito más, pero aquí son las 1:00 h de la mañana, no, entonces? Este creo que los acompañe un rato más y ya me retiro, no, pero desde de verdad, muchas gracias por la invitación.

Mediadora Ketiane Guerreiro-Muchas gracias.

Encerrada a mesa-redonda com a Dra. Tamara Suju, o evento teve continuidade com os GTS, onde os mestrandos divulgaram as informações sobre pesquisas realizadas durante o mestrado e apresentaram suas propostas de produtos, que estavam sendo desenvolvidas. Todas as discussões permitiram ampliar os olhares dos participantes sobre diversos temas, que atingem diretamente a realidade cotidiana vivenciada no estado de Roraima. Entre as temáticas debatidas estiveram os impactos do fluxo migratório venezuelano para o estado de Roraima, bem como o trabalho de acolhida humanitária aos imigrantes. Foi dada continuidade a temática da primeira mesa-redonda sobre a violência doméstica contra mulheres durante o período de pandemia, e os reflexos para a sociedade das desigualdades de gênero que ainda se fazem presentes em nosso meio.



Mestrandas UERR – (mín.1:45:50)

A proposta do projeto foi alcançada, envolvendo a comunidade acadêmica, justamente propósito de debater através de temas atuais, questões voltadas à Segurança Pública que envolvam as problemáticas locais. Durante a apresentação das temáticas, foi perceptível o domínio de conteúdo socializado, e dessa forma alcançar os mais diversos públicos, e não apenas os acadêmicos e docentes, mas também a sociedade como um todo. Efetivando desta forma o papel social do Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania.

Apresentação de Livros e Edições da UERR



Esp. Cláudio Souza da Silva (min.34:00)

Perceptível o incentivo da UERR na produção do conhecimento com excelência, na divulgação deste com a exposição acerca do fluxo e organização da (Revista eletrônica Ambiente: Gestão e Desenvolvimento – REMGADS) e da Editora (UERR Edições), que se constituem ferramentas importantes para a comunidade acadêmica divulgar suas pesquisas sem custos.

2. Artigo Científico: O Lúdico É Matar: Homicídio De Jovens No Estado De Roraima Em 2018

O artigo intitulado “O Lúdico é matar: homicídio de jovens no estado de Roraima em 2018”, trata-se de temática que discute a problemática local da violência que acomete a juventude roraimense, está observada pelos pesquisadores de segurança pública no estado. Foi publicado como trabalho completo nos anais do IV Congresso de Pesquisa em Ciências Criminais (CPCRIM) que ocorreu nos dias 27 a 31 de agosto de 2020 de forma remota devido a pandemia da COVID-19.

A referida pesquisa foi submetida para apreciação da comissão do Congresso em formato de resumo simples, o qual após aprovação foi requerido o envio do texto em sua íntegra. O CPCRIM é um evento que foi inaugurado em 2017, e ocorre anualmente pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), fundado em 1992, após o Massacre do Carandiru, na cidade de São Paulo, este contribui para o desenvolvimento de pesquisas e disseminação do conhecimento das Ciências Criminais em todo o país, de forma a promover diálogos que envolvem a universidade, o poder público e sociedade civil.

O IBCCRIM é reconhecido nacional e internacionalmente por sua atuação na área da produção científica, tem em sua biblioteca o acervo mais completo em Ciências Criminais da América Latina. Nesse sentido pode ser considerado de relevância a participação do Mestrado em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, por meio do referido artigo publicado por este canal de disseminação das ciências criminais, que proporciona destaque ao Programa, que tem como um de seus objetivos a divulgação das pesquisas realizadas pelos mestrandos. E ainda, traz destaque à Universidade Estadual de Roraima, como instituição promotora de conhecimentos científicos relevantes, no que tange a questões peculiares ao contexto local e regional.

O trabalho foi apresentado em formato de comunicação oral, requisito solicitado para posterior publicação, estando assim, vinculado ao Grupo de Trabalho (GT 7) “Justiça Juvenil”, que fomentou o debate a respeito de temas ligados ao sistema de justiça juvenil, políticas de segurança pública e instituições de controle em que adolescentes infratores sejam o foco.



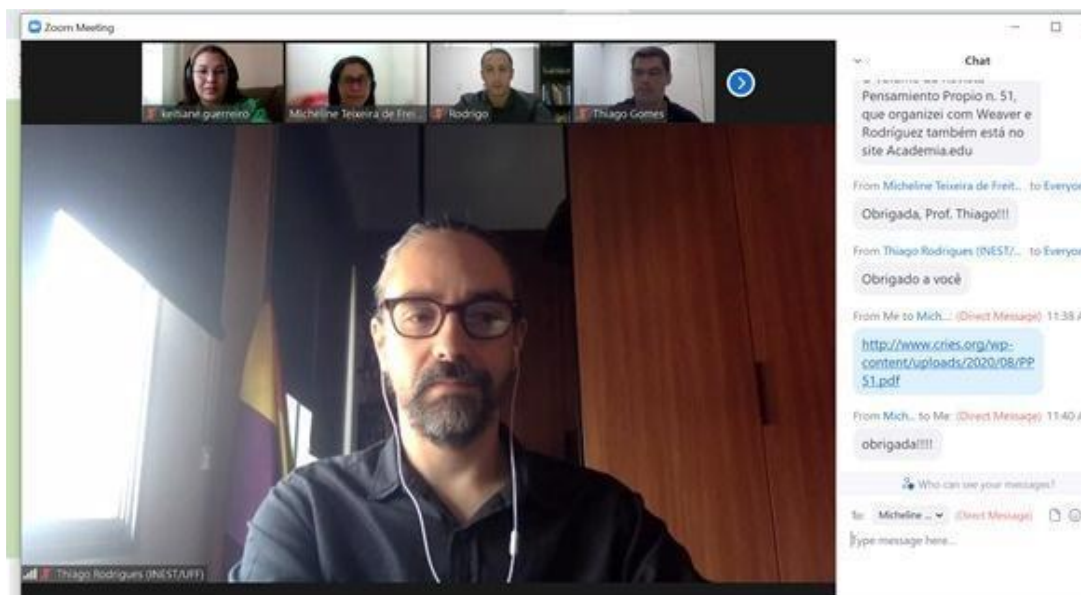
Apresentação da pesquisa no GT em 22 de outubro de 2020

O GT foi coordenado por Mariana Chies, Pesquisadora de Pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Coordenadora-Chefe do Departamento de Infância e Juventude do IBCCRIM. O artigo completo está disponível para acesso por meio do link: <https://www.ibccrim.org.br/publicacoes/pagina/3> , com a página de referência 1417.

O recorte de pesquisa tem como marco temporal o ano de 2018, estando atrelado ao *ranking* de mortes violentas que o estado atingiu no referido ano. Assim a pesquisa propõe o esclarecimento de como as ações violentas, que possuem intensa participação de jovens vem apresentando um cenário perigoso para a juventude local, que necessita de ações mais efetivas do estado, para o enfrentamento desses casos, bem como para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social em Roraima.

1. ARTIGO CIENTÍFICO – Aspectos da criminalidade no estado de Roraima e políticas de segurança pública

O artigo foi apresentado no painel de trabalhos do XI Encontro Nacional (ENABED), que ocorreu entre os dias 08 a 10 de setembro de 2021, no formato virtual, com a temática “Estudos de Defesa em Tempos de Transformação: Poder Militar, Multipolaridade e Democracia”. Com participação do coordenador do GT Thiago Rodrigues (INEST/UFF).A pesquisa completa está publicada no Anais eletrônicos no evento, disponíveis por meio dos seguintes links:https://www.enabed2021.abedef.org/resources/anais/15/enabed2020/1626488409_ARQUIVO_0f480dd1e23f2d91d6b66e984e1be3d8.pdf ou <https://www.enabed2021.abedef.org/site/anais#K>



Apresentação da comunicação oral do trabalho em 09 de setembro de 2021.

O ENABED é realizado pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) desde o ano de 2007, os encontros anuais em âmbito nacional que têm por objetivo divulgar as pesquisas dos associados, incrementar o debate acadêmico na área e fortalecer a Associação. A ABED tem como finalidade congregar pesquisadores que desenvolvam estudos e pesquisas sobre defesa nacional, segurança nacional e internacional, guerra e paz, relações entre forças armadas e sociedade, ciência e tecnologia no âmbito da defesa nacional e questões militares em geral.

A Associação foi criada em 27 de outubro de 2005, por ocasião da reunião do Grupo de Trabalho "Forças Armadas, Estado e Sociedade" no encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduações em Ciências Sociais (ANPOCS), em Caxambu (MG). Atualmente possui aproximadamente 300 associados que, oriundos majoritariamente das áreas de Ciência Política, Relações Internacionais, História e Estudos Estratégicos, investigam de forma sistemática os temas da área.

Portanto, tendo em vista a adequação da proposta apresentada no artigo com os estudos de interesse da ABED, foi possível lograr êxito quanto a aceitação deste trabalho científico. Pois o mesmo apresenta em seu teor problemática de interesse não apenas local, ou regional, mas trata-se de uma configuração que envolve Relações Internacionais, pela configuração geográfica em que se encontra o estado de Roraima, sendo este ente-federado brasileiro fronteiriço com dois países, no qual o destes a Venezuela, tem sido cenário de uma crise econômico que afetou diretamente o Brasil, devido ao fluxo migratório intenso e desproporcional de forma repentina, o que ainda vem gerando inúmeras consequências, tanto em âmbito da segurança pública e defesa nacional, como nas demais áreas de saúde, educação e economia.

Cabe destacar que a publicação das informações constantes no artigo, são necessárias para que seja levado a conhecimento de todos, e principalmente dos gestores públicos incumbidos de operacionalizar as políticas públicas diversas, bem como a política criminal, os problemas enfrentados em Roraima no que diz respeito a criminalidade transnacional, e que dê certo recai sobre a população em outras formas de violência que são sentidas no cotidiano local da nossa sociedade.

4. ARTIGO CIENTÍFICO – Crime and Armed Groups in the International and Legal Amazon”, ou “Criminalidade e grupos armados na Amazônia Internacional e Legal”

O artigo “*Crime and Armed Groups in the International and Legal Amazon*”, ou “Criminalidade e grupos armados na Amazônia Internacional e Legal”, é minha primeira publicação em inglês, sendo uma grata satisfação ter oportunidade de transpor as fronteiras do conhecimento e levar para a visibilidade internacional problemas enfrentados na segurança nacional, fronteiriça e local, onde destaca-se o aumento da criminalidade por meio do uso de armas por grupos que tem adentrado a Amazônia. Contexto esse que muito interessa a pesquisadores de todo o mundo, por ainda ser pouca a produção científica destas discussões, e pelo interesse que os estudos amazônicos despertam em um âmbito internacional.

Após o recebimento de um convite por email para enviar um trabalho para o evento sediado no país da Hungria, algo que é muito comum quando o pesquisador tem publicado trabalhos em eventos que são referência, como os que havia participado antes deste trabalho, a exemplo o CPCRIM. Surgiu assim o interesse em submeter à apreciação o resumo desta pesquisa. A proposta após aceita seria publicada pela LUDOVKA, editora integrada a *University of Public Service, Hungary* (Universidade de Serviço Público da Hungria).

A pesquisa antes de sua publicação foi apresentada como comunicação oral em formato virtual, no evento, “Dél-Amerika, Dél-Európa – Nemzetközi Konferencia (América do Sul, Sul da Europa - Conferência Internacional) em 17 de abril de 2021. O GT de apresentação foi o *Spanish 2 – Security Challenges and International Relations: Session 7* (Espanhol 2 – Desafios de Segurança e Relações Internacionais: Sessão 7).

O artigo completo com o doi: 10.32565/aarms.2021.2.ksz.8, encontra-se publicado no volume 20 da revista *AARMS – Academic and Applied Research in Military and Public Management Science* (Pesquisa Acadêmica e Aplicada em Ciências Militares e de Gestão Pública), ISSN 2498-5392 (impressão)/ ISSN 2786-0744 (online), que tem como seu objetivo publicar resultados de pesquisas, estudos revisados por pares de alto padrão em inglês no campo da ciência militar e tecnologia militar. Pode ser acessado por meio do link: <https://folyoirat.ludovika.hu/index.php/aarms/article/view/5767>.

A proposta apresentada neste artigo é a discussão do enfrentamento ao impacto dos ilícitos transnacionais ocorridos na Amazônia Legal, além ainda da ganância desenfreada por recursos minerais, que se estende desde o Arcominero, na Venezuela, até o norte do Brasil, agravando problemas de impactos ambientais e segurança nas fronteiras, devido aos grupos das Forças

Armadas que protegem os exploradores minerais.

Na Venezuela, Megabandas se juntou à cúpula política que controla a mineração de ouro, bem como membros das Forças Armadas da Colômbia (FARC) e grupos militares armados que representam a violência institucionalizada, colocando a Venezuela em segundo lugar por homicídio em 2020, entre os países da América do Sul, com uma taxa de 45,6 por 100 mil habitantes. Por sua vez, o Brasil alcançou o nono lugar, com 19,3 por 100 mil habitantes.

Assim, as mortes violentas nas regiões norte e nordeste aumentaram devido aos confrontos entre as facções Comando Vermelho e Família do Norte contra o maior grupo, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que tem cada vez mais membros venezuelanos, modificando o *modus operandi* criminoso na fronteira Brasil/Venezuela. Portanto, os Planos de Segurança e Defesa de Fronteira são indispensáveis para o país por causa da articulação da criminalidade que vem se tornando uma crescente em se tratando das questões aqui apresentadas, e dentro do contexto geográfico delimitado nesta pesquisa.

Desta forma espera-se que o presente artigo venha a contribuir para a ampliação destes debates, bem como suscitar o olhar daqueles que são incumbidos da responsabilidade de propor ações efetivas para o enfrentamento destas ações criminais que ainda são vistas como ações isoladas, porém que exercem um poder ímpar por parte desses grupos delinquentes, na disseminação de outras práticas delituosas que impactam o viver diário da população nessas regiões.

2. CAPÍTULO DE EBOOK – Aplicabilidade da Lei 11.340/2006 "Maria da Penha" aos casos de Stalking análogos à violência psicológica contra as mulheres.

Em 2020, durante os dias 18 a 20 de agosto, ocorreu por videoconferência o XIII Seminário Internacional da Francofonia, XIII Seminário Brasil-Canadá de Estudos Comparados e VI Colóquio Internacional de Estudos Comparados, promovidos pela Universidade Estadual de Feira de Santana no estado da Bahia em parceria com a Université de Lomé (Togo).

Na ocasião deste evento, o artigo submetido para a apreciação inicial em formato de resumo simples, em língua francesa intitulado "*Applicabilité de la Loi 11.340/2006 Maria da Penha aux cas de Stalking analogues à la violence psychologique contre les femmes*", foi aceito para publicação na íntegra, todavia devido ao curto prazo de tempo para a entrega do trabalho completo, o mesmo foi publicado em língua portuguesa. A pesquisa foi apresentada ainda, como comunicação oral no eixo temático: Literatura e formação de imaginários sociais II, mediada pela Profa. Ma. Ady Sá Teles Santana.

O artigo completo foi publicado no ebook "Aprender a ser e a viver junto em narrativas literárias" (ISBN 978-65-5834-007-2). A obra apresenta um conjunto diverso de estudos sobre educação sensível, literatura e formação de imaginários sociais, diversidade cultural, ensino de língua e cidadania, estudos do discurso, novas práticas didáticas e pedagógicas na era digital, entre outros temas. Em meio a tempos de tantas incertezas e uma crescente onda do individualismo, os textos convidam a (re)pensar perspectivas acerca do aprender a ser e a viver junto, a fim de propiciar

espaços para construção de novos e possíveis mundos.



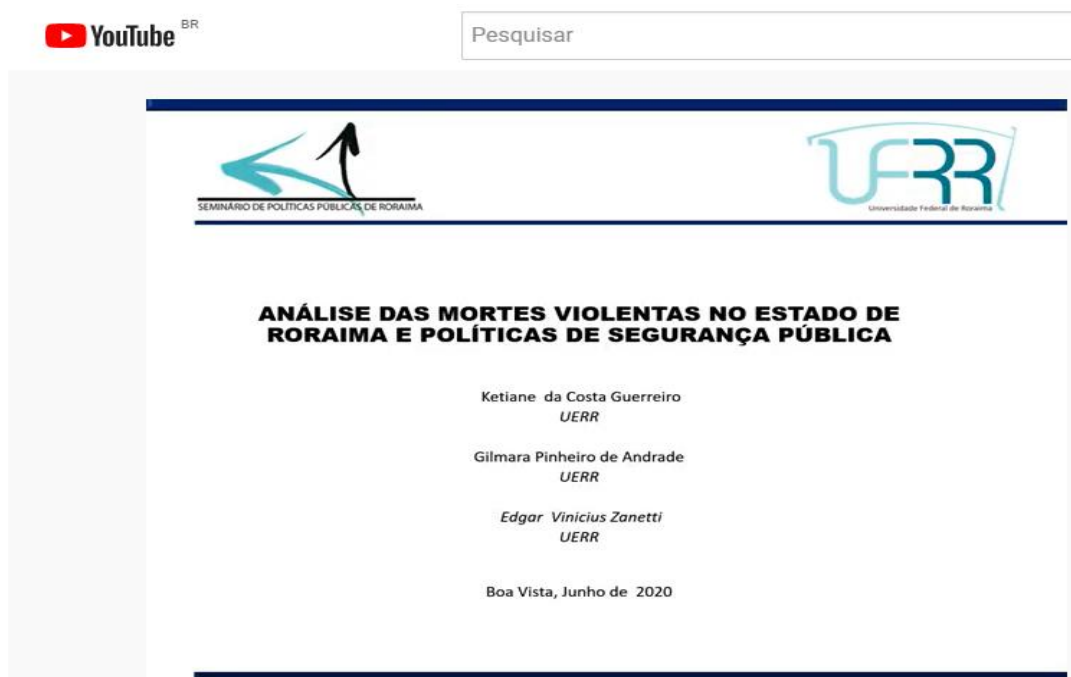
Apresentação da pesquisa no GT em 20 de agosto de 2020.

O acesso ao texto completo do artigo “Aplicabilidade da Lei 11.340/2006 “Maria da Penha” aos casos de *stalking* análogos à violência psicológica contra as mulheres”, pode ser feito por meio do link: <https://doity.com.br/coloquio2020/blog/livro-dos-anais>, com a página de referência 120-129. O referido trabalho busca como objetivo principal trazer visibilidade aos direitos das mulheres em casos em que estas estejam sofrendo violações por meio da prática criminosa do *stalking*.

No momento da escrita deste, ainda não se tinha nenhuma lei específica no ordenamento jurídico que tratasse do tema, apenas decisões análogas que foram sendo construídas no âmbito jurídico penal por meio de jurisprudências de casos julgados, o que fora apresentado também ao longo da pesquisa. Após diversas discussões sobre o tema, foi possível concretizar a tipificação do crime no código penal brasileiro. Este ocorreu por meio da Lei nº 14.132, de 31 de março de 2021, que inseri o art.147-A “*Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade*”, com pena de reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

O dispositivo ainda é recente, com pouco mais de um ano, mas em se tratando do enfrentamento a violência contra as mulheres no Brasil, é uma conquista que irá permitir que casos de feminicídio possam ser impedidos de ocorrer, tendo em vista a vítima poder contar com a responsabilização penal do agressor, quando este ainda se utiliza do *stalking* como meio de vitimar essas mulheres, porém que poderá sofrer as sanções penais na forma da lei, antes que ocorra a morte dessas mulheres.

Nos dias 27 e 28 de maio de 2020, ocorreu o III Seminário de Políticas Públicas de Roraima, promovido pela UFRR, com a organização do Prof. Dr. Elói Martins Senhoras. Em razão da difusão da pandemia da COVID-19, a realização presencial se tornou inviável, de modo que a divulgação das pesquisas aprovadas no evento ocorreu por meio da gravação destas que foram divulgadas via youtube no Canal Aprendendo Sem Horas: <https://www.youtube.com/aprendendosemhoras>.

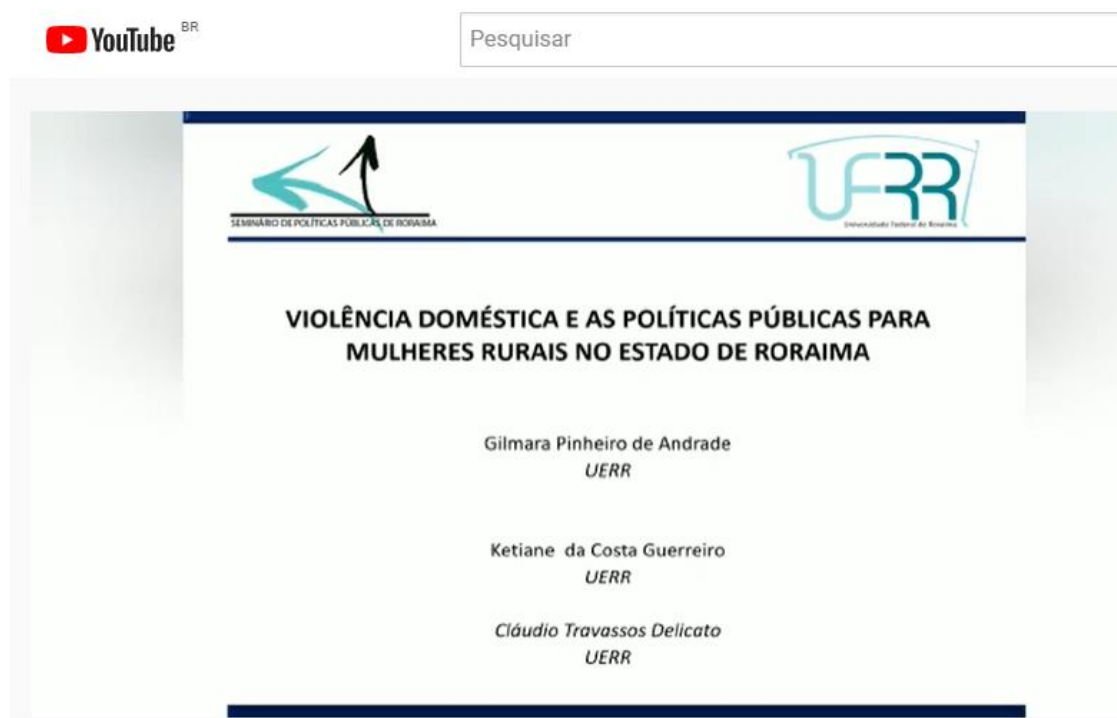


Apresentação disponível no canal youtube Aprendendo Sem Horas - <https://youtu.be/ND827Yxy1MY>

O presente evento explorou as políticas públicas a partir de uma concepção sistêmica e multisetorialidade, teórica, histórica e empírica, sendo destinado a um público de estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais do setor público e demais interessados na temática. Promovendo assim, um espaço de comunicação de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento que visou integrar a comunidade epistêmica na área e contribuir para o fortalecimento do campo da investigação em políticas públicas no estado.

Na oportunidade foram submetidos dois resumos expandidos à área temática “Estudos de casos de políticas públicas”. O primeiro “Análise das mortes violentas no estado de Roraima e políticas de segurança pública”, teve como objetivo discutir o problema da criminalidade local, em um recorte temporal de 10 anos, entre o período 2009 e 2019, para se demonstrar a necessidade de uma planejamento coordenado das forças de segurança pública, pautadas em um plano estadual de segurança pública unificado, que englobe ações contínuas e convergentes no que tange ao enfrentamento do crime organizado, e criminalidade urbana no estado de Roraima.

O segundo resumo expandido “Violência doméstica e as políticas públicas para mulheres rurais no estado de Roraima”, trouxe a visibilidade para uma demanda ainda reprimida nas tratativas de implementação e alcance de políticas públicas de enfrentamento a violência doméstica contra mulheres, que ocorrem em municípios localizados áreas rurais do estado. A emergência em dar luz ao problema, assim como dar voz a essas mulheres, foi a principal motivação para a divulgação desse texto. Que assim como o anterior, ambos podem ser assistidos por meio do canal do youtube, conforme descrições abaixo de cada pesquisa.



Apresentação disponível no canal youtube Aprendendo Sem Horas -
<https://youtu.be/XPtfmaiu794>

A íntegra dos resumos expandidos também foram publicadas no livro “Políticas Públicas – Agendas em tempos de crise”, publicado pela editora da UFRR, disponível por meio do link: https://books.google.com.br/books?id=xzTrDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. A página de referência destes é, 145-147 ; 155-157, respectivamente.

Deixo registado ainda, neste tópico em particular, que ao tempo desta produção encontrávamos em um momento triste e de incertezas, devido ao início da Pandemia da COVID-19, em que apesar de toda a configuração conflitante e caos em que vivíamos, pudemos encontrar na ciência e na produção científica, forças e uma motivação para seguir em frente, na certeza de que dias melhores estavam por vir. E decerto que esta mesma ciência, em uma perspectiva de saúde

pública foi o que nos permitiu estar aqui, e poder compartilhar os resultados de diversas produções construídas ao longo destes dois anos de mestrado.

7. RESUMO SIMPLES – UFF

O 9º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, ocorreu nos dias 03 a 05 de novembro de 2020, de forma virtual, tendo como temática do evento, “Não-Humanos e Desumanos”, o qual buscou dar ênfase a estudos sobre a proteção aos animais e à flora, assim como aqueles trabalhos que destacaram de forma crítica contundente os conflitos humanos marcados pela intolerância, discursos de ódio, autoritarismo, fascismo e ainda pelas sensações de declínio do espírito de humanidade, de solidariedade e do senso de comunidade.

As principais metas do evento foram: a busca pelo fortalecimento de um espaço institucionalizado para fomentar pesquisas, ações e reflexões voltadas para a interdisciplinaridade nos campos das Ciências Sociais, Jurídicas e afins; a interlocução entre estudantes e docentes de diversos programas de pós-graduação e instituições de pesquisa no Brasil; e a ampliação da malha acadêmica de produção com base empírica e da atuação da Universidade junto aos movimentos sociais.

A Instituição promotora Universidade Federal Fluminense (UFF), foi criada em 1960 com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Originou-se da incorporação das Escolas Federais de Farmácia, Odontologia e Direito (1912), Medicina (1926) e Medicina Veterinária (1936); agregou outras cinco, das quais três eram estaduais, a saber: Enfermagem (1944), Serviço Social (1945), Engenharia (1952), e outras duas, particulares, Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947). Após serem federalizadas e incorporadas, essa união passou a ser denominada Universidade Federal Fluminense. A missão da UFF é produzir, difundir e aplicar conhecimento e cultura de forma crítica e socialmente referenciada.

Em 2019, por meio de um acordo de cooperação técnica entre a UFF e a UERR, foram ofertadas 15 vagas para pessoas residentes em Roraima, no Doutorado em Sociologia e Direito. Oportunidade essa em que um dos autores deste resumo ingressou como doutorando, o Profº Marcello Renault. Do qual recebi o convite para construirmos juntos o referido trabalho.

O Resumo Simples “Aspectos relevantes da Defensoria Pública do estado de Roraima no combate e prevenção a violência doméstica contra a mulher venezuelana em Boa Vista”, foi submetido ao (GT 4 - Humanidades, Políticas Públicas e Desigualdades), coordenado por: Maria Alice Nunes Costa (PPGSD-UFF), Marcus Fabiano Gonçalves (PPGSD-UFF); Tamara Egler (IPPUR/UFRJ); Sílvia Portugal (FEUC e CES da Universidade de Coimbra); e moderadora: Priscila Pedrosa (PPGSD-UFF).

O trabalho foi apresentado como comunicação oral no dia 05 de novembro de 2020, por meio da plataforma zoom, e encontra-se publicado no Caderno de Resumos do evento, disponível por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1JH7IC2jrM28bJyfwZZUQPulJyIrs-4U-/view> . O presente resumo pretendeu apontar o aumento percebido de demandas no atendimento realizado pela DPER,

às mulheres imigrantes em situação de violência doméstica, o que suscitou o interesse em problematizar os aspectos jurídicos e sociais, inerentes a este cenário novo, que se apresenta em Roraima, buscando contribuir para os debates sobre o acesso aos direitos fundamentais instituídos em nossa Constituição, por pessoas que ingressam o Brasil, e necessitam de amparo legal, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

8. RESUMO SIMPLES (Poster Digital)- ISMA-BR

O trabalho intitulado “Análise do *stress* dos servidores da delegacia de Pacaraima/RR: impactos da imigração desenfreada e aumento da criminalidade urbana”, foi apresentado em formato de resumo simples, no 21º Congresso de Stress da ISMA-BR, que ocorreu de forma online entre os dias 22 a 24 de junho de 2021, que teve como tema do evento, “Viver melhor: trabalho, *stress* e saúde”. Segundo a ISMA, o estresse profissional afeta 72% dos brasileiros, frequentemente causando adoecimento.

A ISMA (*International Stress Management Association no Brasil*), é uma associação internacional sem fins lucrativos, que se dedica à prevenção e ao tratamento do *estresse*. Que iniciou nos Estados Unidos, em 1973, sob a liderança do médico Edmund Jacobson e dos psicólogos F.J.McGuigan e Marigold Edwards. Primeiro se chamou Associação para o Avanço do Controle da Tensão, integrando disciplinas como audiologia, comunicação, educação, fisioterapia, medicina, odontologia e psicologia, um universo de atuação que tem crescido e se adequado às novas realidades da sociedade.

Em 1979, a ISMA realizou sua primeira conferência internacional em Londres. Esse importante passo ganhou novo impulso com a criação do periódico oficial da ISMA, o “International Journal of Stress Management”, publicado trimestralmente desde 1994. O web site da ISMA iniciou em 1998. Atualmente está representada em 12 países, o mais recente sendo o Brasil, sendo considerada a mais antiga associação para o gerenciamento do *stress* e ainda a única com caráter internacional.

As recentes pressões e mudanças impostas pela COVID-19 geraram um nível de *stress* intenso afetando cada vez mais profissionais no país e requerendo constante adaptação que tem exacerbado emoções, desencadeando depressão, doenças cardiovasculares e exaustão física e mental. E aí se pergunta: o que é preciso para se ter um profissional saudável? Como estão funcionando os programas de melhoria da saúde do trabalhador? Quanto se perde com o adoecimento e o absenteísmo de empregados? Estas e outras perguntas foram abordadas por especialistas no assunto durante o Congresso em 2021.

Nesse sentido o trabalho apresentado, demonstrou por meio de apontamentos de dados estatísticos sobre a imigração que ocorre de pessoas vindas da Venezuela, a crescente demanda pela atuação dos profissionais da segurança pública, que trabalham na fronteira Brasil-Venezuela, mais precisamente na cidade de Pacaraima, o que impactou diretamente na saúde e qualidade de vida destes servidores, tendo em vista a escassez de um maior número de profissionais para atender

a localidade, devido ao contexto .

A pesquisa teve como base ainda um relatório do Centro de Qualidade de Vida do Estado de Roraima (CQV), no qual foi constatado o alto índice de *stress* em (2019), nos servidores que atuam na delegacia de Pacaraima. Portanto, foi importante participar deste Congresso Internacional, em que também foi realizado juntamente o 13º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública, porque permitiu divulgar as informações constantes no teor deste resumo sobre a realidade vivenciada pelos profissionais da segurança pública do estado de Roraima, desta forma, abrindo um caminho para se ampliar os debates em torno deste tema. A pesquisa está disponível para acesso por meio do link: https://www.ismabrasil.com.br/ws/arquivos/ketiane-da-costa-guerreiro_analise-do-stress-dos-servidores-da-delegacia.pdf.

9. COMUNICAÇÃO ORAL (Produção em Vídeo) – Universidad de Salamanca

O Grupo de Pesquisa "Diversitas: Políticas públicas em defesa da inclusão, diversidade e gênero" da Universidade de Salamanca, organizou seu III Congresso Internacional, que teve como tema "Migrações e Direitos Humanos", ocorrido nos dias 16 e 17 de julho de 2020. El trabajo titulado "Análisis de labienvidahumanitaria de losniñosinmigrantesvenezolanosenel estado de Roraima: una acción conjunta entre elejército de Brasil y Unicef (2020)", fue presentado como comunicación oral, en formato de vídeo enla respectiva fecha del evento. A apresentação está disponível por meio do link: https://drive.google.com/file/d/1M3j0Gg_5tFxfScXST9-qFbXrzA1kdr8Y/view.

Para pontuar a relevância da participação neste evento, é preciso fazer um breve relato sobre a história da Universidade de Salamanca. A qual no ano de 1218, foi fundada pelo rei Afonso IX de Leão, esta é considerada a mais antiga das universidades hispânicas existentes. Em 1254, o rei Afonso X estabeleceu os regulamentos para a organização e dotações financeiras e em 1255 Alexandre IV publicou as bulas papais que reconheciam a validade universal dos graus concedidos por ele e lhe conferiam o privilégio de ter seu próprio selo.

A Universidade de Salamanca passou por um momento de expansão sem precedentes com a criação das primeiras universidades americanas, que começaram a ser fundadas em 1551 seguindo os passos da Universidade de Salamanca usando como modelo suas cartas fundadoras. Mais de 70% das universidades criadas nos séculos XVI e XVII consideram hoje a Universidade de Salamanca a sua 'alma mater'. Nesta época, o prestígio de Salamanca atraiu para si uma confluência de estudantes de toda a península, inclusive europeus e americanos.

Na história da Universidade de Salamanca, os estudos de direito sempre tiveram uma relevância especial. À semelhança de Bolonha, a Universidade nasceu como um centro eminentemente jurídico, e desde as suas origens a promoção de um saber cujo valor nos primeiros dias da sua caminhada foi bem expresso pelas Partidas de Alfonso X El Sabio foi um objetivo prioritário dos seus protetores régios: "O Conhecimento das Leis é como uma fonte de justiça, e o mundo se aproveita disso mais do que qualquer outra ciência".

Portanto, cabe ressaltar que é imprescindível para a construção do saber acadêmico

enquanto mestranda (o), a inserção em espaços de discussão como estes, que nos proporcionam o compartilhamento das pesquisas produzidas por nós durante o curso, com outros pesquisadores, que desconhecem diversos problemas sociais e políticos vivenciados em nosso país. E desta forma abrir oportunidades para que cada vez mais a Universidade Estadual de Roraima, possa ser uma referência na produção do saber científico, junto a universidades de prestígio não apenas aqui no Brasil, mas também no exterior.

Assim, o que se pretendeu com a referida comunicação oral, que foi submetida para apreciação em formato de resumo simples, é a explanação de problemática que envolve relações internacionais, pois se trata de violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, em um contexto de crise humanitária, o qual impacta de forma significativa o desenvolvimento destas até a sua vida adulta. A vulnerabilidade social em que se encontram este público, ainda é notório por onde passamos nas ruas de Roraima, o que tem acarretado ainda, o ressurgimento de doenças outrora erradicadas no Brasil, e que passam a preocupar a todos, pois a falta de acesso a serviços básicos de higiene, alimentação, e moradia, recaem no adoecimento destas crianças.

Desta forma, foi demonstrado na pesquisa que as ações têm sido realizadas pelas organizações internacionais, em parceria com o Exército Brasileiro, na tentativa de reduzir os riscos a que estão expostos este público, porém que é necessário se pensar em políticas mais efetivas, vez que o retorno destes para seu país de origem, encontra-se impossibilitada, por questões de igual vulnerabilidade em que estavam expostas. Assim, a busca por parcerias internacionais, pelo governo federal, é de suma importância para enfrentar os problemas relacionados com a migração de pessoas para o Brasil, e foi este o objetivo de publicizar estas demandas locais, que recaem primeiramente no estado de Roraima, por ser fronteiro com o país da Venezuela.